MINAS GERAIS

WWW.JORNALMINASGERAIS.MG.GOV.BR | ANO 128 – Nº 62 – 17 PÁGINAS | BELO HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 02 DE ABRIL DE 2020

CADERNO 2 – PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS E EDITAIS DE COMARCAS

SUMÁRIO

Particulares e Pessoas Físicas. 1
Câmaras e Prefeituras do Interior. 12

PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS E EDITAIS DE COMARCAS

Particulares e Pessoas Físicas

CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 17.245.234/0001-00 - NIRE Nº 31300044254
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no próximo dia 30 de abril de 2020, às 15:00 horas, na sede social, em Belo Horizonte (MG), na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Edifício Seculus Business Center, Bairro Funcionários, para as deliberações a seguir elencadas. **I – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** - 1. Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31/12/2019; 2. Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para destinação do resultado do exercício de 2019; 3. Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração sobre o Orçamento de Capital do exercício de 2020, nos termos da Lei nº 6.404/76. **II – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** - Com a redução do número de diretores de sete para apenas três, torna-se necessária a adequação do modelo de representação da Companhia, itens contidos no Estatuto Social, Seção III – Diretoria – Capitulo IV – Administração, com **alteração** do caput do artigo 32 e do 33, Parágrafo Primeiro do artigo 33; e **supressão** do Parágrafo Terceiro do artigo 33, todos do Estatuto Social, ficando os demais artigos no formato em que se encontram, sem necessidade de renumeração, propondo-se, **nas alterações**, a seguinte redação: **Artigo 32.** Os Diretores terão seus mandatos automaticamente extintos ao atingirem 65 anos, podendo terminar o ano fiscal. **Artigo 33.** Compete à Diretoria a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular e à gestão dos negócios sociais, observadas a competência e as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e, como colegiado, a representação da Companhia perante terceiros, preferencialmente, em conjunto, por dois diretores, entretanto, podendo fazê-la por um único diretor, ou, também, um diretor e um procurador. **Parágrafo Primeiro.** As procurações terão o mandato outorgado por dois diretores em conjunto, podendo ser particulares (não pública) e obedecerão às normas do Código Civil Brasileiro e das leis específicas do mercado, em especial, da Lei das Sociedades Anônimas, obrigando-se ainda a especificação de poderes e prazo de duração não superior a um ano. **Participação nas Assembleias**: nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, para participar e deliberar na Assembleia Geral o acionista deve observar que: Além do documento de identidade, deve apresentar também, comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante; • Caso não possa estar presente à Assembleia Geral, o acionista poderá ainda ser representado por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão, ainda, ser representados conforme seus estatutos/contratos sociais; Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das Assembleias, solicitamos que o comprovante de titularidade das ações, o instrumento de mandato e a eventual declaração de voto sejam depositados na sede da Sociedade, preferencialmente, com até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral, podendo ainda, ser encaminhada, antecipadamente, para o e-mail do RI: fabio@cedro.com.br; **Voto a distância:** Caso opte pelo voto a distância, até o dia 29/04/2020 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância: i) ao escriturador das ações da Sociedade, por meio de toda a Rede de Agências Bradesco; ou ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço; ou ainda iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, deverá ser observado as regras previstas na IN CVM nº 481/09 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Sociedade. **Documentos à disposição dos acionistas:** todos os documentos legais e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto estão à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com o Mercado, na sede da Companhia e nos sites da Cedro/Investidores (www.cedro.com.br), da B3 (www.bmfbovespa.com.br), e da CVM (www.cvm.gov.br). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores, Diretor de Relações com Investidores, por intermédio do e-mail fabio@cedro.com.br.

Belo Horizonte, 27 de março de 2020
Fabiano Soares Nogueira
Presidente do Conselho de Administração

18 cm -30 1340534 - 1

CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF Nº 17.245.234/0001-00 - NIRE Nº 31300044254
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da Empresa, em Belo Horizonte (MG), na Rua Paraíba, nº 330, 8º e 9º andares, Bairro Funcionários, nos sites da Companhia, da CVM e B3, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/1976, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019.

Belo Horizonte, 27 de março de 2020.
Fabiano Soares Nogueira
Presidente do Conselho de Administração

3 cm -30 1340487 - 1

COGNA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF: 02.800.026/0001-40 - NIRE: 31.300.025.187
Companhia Aberta
Edital de Convocação
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleias"), a se realizarem, concomitantemente, no dia 30/04/2020, às 14:00h, na sede social da Companhia, situada na cidade de Belo Horizonte. Minas Gerais., na Rua Santa Madalena Sofia, 25, 4º andar, sala 01, Bairro Vila Paris, CEP: 30.380-650, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2019; (ii) deliberação sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social de 2019 e distribuição de dividendos; (iii) instalar o Conselho Fiscal; (iv) se instalado, fixar o número de membros que irá compor o Conselho Fiscal; e (v) se instalado, eleger os membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixação do limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020; e (ii) fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2020, se instalado. Esclarecimentos: Para tomar parte nas Assembleias, o acionista deverá apresentar à Companhia, antes ou na data de realização das Assembleias, (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer às Assembleias munido de documentos que comprovem sua identidade. Para fins de melhor organização das Assembleias, recomendamos o envio à Companhia, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas que antecedem à data de realização das Assembleias, de cópia simples dos documentos informados neste item. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim de Voto a Distância. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, bem como no seu site de Relações com Investidores (ri.cogna.com.br) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481/2009. Belo Horizonte, 30/03/2020. **Evando José Neiva** - Presidente do Conselho de Administração.

11 cm -31 1341050 - 1

BIOMM S.A.
CNP J 04.752.991/0001-10
BALANÇO 2019 - ERRATA

Na publicação, ocorrida no Diário Oficial de Minas Gerais, Diário do Comério de Minas Gerais e Jornal O Dia SP em 27/03/2020. **Leia-se:**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.873	13.279	30.075	20.981
Aplicações financeiras	6	67.015	67.030	74.593	67.030
Contas a receber	7	4.956	622	4.956	622
Estoques	8	23.556	16.925	23.556	16.925
Impostos a recuperar	9	1.646	637	1.646	637
Despesas antecipadas		103	1.618	103	1.618
Adiantamento a fornecedor		11.831	36	11.831	36
Outros ativos		476	204	476	204
Ativos mantidos para venda		838	1.800	838	1.800
Total do ativo circulante		140.294	102.151	148.074	109.853
Não circulante					
Aplicações financeiras	6	15.210	7.582	15.210	7.582
Depósitos judiciais		496	1.016	496	1.016
Contas a receber com partes relacionadas	17	2.162	2.078	-	-
Outros ativos		-	969	-	969
Investimentos	10	959	1.039	-	-
Imobilizado	11	161.627	156.272	161.627	156.272
Intangível	12	62.670	29.324	63.364	29.991
Total do ativo não circulante		243.124	198.280	240.697	195.830
Total do ativo		383.418	300.431	388.771	305.683

7 cm -01 1341781 - 1

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA – CODAP.

Torna público a REVOGAÇÃO do edital de licitação Pregão Presencial nº 07/2020 - Processo Licitatório nº 09/2020 que tem por objeto o sistema Registro de preços para eventual e futura aquisição de testes rápidos de doenças de notificação compulsória e outros necessários para o diagnóstico laboratorial em amostras biológicas sem necessidade de uso de equipamentos para atender aos municípios consorciados, por razões de interesse público.

2 cm -01 1341705 - 1

VELLOSO S.A. - NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS - CNPJ: 17.179.805/0001-47

Balanço Patrimonial - 2019 e 2018

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Circulante	456	355	Circulante	239	142
Disponibilidades	236	135	Obrigações Sociais e Fiscais	2	2
Aplicações Financeiras	236	135	Impostos e Cont. a Recolher	2	2
Outros Créditos	220	220	Outros Credores	237	140
Devedores Diversos	220	220	Credores Diversos	237	140
Não Circulante	288	288	Patrimônio Líquido	505	501
Tagivel	288	288	Capital e Reservas	435	431
Imóveis	288	288	Capital Social	363	363
			Reserva de Lucros	72	68
			Reserva Legal	72	68
			Resultado do Exercício	70	70
Total do Ativo	744	643	Total do Passivo	744	543

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios de 2019 e 2018

Descrição	Capital Social	Res. Legal	Lucros Acumulados	Lucros/Prej. Total
Saldos em 31/12/2017	363	62	0	425
Resultado do Período			75	75
Destinação do Resultado				
Reserva Legal		5	(5)	
Saldos em 31/12/2018	363	67	70	501
Resultado do Período			85	85
Destinação do Resultado				
Reserva Legal		4	(4)	
Distribuição de Resultado			(81)	(81)
Saldos em 31/12/2019	363	72	70	505

Demonstração dos Resultados dos Exercícios de 2019 e 2018

	2019	2018
Receita Operacional	105	120
Outras Receitas Operacionais	105	120
(-) Despesas Operacionais	(12)	(12)
(-) Administrativas	(6)	(7)
(-) Financeira	(1)	(1)
(-) Outras Despesas Operacionais	(5)	(4)
Resultado Operacional	93	108
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	93	108
(-) Provisão para IRPJ	(5)	(6)
(-) Provisão para CSLL	(3)	(3)
Lucro Líquido do Período	85	99

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018

1) Contexto Operacional: A sociedade, conforme seu estatuto, tem por objetivo compra venda e aluguel de imóveis próprios e de terceiros. Nos últimos exercícios as atividades da Sociedade restringiram-se a locação de imóveis próprios.
2) Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios da Lei das Sociedades por Ações.
3) Principais Práticas Contábeis:
a) A sociedade adota o regime de competência de exercícios para o registro de suas operações.
b) A provisão para o imposto de renda é calculada com base no lucro presumido a alíquota de 15% sobre a base de calculo de 32% da receita.
c) A contribuição social é provisionada à alíquota de 9% do lucro contábil, ajustados nos termos da legislação pertinente.
4) Patrimônio Líquido e Dividendos
a) Capital Social: O Capital social está representado por 8.774.239 ações, ordinárias nominativas, pertencentes integralmente a acionistas residentes no país.
b) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto.

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício de 2019 e 2018

	2019	2018
A - Resultado do Exercício Ajustado	85	99
B - Variação de Ativos e Obrigações		
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	96	28
Caixa Líquido Aplicado em Ativ. Operacionais	96	28
C - Fluxo de Caixa das Ativ. de Financiamentos		
(-) Distribuição de Resultados	(81)	(24)
Caixa Líq. Aplic. em Ativ. de Financiamentos	(81)	(24)
D - Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	100	103
E - Aumento/(redução) das Disponibilidades		
Modificações da Posição Financeira		
Início do Período/Exercício	135	32
Fim do Período/Exercício	235	135
Aumento/(Redução) das disponibilidades	100	103

Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora-Presidente

Maria Amélia Santos de Faria - Diretora

Ivair Pereira de Souza Contador - CRC/MG 041044/0-5

26 cm -31 1341056 - 1

ONV PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A - CNPJ: 16.694.036/0001-52

Balanço Patrimonial - 2019 e 2018 (Milhares de Reais)

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Circulante	10	13	Circulante	4.336	4.128
Disponibilidades	9	10	Obrigações Sociais e Fiscais	5	5
Caixa Bancos	2	3	Outras Obrigações	4.331	4.123
Aplicações Financeiras	7	7	Credores Diversos	593	463
Outros Créditos	1	3	Provisões	10	9
Não Circulante	23.677	23.187	Créditos c/ Acionistas	3.728	3.651
Intangivel	23.572	23.082	Patrimônio Líquido	19.351	19.072
Participação em Outras Sociedades	23.572	22.082	Capital e Reservas	19.351	19.072
Tangivel	105	105	Capital Social	15.300	15.300
Imóveis	105	105	Reservas de Lucros	4.051	3.772
Total do Ativo	23.687	23.200	Reserva Legal	285	267
			Reserva de Lucros Acumulados	3.776	3.505
			Total do Passivo	23.687	23.200

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2019 e 2018 (Milhares de Reais)

Descrição	Capital	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	15.300	241	3.133	18.674
Resultado do Período			522	522
Destinação do Resultado:				
Reserva Legal		26	(26)	-
Dividendos Estatutários			(124)	(124)
Saldo em 31/12/2018	15.300	267	3.505	19.072
Resultado do Período			368	368
Destinação do Resultado:				
Reserva Legal		18	(18)	-
Dividendos Estatutários			(89)	(89)
Saldo em 31/12/2019	15.300	285	3.766	19.351

Demonstração dos Resultados (Milhares de Reais)

	2019	2018
(-) Despesas Operacionais	(122)	(122)
(-) Pessoal	(95)	(93)
(-) Administrativas	(24)	(26)
(-) Financeiras	(2)	(2)
(-) Tributarias	(2)	(1)
Outras Receitas Operacionais	490	644
Lucro na Equivalência Patrimonial	490	644
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	368	522
Resultado Líquido	368	792

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

1) Contexto Operacional: A sociedade, tem por objetivo social exclusivo a participação societária em instituições financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
2) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.
3) Principais Práticas Contábeis: a) A sociedade adota o regime de competência de exercícios para o registro de suas operações. b) A provisão para o imposto de renda é calculada com base no Lucro Presumido a alíquota de 15% sobre base de cálculo de 32% da receita. c) A contribuição social é provisionada à alíquota de 9% do lucro contábil, ajustado nos termos da legislação pertinente.
4) Investimentos - Economisa Companhia Hipotecária – Participação de 82,07% do Capital de 745.000 ações em um Patrimônio Líquido de R$ 28.741 valor de Investimento de R$ 23.572 e total ajustado em equivalência no exercício de R$ 490.
5) Patrimônio Líquido e Dividendos - a) O Capital social está representado por 2.600.606 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.300.303 ações ordinárias e 1.300.303 ações preferenciais, pertencentes integralmente a acionistas residentes no país. b) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto.

Demonstração do Fluxo de Caixa (Milhares de Reais)

	2019	2018
A - Resultado do Exercício	368	522
Equivalência Patrimonial	490	644
Resultado Ajustado do Período	(122)	(122)
B - Variação de Ativos e Obrigações		
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(3)	(3)
Aumento (Redução) em Out. Obrigações	207	246
Caixa Líquido Aplic. em Ativ. Operacionais	204	243
C - Fluxo de C. das Ativ. de Financiamentos		
(-) Dividendos Provisionados	(83)	(124)
Caixa Líq. Ap. em Ativ. de Financiamentos	(83)	(124)
D - Redução de Caixa e Equival.de Caixa	(1)	(3)
E - Aumento/(Redução das Disponibilidades		
Modificação na Posição Financeira		
Início do Período/Exercício	9	12
Fim do Período/Exercício	8	9
Aumento/(Redução) das disponibilidades	(1)	(3)

Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora-Presidente

Ivair Pereira de Souza - Contador CRC/MG nº 041044/O-5

26 cm -31 1341057 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854021.

COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO - CNPJ: 07.153.003/0001-04

Relatório Anual da Administração: Aos acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transirapé de Transmissão apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2019, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Companhia Transirapé de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica. Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais. **Sistema de transmissão:** As instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transirapé de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica. **Disponibilidade da Linha de Transmissão:**

	31/12/2019	31/12/2018
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	**100%**	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** 1.Projeto "Malha de Aterramento de Baixa impedância para Torre da LT Utilizando Eletrodos Verticais Profundos' término previsto para 2020 - Em andamento a terceira etapa da pesquisa sobre malha de aterramento. Diversos artigos publicados e uma tese de doutorado. 2. Projeto "Utilização de uma Linha de Transmissão existente de 345 kV, como Linha Piloto para Experimentação de Novas Técnicas de Melhorias do Desempenho frente a Descargas Atmosféricas". Em andamento as tratativas com a UFMG e a UFCG Universidade Federal de Campina Grande - PB onde 30% do investimento deste projeto será para atender a Lei 9991/2000 para pesquisas sediadas nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil. **Responsabilidade Socioambiental:** 1. Palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social realizada em maio de 2019 nos municípios de Coronel Murta e Berilo sobre queimadas com divulgação durante os dois meses na principal rádio da região. 2. Visita à alguns proprietários ao longo da linha de transmissão informando, esclarecendo dúvidas, os perigos e a importância de uma linha de transmissão para a comunidade através do Programa Educação Ambiental e Comunicação Social. 3. Ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa de servidão e dos acessos às torres. Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório 31/12/2019	Regulatório 31/12/2018	Societário 31/12/2019	Societário 31/12/2018
Lucro líquido	**21.703**	18.776	**41.249**	26.335
EBITDA	**29.635**	27.942	**45.625**	31.451

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia. A Diretoria.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**8.690**	14.273
Títulos e valores mobiliários	5	**2.237**	2.136
Contas a receber concessionárias e permissionárias	6	**3.726**	3.427
Contas a receber ativo contratual	6	**36.834**	28.777
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	**165**	107
Outros ativos circulantes		**900**	752
Total do ativo circulante		**52.552**	49.472
Não circulante			
Contas a receber concessionárias e permissionárias	6	**197**	185
Contas a receber ativo contratual	6	**162.552**	153.461
Outros ativos não circulantes		**612**	605
Imobilizado		**52**	20
Intangível		**-**	3
Total do ativo não circulante		**163.413**	154.274
Total do ativo		**215.965**	203.746

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores		**124**	127
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	**14.862**	8.562
Dividendos propostos	12	**10.312**	6.583
Tributos e contribuições sociais	7	**1.352**	1.008
PIS e COFINS diferidos	8	**1.367**	1.671
Encargos regulatórios	11	**1.729**	1.672
Encargos regulatórios diferidos	8	**1.124**	1.373
Outros passivos circulantes		**734**	703
Total do passivo circulante		**31.604**	21.699
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	**31.121**	45.656
PIS e COFINS diferidos	8	**5.942**	5.013
IRPJ e CSSL diferidos	8 a)	**6.168**	5.645
Encargos regulatórios diferidos	8	**4.884**	4.120
Total do passivo não circulante		**48.115**	60.434
Patrimônio líquido	12		
Capital social		**22.340**	22.340
Reserva de lucros		**113.906**	99.273
Total do patrimônio líquido		**136.246**	121.613
Total do passivo e patrimônio líquido		**215.965**	203.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

			Reserva de Lucros			
	Capital Social	Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	22.340	4.468	62.757	-	-	89.565
Efeito CPC 47	-	-	-	-	12.300	12.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.331	26.331
Dividendos declarados	-	-	-	-	(6.583)	(6.583)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.000	(2.000)	-
Reserva de lucros	-	-	30.048	-	(30.048)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.340	4.468	92.805	2.000	-	121.613
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**41.249**	**41.249**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	**(10.312)**	**(10.312)**
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	**5.688**	**(5.688)**	-
Dividendos declarados	-	-	**(14.304)**	**(2.000)**	-	**(16.304)**
Reserva de lucros	-	-	**25.249**	-	**(25.249)**	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**22.340**	**4.468**	**103.750**	**5.688**	-	**136.246**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	13	**49.030**	34.824
Custo de operação			
Pessoal		**(262)**	(318)
Material		**(36)**	22
Serviços de terceiros		**(1.905)**	(1.799)
Outras		**(220)**	(205)
		(2.423)	(2.300)
Lucro operacional bruto		**46.607**	32.524
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		**(686)**	(693)
Material		**(6)**	(8)
Serviços de terceiros		**(253)**	(256)
Outras		**(42)**	(114)
		(987)	(1.071)
Resultado do serviço		**45.620**	31.453
Resultado financeiro			
Receita financeira	14	**1.312**	509
Despesa financeira	14	**(3.639)**	(4.318)
		(2.327)	(3.809)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**43.293**	27.644
Imposto de renda	15	**(1.018)**	(780)
Contribuição social	15	**(504)**	(411)
IR e CS diferidos	8	**(522)**	(122)
		(2.044)	(1.313)
Lucro líquido do exercício		**41.249**	26.331
Lucro por ação		**1,8464**	1,1786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
Período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	41.249	26.331
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**41.249**	26.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**41.249**	26.331
Depreciação e amortização	**6**	21
Receitas financeiras	**(119)**	(123)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	**3.336**	4.048
Outras variações	**63**	62
	44.535	30.337
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	**(311)**	(130)
Contas a receber ativo contratual	**(17.148)**	(16.716)
Tributos e contribuições sociais a compensar	**(58)**	45
Outros ativos	**(156)**	(355)
	(17.673)	(17.156)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	**(3)**	(20)
Tributos diferidos	**1.148**	7.575
Tributos e contribuições sociais	**344**	91
Encargos regulatórios	**510**	5.578
Outros passivos	**31**	4
	2.030	13.228
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**28.892**	26.409
Juros pagos	**(3.418)**	(4.048)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**25.474**	22.361
Fluxo de caixa de investimentos		
Aplicação ou resgate de títulos e valores mobiliários	**18**	18
Aplicação no imobilizado	**(36)**	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**(18)**	18
Pagamento de dividendos	**(22.886)**	(5.766)
Amortização das parcelas do financiamento	**(8.153)**	(4.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(31.039)**	(10.139)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(5.583)**	12.240
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**14.273**	2.033
Saldo caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**8.690**	14.273
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(5.583)**	12.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis-31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contexto operacional: A Companhia Transirapé de Transmissão ("Companhia" ou "Transirapé") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 6 de dezembro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2007. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia. Pelo Contrato de Concessão nº 012/2005, de 15 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí - 230 kV pelo período de 30 anos (março/2035). A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
012/2015	30	15/03/2035	37.175	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565 de 25/06/2019.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo da concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria em 10 de março de 2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Transirapé. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição e amortização de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetuou análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Determinação das receitas de implementação de infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. Determinação dos serviços de operação e manutenção: Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção. **3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "Valor justo por meio do resultado". Contas a receber da concessão são classificadas como "Ativo contratual pelo custo amortizado", em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15). Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Ativo contratual da concessão:** O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Esse fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 9,39%; e (ii) atualizado pelo IGP-M. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da Transirapé revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Transirapé não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Transirapé possue uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. 3.6.1. Provisões para contingências: As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Arrendamentos:** A Transirapé avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Transirapé reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. **3.8. Tributação:** 3.8.1. Impostos sobre a receita: As receitas da Transirapé está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%. 3.8.2. Imposto de renda e contribuição social: Correntes: O imposto de renda e a contribuição social da Transirapé é optante pelo regime do lucro presumido. Diferidos: Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. 3.9. Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: 3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura: Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. 3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. 3.9.3. Receitas de operação e manutenção: As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante. 3.9.4. Receitas de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10. Resultado por ação:** A Transirapé efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **3.11. Adoção de novos pronunciamentos:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis. ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia fez a análise da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma. CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil; CPC 06 (IFRS 16): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia fez a análise da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma. **3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes 31/12/2019:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Transirapé, estão descritas a seguir. A Transirapé pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios; • Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; • Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	**4**	4
Bancos	**1.339**	1.472
Aplicações financeiras	**7.347**	12.797
	8.690	14.273

As aplicações financeiras referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja modalidade de aplicação nomeada "BB Amplo FIC FI Renda Fixa Crédito Privado" com remuneração pré-fixada de 97,78% do CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de reserva - Banco Santander	**2.237**	2.136

Os valores referem-se à aplicação do Fundo de Investimento Restrito: Fundo FIC FI títulos públicos referenciado DI vinculado ao financiamento com o Santander/FINAME com remuneração pré-fixada de 94,88% do CDI. **6. Contas a receber - concessionárias e permissionárias e ativo contratual**

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias e permissionárias (6.1)	**3.923**	3.612
Ativo contratual (6.2)	**199.386**	183.118
	203.309	185.850
Ativo circulante	**40.560**	32.204
Ativo não circulante	**162.749**	153.646

6.1. Concessionárias e permissionárias: Valores a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia. **6.2. Ativo contratual:** A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive Parcelas de ajuste e Rateio de Antecipação constantes no AVC (Aviso de Crédito); Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. (b) Movimentação do ativo contratual em 31 de dezembro de 2019:

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854022.

COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO - CNPJ: 07.153.003/0001-04 ... continuação Notas explicativas às demonstrações contábeis-31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2017	**153.222**
CPC 47	31.975
Receita operacional bruta	37.610
Realização do ativo contratual	(40.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**182.238**
Receita operacional bruta	**52.933**
Realização do ativo contratual	**(35.785)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**199.386**
Contas a receber ativo contratual - circulante	**36.834**
Contas a receber ativo contratual - não circulante	**162.552**

As contas a receber ativos contratuais incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Tributos e contribuições sociais e tributos diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
PIS, COFINS e CSSL da Lei nº 10.833/2003	**17**	19
IR a compensar	**148**	88
	165	107
Passivo circulante		
IRPJ	**654**	441
CSLL	**291**	209
COFINS	**270**	236
Outros	**137**	122
	1.352	1.008

8. Impostos e encargos diferidos	**31/12/2019**	**31/12/2018**
PIS diferido	**1.302**	1.190
COFINS diferido	**6.007**	5.494
RGR diferidos	**5.206**	4.761
Taxa de fiscalização	**801**	732
	13.316	12.177
Circulante	**2.491**	3.044
Não circulante	**10.826**	9.133

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo de concessão e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais. a) IR e CS diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.645
Tributos diferidos reconhecidos no resultado	**522**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**6.168**

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Moeda	Circulante			Não Circulante		31/12/19	31/12/18
Nacional	**Principal**	**Encargos**	**Total**	**Principal**	**Total**	**Total**	**Total**
BDMG	**4.370**	**218**	**4.588**	**11.595**	**16.183**	20.686	
BNDES	**485**	**95**	**580**	**2.586**	**3.166**	3.695	
Debêntures	**9.680**	**15**	**9.695**	**16.940**	**26.635**	29.837	
Total	**14.535**	**328**	**14.862**	**31.121**	**45.983**	54.218	

Contratos em vigor: BDMG FINAME: Em 2011 foi contratado junto ao BDMG FINAME no valor de R$1.187 com vencimento em 2020 e taxa de 4,50% ao ano, destinado à implantação do reforço do módulo de conexão na SE Araçuai II para Itaobim. BDMG FINAME E FINEM: Em 2013 e 2014, contratamos também, junto ao BDMG, mais duas modalidades de financiamento, sendo estas: FINAME e FINEM no valor de R$19.761 e R$5.893, vencimentos em 2024 e 2029, taxa de 3,50% a.a. e 3,5% a.a. + TJPL, respectivamente, ambas destinadas à implantação do RBNI - II Banco de Trafos. Os FINAMEs junto ao BDMG possuem como garantias as aquisições do ativo e constituição de conta reserva. As garantias da modalidade FINEM resumem-se em penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP e direitos creditórios. BNDES Crédito Automático: Celebrado em 1º de abril de 2016 com a finalidade de atender a necessidade de caixa para expansão da Subestação de Irapé no município de Grão Mogol (MG) foi assinado contrato de Crédito Automático com o BNDES. O valor do limite de crédito é de R$4.000 milhões de reais com prazo de 21 meses e com juros remuneratórios à taxa efetiva de 6% somados à remuneração do BDMG de 2,5% ao ano. As garantias são de penhor de ações, cessão fiduciária de direitos emergentes, administração de contas e outras avenças. Debêntures: Em 26/09/2017 foi efetuada a 2ª emissão de debêntures simples no valor de R$30.000, em espécie quirografárias, sem garantias, por meio do Banco Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A. O prazo da operação é de cinco anos com vencimento em 22/09/2022, as amortizações têm carência de dois anos para pagamento do principal e os pagamentos de juros serão mensais. O 1º pagamento da amortização será em 26/09/2019. Adicionalmente, os juros incidentes sobre a operação refere-se a 100% variação acumulada DI (dia) somados à taxa efetiva de 0,7750% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 31º mês da data da emissão. Caso o limite da dívida líquida ultrapasse o valor de R$96.904 até junho/2021 e R$96.423 de julho/2021 até 22/09/2022, a Companhia deverá calcular a correção monetária da dívida pela atualização do IGP-M desde 01/01/2017. Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos acima. Seguem os totais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo que vencerão nos próximos anos:

	Total
2021	13.465
2022	10.548
2023	3.288
2024	1.104
Após 2024	2.716
Total	**31.121**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	58.593
Provisões de juros	4.046
Amortizações de principal	(4.373)
Amortização encargos	(4.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.218
Provisões de juros	**3.336**
Amortizações de principal	**(8.153)**
Amortização encargos	**(3.418)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**45.983**

10. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributário de perda provável e/ou possível.

11. Encargos regulatórios	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	**51**	206
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	**1.481**	1.285
Taxa de fiscalização ANEEL	**197**	181
Total	**1.729**	1.672

12. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social autorizado e integralizado era de R$22.340, representado por 22.340.490 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do Capital	
Acionista	**Ordinárias**	**Votante**	**Total**
Transminas Holding S/A	**9.159.601**	**41,00%**	**41,00%**
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa	**10.946.840**	**49,00%**	**49,00%**
EATE	**2.234.049**	**10,00%**	**10,00%**
	22.340.490	**100,00%**	**100,00%**

a) Reservas de lucro: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Transirapé já alcançou o limite estabelecido em lei. b) Reserva de retenção de lucros: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida. Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberará futuramente sobre a destinação da conta de "Reservas de retenções de lucros".d) Dividendos declarados: A demonstração contábil registrou a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do lucro líquido).

13. Receita operacional líquida	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita operacional bruta	**52.933**	37.610
Outras receitas	**126**	130
Parcela variável (-)	**(184)**	(98)
	52.875	37.642
Deduções da receita operacional		
PIS	**(343)**	(245)
COFINS	**(1.586)**	(1.130)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	**(1.375)**	(978)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	**(330)**	(315)
Taxa de fiscalização	**(211)**	(150)
	(3.845)	(2.818)
Receita operacional líquida	**49.030**	34.824

14. Resultado financeiro	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	**1.240**	498
Outras receitas financeiras	**72**	11
	1.312	509
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(3.283)**	(4.018)
Outras despesas financeiras	**(356)**	(300)
	(3.639)	(4.318)
Total do resultado financeiro	**(2.327)**	(3.809)

15. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	**CSLL**	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	**52.933**	**52.933**	37.610	37.610
Outras receitas	**126**	**126**	130	130
PV (-)	**(184)**	**(184)**	(98)	(98)
Receita operacional	**52.875**	**52.875**	37.642	37.642
Ajustes na receita operacional para fins IRCS	**(17.175)**	**(17.175)**	3.786	3.786
Receita operacional ajustada	**35.700**	**35.700**	33.856	33.856
Alíquota aplicada sobre a receita	**8%**	**12%**	8%	12%
Subtotal	**2.856**	**4.284**	2.708	4.063
Receitas financeiras	**1.312**	**1.312**	509	509
Base de cálculo	**4.168**	**5.596**	3.217	4.572
Alíquotas utilizadas para o cálculo	**15% e 10%**	**9%**	15% e 10%	9%
Total	**1.018**	**504**	780	411

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo do IRPJ e da CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente. **16. Partes relacionadas: a) Contratos em vigor:** Contrato de CCI entre Transleste e Transirapé para compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé. **Demonstração do resultado**

	31/12/2019	**31/12/2018**
Serviços tomados com parte relacionada		
Transleste	**167**	155

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Transirapé não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **a) Classificação dos instrumentos financeiros:** Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado. Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. b)Hierarquia do valor justo: A Transirapé utilizou a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A Transirapé classificou os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários e debêntures como nível I. c) Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Transirapé podem ser assim identificados: Risco de crédito - a Transirapé mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Transirapé mantém contratos regulando a prestação de seus serviços e também com cláusula de garantia bancária; Risco de preço - as receitas da Transirapé são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debêntures da Transirapé estão vinculados à variação do CDI; Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da Transirapé é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica que é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da Transirapé não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **18. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da Administração com a diretoria foi de R$212 (R$202 em 31 de dezembro de 2018), compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. **19.Benefício a empregados:** A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

Conselho de Administração: Enio Luigi Nucci - Presidente. Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro. Paulo Augusto Nepomuceno Garcia - Conselheiro. José Aloíse Ragone Filho - Conselheiro. Raul Lycurgo Leite - Conselheiro

Diretoria: José Renato Simões Machado - Diretor Técnico. Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm. Financeiro. Contadora responsável: Flávia Miranda Silva Pereira - Contadora CRC nº MG-067247/0-2.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis:

Aos Acionistas da **Companhia Transirapé de Transmissão** Belo Horizonte - MG.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis Companhia Transirapé de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R$199.386 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração da receita de construção e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 13 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6.
Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC-1MG080487/O-4

2/2

232 cm -30 1340726 - 1

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA – CODAP.

Aviso de SUSPENSÃO de licitação - Processo Licitatório n.º 08/2020 - Pregão Presencial N.º 06/2020, tendo por objeto Registro de Preços para eventual e futura contratação de serviços de consultoria em engenharia para elaboração de projeto de iluminação pública, com tecnologia LED, serviços de Medição e Verificação – M&V, além de serviços de apoio técnico à fiscalização, supervisão e gerenciamento de obra, estabelecidos no Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Eletrobrás, no âmbito do Procel Reluz, para atender aos municípios integrantes do Consórcio, devido a efeito de análise e julgamento do pedido de impugnação ao edital. Assim sendo, será publicado novo Edital oportunamente divulgado através da Imprensa Oficial.

3 cm -01 1341693 - 1

SEMPER S/A - SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

CNPJ/MF: 17.312.976/0001-00 - NIRE: 31300056066

AVISO: Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da empresa, os documentos referidos no art. 133 da Lei das S/A.

Belo Horizonte, 30 de março de 2019. A Diretoria.

2 cm -30 1340794 - 1

DMAES – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG

– Extrato De Adjudicação e Homologação –Processo 009/2020 – Pregão 003/2020 – O Diretor Geral do DMAES ratifica a Adjudicação ao vencedor e Homologa o processo, acatando inteiramente os atos do Pregoeiro, conforme Parecer Jurídico favorável, juntado aos autos. Ponte Nova (MG), 01/04/2020. Anderson Roberto Nacif Sodré/Diretor Geral.

DMAES – Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento de Ponte Nova/MG – Extrato do Contrato Administrativo 021/2020 –Processo 009/2020 – Pregão 003/2020 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia, destinados a revisão, relocação, incluída a consultoria e o assessoramento, dos projetos básicos e executivo da estação de tratamento de esgoto de Ponte Nova – ETE da Fazenda Gravatá. Contratada: Fraga Marques Engenharia Ltda ME. CNPJ: 21.762.193/0001-98. Execução Imediata em até 30 dias. Recurso Orçamentário: 17.512.0066.3.018.4490.51. Recurso financeiro próprio. Valor Total: R$ 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais). Ponte Nova (MG), 01/04/2020. Anderson Roberto Nacif Sodré/Diretor Geral.

5 cm -01 1341626 - 1

CONSÓRCIO INT. ALIANÇA PARA A SAÚDE

– Ratificação e Homologação. O Consórcio Int. Aliança para a Saúde torna pública a ratificação e homologação da Processo Licitatório 011/2020 – Dispensa Emergencial 001/2020 Objeto: Contratação de empresas para fornecimento de materiais para enfrentamento do COVID-19. Contratada: BH SEG Equipamentos de Proteção Individual, CNPJ: 22.202.833/0001-78. Valor total da contratação: R$560,00. Data da contratação: 18/03/2020. Nt-flex Industria, Comércio e Representações Ltda, CNPJ: 04.061.282/0001-98. Valor total da contratação: R$21.858,00. Data da contratação: 18/03/2020. Contratada: Bcorpore Sm Comercio De Produtos Hospitalares Eireli - Epp, CNPJ: 05.681.102/0001-33. Valor total da contratação: R$12.283,00. Data da contratação: 19/03/2020. Contratada: Asséptico Produtos Descartáveis Ltda - Me CNPJ: 00.618.346/0001-58. Valor total da contratação: R$5169,00. Data da contratação: 20/03/2020. Contratada: Suprisoldas Ltda, CNPJ: 10.972.584/0001-10. Valor total da contratação: R$4.500,00. Data da contratação: 23/03/2020. Contratada: Femak Equipamentos Ltda CNPJ: 28.525.881/0001-83. Valor total da contratação: R$6.870,00. Data da contratação: 23/03/2020 - BH/MG - 31.03.2020 Diran R. de Souza Filho – Secretário Executivo.

5 cm -31 1340967 - 1

GRAN ROYALLE PEDRO LEOPOLDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A

CNPJ SOB O Nº 17.000.462/0001-01

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Gran Royalle Pedro Leopoldo Empreendimentos Imobiliários S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 17.000.462/0001-01, sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, Rua Paraíba, nº 330, 18º andar, CEP 30.130-917, na figura do seu Diretor, nos termos do seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2020, quinta-feira, às 12h00 horas, em primeira convocação, e às 12h30 horas, em segunda convocação, na sede da Companhia, para tratar da seguinte ordem do dia: i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício 2019; ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício 2019 e a distribuição de dividendos, iii) deliberar sobre a alteração de diretoria. Informa que o relatório da administração e as demonstrações financeiras se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Ana Carolina Leão de Azevedo Oliveira - Diretora Presidente.

5 cm -30 1340558 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854023.

COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO - CNPJ: 05.974.828/0001-64

Relatório Anual da Administração: Aos acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transleste de Transmissão apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2019, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Companhia Transleste de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica. Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 009/2004 - ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 138 km de extensão, tendo origem na subestação de Montes Claros, e término na nova subestação Seccionadora de Irapé, ambas no Estado de Minas Gerais. **Sistema de transmissão:** As instalações de transmissão da Companhia Transleste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Os serviços de Operação e Manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transleste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Dados operacionais: Disponibilidade (%)	**100%**	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** 1. Projeto "Malha de Aterramento de Baixa impedância para Torre da LT Utilizando Eletrodos Verticais Profundos' término previsto para 2020 - Refere-se à terceira etapa da pesquisa sobre malha de aterramento. Diversos artigos publicados e uma tese de doutorado em 2019. 2. Projeto "Utilização de uma Linha de Transmissão existente de 345 kV, como Linha Piloto para Experimentação de Novas Técnicas de Melhorias do Desempenho frente a Descargas Atmosféricas". Continua em andamento as tratativas com a UFMG e a UFCG Universidade Federal de Campina Grande - PB onde 30% do investimento deste projeto será para atender a Lei 9991/2000 para pesquisas sediadas nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil. **Responsabilidade Socioambiental:** 1. Palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social realizada em maio de 2019 nos municípios de Francisco Sá e Grão Mogol sobre queimadas com divulgação durante dois meses na principal rádio da região. 2. Visita à alguns proprietários ao longo da linha de transmissão informando, esclarecendo dúvidas, os perigos e a importância de uma linha de transmissão para a comunidade através do Programa Educação Ambiental e Comunicação Social. 3.Ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa de servidão e dos acessos às torres. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório	**Regulatório**	**Societário**	**Societário**
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro Líquido	**27.203**	23.580	**26.929**	20.894
EBITDA	**36.312**	34.176	**32.278**	27.415

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ativo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**5.135**	10.623
Títulos e valores mobiliários	5	**1.565**	1.478
Contas a receber concessionárias e permissionárias	6	**4.074**	4.311
Contas a receber ativo contratual	6	**38.770**	35.880
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	**153**	99
Outros ativos circulantes		**1.670**	1.203
Total do ativo circulante		**51.367**	53.594
Não circulante			
Contas a receber concessionárias e permissionárias	6	**408**	386
Contas a receber ativo contratual	6	**88.590**	96.070
Outros ativos não circulantes		**14**	14
Imobilizado		**121**	156
Intangível		**-**	23
Total do ativo não circulante		**89.133**	96.649
Total do ativo		**140.500**	150.243

Passivo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Circulante			
Fornecedores		**143**	120
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	**17.981**	16.393
Dividendos propostos	12	**-**	144
Tributos e contribuições sociais	7	**1.705**	1.437
PIS e COFINS diferidos	8	**1.442**	1.622
Encargos regulatórios	11	**1.949**	1.748
Encargos regulatórios diferidos	8	**1.185**	1.333
Outros passivos circulantes		**1.232**	1.189
Total do passivo circulante		**25.637**	23.986
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	**38.543**	56.349
PIS e COFINS diferidos	8	**3.258**	3.235
IRPJ e CSSL diferidos	8 a)	**3.965**	4.098
Encargos regulatórios	8	**2.677**	2.659
Total do passivo não circulante		**48.443**	66.341
Patrimônio líquido	12		
Capital social		**49.569**	49.569
Reserva de lucros		**16.851**	10.347
Total do patrimônio líquido		**66.420**	59.916
Total do passivo e patrimônio líquido		**140.500**	150.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Periodo findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

		Reserva de Lucros			
	Capital social	**Legal**	**Dividendos adicionais propostos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.569	9.915	13.621	-	73.104
Adoção CPC 47 1º janeiro de 2018	-	-	-	(20.318)	(20.318)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.894	20.894
Dividendos declarados	-	-	-	(144)	(144)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	(13.621)	-	(13.621)
Dividendos adicionais propostos	-	-	432	(432)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	49.569	9.915	432	-	59.916
Lucro líquido do exercício	-	-	-	**26.929**	**26.929**
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	**(432)**	-	**(432)**
Dividendos intermediários	-	-	-	**(19.993)**	**(19.993)**
Dividendos adicionais propostos	-	-	**6.936**	**(6.936)**	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**49.569**	**9.915**	**6.936**	-	**66.420**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	Nota	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita operacional líquida	13	**36.742**	32.059
Custo de operação			
Pessoal		**(405)**	(452)
Material		**(29)**	22
Serviços de terceiros		**(1.847)**	(1.893)
Outras		**(191)**	(177)
		(2.472)	(2.500)
Lucro operacional bruto		**34.270**	29.559
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		**(1.339)**	(1.256)
Material		**(8)**	(11)
Serviços de terceiros		**(462)**	(493)
Outras		**(244)**	(385)
		(2.053)	(2.145)
Resultado do serviço		**32.217**	27.414
Resultado financeiro			
Receita financeira	14	**995**	810
Despesa financeira	14	**(4.743)**	(6.008)
		(3.748)	(5.198)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**28.469**	22.216
Imposto de renda	15	**(1.107)**	(1.015)
Contribuição social	15	**(566)**	(524)
IR e CS diferidos	8	**133**	217
		(1.540)	(1.322)
Lucro líquido do exercício		**26.929**	20.894
Lucro por ação		**0,54**	0,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente Período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	31/12/2019	**31/12/2018**
Lucro líquido do exercício	**26.929**	20.894
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**26.929**	20.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	31/12/2019	**31/12/2018**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**26.929**	20.894
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	**61**	182
Receitas financeiras	**(87)**	(89)
Encargos empréstimos e variação monetária e cambiais	**4.476**	5.796
Outras variações	**62**	60
	31.441	26.843
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	**215**	(82)
Contas a receber ativo contratual	**4.590**	(2.340)
Tributos e contribuições sociais a compensar	**(54)**	234
Outros ativos	**(467)**	(450)
	4.284	(2.638)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	**23**	(8)
Tributos diferidos	**(273)**	6.949
Tributos e contribuições sociais	**(205)**	(898)
Outros passivos	**96**	1.530
	51	7.573
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	**35.776**	31.778
Juros pagos	**(4.544)**	(5.875)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**31.232**	25.903
Fluxo de caixa de investimentos		
Aplicação no imobilizado	**(2)**	(29)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**(2)**	(29)
Pagamento de dividendos	**(20.569)**	(18.826)
Amortização das parcelas do financiamento	**(16.149)**	(16.151)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(36.718)**	(34.977)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(5.488)**	(9.103)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.623**	19.726
Saldo caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.135**	10.623
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(5.488)**	(9.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia Transleste de Transmissão ("Companhia" ou "Transleste") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 28 de outubro de 2003 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2005. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia. Pelo Contrato de Concessão nº 009/2004 - ANEEL, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgado à Companhia, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Montes Claros - Irapé 345 kV pelo período de 30 anos (fevereiro/ 2034). A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	**Prazo (anos)**	**Vigência até**	**RAP (*)**	**Índice de correção**
009/2004	30	28/02/2034	45.794	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565, de 25/06/2019.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo da concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria em 10 de março de 2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Transleste. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição e amortização de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetuou análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Determinação das receitas de implementação de infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. Determinação dos serviços de operação e manutenção: Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção. **3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "Valor justo por meio do resultado". Contas a receber da concessão são classificadas como "Ativo contratual pelo custo amortizado", em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15). Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Ativo contratual da concessão:** O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Esses recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 11%; e (ii) atualizado pelo IGP-M. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da Transleste revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Transleste não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Transleste possue uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. 3.6.1. Provisões para contingências: Quando aplicáveis as provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Arrendamentos:** A Transleste avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Transleste reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. **3.8. Tributação:** 3.8.1. Impostos sobre a receita: As receitas da Transleste está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%. **3.8.2. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** O imposto de renda e a contribuição social da Transleste é optante pelo regime do lucro presumido. Diferidos: Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. 3.9. Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: 3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura: Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. 3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. 3.9.3. Receitas de operação e manutenção: As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante. 3.9.4. Receitas de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10. Resultado por ação:** A Transleste efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **3.11. Adoção de novos pronunciamentos:** A Companhia adotou, a partir de 1º janeiro de 2019, as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis. ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia fez a análise da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma. CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil: CPC 06 (IFRS 16): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia fez a análise da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma. **3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes em 31/12/2019:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Transleste, estão descritas a seguir. A Transleste pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios; • Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; • Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

4. Caixa e equivalente de caixa	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa	**6**	6
Bancos	**2.470**	1.644
Aplicações financeiras	**2.659**	8.973
	5.135	10.623

As aplicações financeiras referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja modalidade de aplicação nomeada "BB Amplo FIC FI Renda Fixa Crédito Privado" com remuneração média pós-fixada durante o período de 93,36% do CDI.

5. Títulos e valores mobiliários	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Fundo de Reserva - Banco BNB	**1.565**	1.478
	1.565	1.478

Fundo Investimento restrito: carteira de títulos públicos vinculados ao financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB com rendimentos fixos de 99% CDI. **6. Contas a receber - concessionárias e permissionárias e ativo financeiro**

	31/12/2019	**31/12/2018**
Concessionárias e permissionárias (6.1)	**4.482**	4.697
Ativo contratual (6.2)	**127.360**	131.950
	131.842	136.647
Ativo circulante	**42.844**	40.191
Ativo não circulante	**88.998**	96.456

6.1. Concessionárias e permissionárias: Valores a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia. **6.2. Ativo financeiro e contratual:** A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte 1/2

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854024.

COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO - CNPJ: 05.974.828/0001-64 ... continuação Notas explicativas às demonstrações contábeis-31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive parcelas de ajuste e rateio de antecipação contantes no AVC (Aviso de Crédito); Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. (b) Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2019:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	**149.928**
CPC 47 - Adoção Inicial	(12.955)
Receita operacional bruta	34.632
Realização do ativo contratual	(39.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	131.950
Receita operacional bruta	**39.774**
Realização do ativo contratual	**(44.364)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**127.360**
Contas a receber ativo contratual - circulante	**38.770**
Coontas a receber ativo contratual - não circulante	**88.590**

6. Contas a receber - concessionárias e permissionárias e ativo financeiro: As contas a receber ativos contratuais incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratuais somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Tributos e contribuições sociais:	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo circulante		
PIS, COFINS e CSSL da Lei nº 10.833/2003	**28**	33
IR a compensar	**125**	66
	153	99
Passivo circulante		
IRPJ	**778**	638
CSLL	**351**	295
COFINS	**361**	325
Outros	**215**	179
	1.705	1.437
8. Impostos e encargos diferidos	**31/12/2019**	**31/12/2018**
PIS diferido	**838**	865
COFINS diferido	**3.862**	3.992
RGR diferidos	**3.347**	3.460
Taxa de fiscalização	**515**	532
	8.562	8.849
Circulante	**2.627**	2.955
Não circulante	**5.935**	5.894

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo de concessão e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais. a) IR e CS diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.098
Imposto diferido reconhecido no resultado	**(133)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**3.965**

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/19					31/12/18
		Circulante		Não Circulante		
Moeda Nacional	**Principal**	**Encargos**	**Total**	**Principal**	**Total**	**Total**
BNB FNE	**750**	**21**	**771**	**3.178**	**3.950**	4.701
BDMG FNE	**2.461**	**68**	**2.529**	**10.255**	**12.784**	15.258
Debêntures	**14.594**	**87**	**14.681**	**25.110**	**39.791**	52.783
Total	**17.805**	**176**	**17.981**	**38.543**	**56.525**	72.742

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Montes Claros - Irapé 345 Kv, e tem como garantia o penhor de ações, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas. Contratos que vigoram: (a) Contrato de financiamento no valor original de R$15.000 obtido do Banco do Nordeste do Brasil - BNB por meio de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE-PROINFRA. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 9,5% pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025. (b) Contrato de financiamento no valor original de R$47.000, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Conforme contrato estava sujeito a encargos de até 12% ao ano, e após ajustes com base na legislação vigora o percentual de 10%, pagos trimestralmente durante o período de carência fixado em 18 meses, e mensalmente, após esse período, serão pagos em 222 prestações mensais, vencendo-se a primeira em outubro de 2006 e a última em março de 2025. (c) Foi contratada em 07/08/2014, a 1ª emissão de debêntures no valor de R$55.000, em espécie quirografárias, sem garantias por meio do Itaú Unibanco S.A. O prazo da operação é de 06 anos com vencimento em 07/08/2020, com amortizações e pagamentos de juros trimestralmente sendo o 1º pagamento em 07/08/2016. Quanto à remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados da taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 24º mês da data da emissão. Em 26/09/2017 foi efetuada a 2ª emissão de debêntures simples no valor de R$30.000, em espécie quirografárias, sem garantias, por meio do Banco Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A. O prazo da operação é de cinco anos com vencimento em 22/09/2022, as amortizações têm carência de três anos para pagamento do principal e os pagamentos de juros serão mensais. O 1º pagamento da amortização será em 26/09/2020. Adicionalmente, os juros incidentes sobre a operação refere-se à 100% variação acumulada DI (dia) somados da taxa efetiva de 0,7750% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 31º mês da data da emissão. Caso o limite da dívida líquida ultrapasse o valor de R$116.896 até junho/2020 e R$102.399 de julho/2020 até 22/09/2022, a Companhia deverá calcular a correção monetária da dívida pela atualização do IGP-M desde 01/01/2017. Não existem cláusulas restritivas (covenants) para os contratos acima. Os vencimentos nos próximos anos das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Total
2021	17.568
2022	13.970
2023	3.238
2024	3.183
2025	584
	38.543

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	88.972
Provisões de juros	5.796
Juros pagos	(5.875)
Amortizações de principal	(16.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	72.742
Provisões de juros	**4.476**
Juros pagos	**(4.544)**
Amortizações de principal	**(16.149)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**56.525**

10. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributário de perda provável e/ou possível.

11. Encargos regulatórios	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	**1.821**	1.590
RGR/taxa de fiscalização ANEEL	**128**	158
Total	**1.949**	1.748

12. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social autorizado e integralizado era de R$49.569, representado por 49.569.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

	Quantidade de ações - 2019 e 2018			
	Integralizadas		**% do Capital**	
Acionista	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Votante**	**Total**
Transminas Holding S/A	**20.323.290**	**-**	**41,00%**	**41,00%**
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.				
- Taesa	**24.288.810**	**-**	**49,00%**	**49,00%**
EATE	**4.956.900**	**-**	**10,00%**	**10,00%**
	49.569.000	**-**	**100,00%**	**100,00%**

b) Reservas de lucro: Reserva legal: A Companhia atingiu o limite do capital social de acodo com os termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, no limite de 20% do capital social. c) Dividendos adicionais propostos: Refere-se à parcela do lucro líquido à disposição do acionistas para deliberação na AGO para pagamento. d) Dividendos declarados: A demonstração contábil registrou a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, a distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do lucro líquido).

13. Receita operacional líquida	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita operacional bruta	**39.773**	34.632
Outras receitas	**168**	156
Parcela Variável (-)	**(144)**	(29)
	39.797	34.759
Deduções da receita operacional		
PIS	**(259)**	(226)
COFINS	**(1.194)**	(1.043)
Quota para Reserva Global de Reversão-RGR	**(1.035)**	(904)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	**(408)**	(388)
Taxa de fiscalização	**(159)**	(139)
	(3.055)	(2.700)
Receita operacional líquida	**36.742**	32.059

14. Resultado financeiro	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	**908**	772
Outras receitas financeiras	**87**	38
	995	810
Despesas financeiras		
Juros s/ empréstimos e financiamentos	**(4.368)**	(5.800)
Outras despesas financeiras	**(375)**	(320)
	(4.743)	(6.008)
Total do resultado financeiro	**(3.748)**	(5.198)

15. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		**31/12/2018**	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receitas operacional bruta	**39.773**	**39.773**	34.632	34.632
Outras receitas	**168**	**168**	156	156
(PV)	**(144)**	**(144)**	(29)	(29)
Receita operacional	**39.797**	**39.797**	34.759	34.759
Receita ajustada	**4.321**	**4.321**	7.041	7.041
Receita operacional ajustada	**44.118**	**44.118**	41.800	41.800
Alíquota aplicada sobre a receita	**8%**	**12%**	8%	12%
Subtotal	**3.529**	**5.294**	3.344	5.016
Receitas financeiras	**995**	**995**	810	810
Base de cálculo	**4.524**	**6.289**	4.154	5.826
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e **10%**	**9 %**	15% e 10%	9%
Total	**1.107**	**566**	1.015	524

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo do IRPJ e da CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente. **16. Partes relacionadas:** a) Contratos de serviços tomados em vigor: Contrato de CCI entre Transleste e Transirapé: para compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé.

DRE	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita com compartilhamento de instalações Transirapé	**167**	155

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Transleste não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. a) Classificação dos instrumentos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado. Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. b) Hierarquia do valor justo: A Transleste utilizou a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A Transleste classificou os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários e debêntures como nível I. c) Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Transleste podem ser assim identificados: Risco de crédito - a Transleste mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Transleste mantém contratos regulando a prestação de seus serviços e também com cláusula de garantia bancária; Risco de preço - as receitas da Transleste são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debêntures da Transleste estão vinculados a variação do CDI; Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da Transleste é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica que é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da Transleste não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **18. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da Administração com a diretoria foi de R$603 (R$579 em 31 de dezembro de 2018), compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. **19. Benefício a empregados:** A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente; Marcelo Tosto de Oliveira; Carvalho - Conselheiro. Paulo Augusto Nepomuceno Garcia - Conselheiro. José Aloíse Ragone Filho - Conselheiro. Raul Lycurgo Leite - Conselheiro: **Diretoria: José Renato Simões Machado - Diretor Técnico. Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm. Financeiro. Contadora responsável: Flávia Miranda Silva Pereira - Contadora CRC nº MG-067247/0-2.**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas da **Companhia Transleste de Transmissão** - Belo Horizonte - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis Companhia Transleste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R$127.360 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração da receita de construção e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Belo Horizonte, 13 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6.
Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC-1MG080487/O-4. 2/2

232 cm -30 1340554 - 1

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-SAAE-CAETÉ/MG

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº030/2019-O SAAE de Caeté/MG e a empresa Jarbas Sebastião dos Reis-ME-CNPJ/MF nº02.628.117/0001-40-Objeto:Aditar em 25% o quantitativo dos itens do contrato original.-Fundamento:Tomada de Preços nº012/2019-Lei nº8.666/93 de 21/06/93 com suas posteriores alterações -Dotação:Orçamento 2020 da Autarquia-Caeté/MG,24/03/2020-Alana de Lourdes Arruda-Diretora Administrativo.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-SAAE-CAETÉ/MG-EXTRATO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº062/2017-O SAAE de Caeté/MG e a empresa Estrela Logística Eireli-CNPJ/MF nº04.309.564/0001-61-Objeto:Distrato ao contrato 062/2017 de prestação de serviços de transporte em veículos.-Modalidade: Tomada de Preços nº026/2017-Fundamento Artigo 22 Inciso II da Lei nº8.666/93 de 21/06/93 com suas posteriores alterações-Dotação:Orçamento 2020 da Autarquia-Caeté/MG,19/03/2020-Alana de Lourdes Arruda-Diretora Administrativa.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-SAAE-CAETÉ/MG-EXTRATO DA TOMADA DE PREÇOS Nº:008/2020-Objeto: Contratação de empresa especializada de natureza contínua, de Monitoramento Eletrônico.Abertura 23/04/2020 às 09:00 horas-Rua Monsenhor Domingos,nº:242,Centro,Caeté/MG-Aquisição do Edital pelo endereço eletrônico pelo telefone (0XX)31-3651-5100.Caeté/MG,24/03/2020-Diemerson Neves Porto-Presidente da C.P.L.

6 cm -01 1341603 - 1

HIDROBRÁS ÁGUAS MINERAIS DO BRASIL LTDA.

CNPJ/MF Nº42.172.429/0001-06 - REUNIÃO GERAL - CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Srs. Sócios Hidrobrás Águas Minerais do Brasil Ltda. a reunirem-se em Reunião Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada na data 24/04/2020, na sede da Sociedade, situada na Rodovia BR-381, KM-512, galpão A, bairro Serra, Cidade de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, CEP 35.460-000, às 11:00 horas da manhã na 1ª convocação, e às 11:30 horas da manhã na 2ª convocação, com a seguinte Ordem do Dia: (1) aprovar as contas dos administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultado do exercício de 2019; (2) deliberar a remuneração dos administradores e sobre a distribuição de lucros e constituição de reservas; (3) tratar de assuntos gerais. As informações e os documentos objetos de aprovação e deliberação se encontram à disposição dos interessados, na sede da Sociedade, especialmente documentos contábeis (§1º, art. 1.078, Código Civil). Brumadinho/MG, 01 de Abril de 2020. A Administração.

4 cm -30 1340925 - 1

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ELÓI MENDES, MINAS GERAIS.

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº03/2016, decorrente da Carta Convite nº 02/2016. Contratada: Gestcom Informática Ltda ME. Objeto: locação de sistemas de gestão comercial. Lei nº 8666/93. Valor mensal: R$ 2.516,35. Vigência: 11/03/2020 a 10/03/2021. Naiara Ozelani Pereira – Diretora do SAAE.

2 cm -31 1340994 - 1

WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA

CNPJ/MF Nº 25.329.319/0001-96 - NIRE N° 3130003378-3
COMPANHIA FECHADA
A V I S O

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede na Rua Aimorés, nº 981, 12º andar, parte, Bairro Funcionários, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019.
Belo Horizonte-MG, 30 de março de 2020.
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

3 cm -30 1340608 - 1

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF 22.677.520/0001-76 - NIRE nº 3130003731-2
COMPANHIA ABERTA
A V I S O

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, nº 955, parte, Distrito Industrial, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Montes Claros-MG, 30 de março de 2020.
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

3 cm -30 1340585 - 1

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – NEPOMUCENO – MG

Extrato de contrato

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Nepomuceno – MG, por meio da C.P.L, torna público, para fins de conhecimento dos interessados, o resultado Pregão 03/2020, Processo Licitatório 33/2020 Registro de preço. Regime menor preço por Item, objeto CLORETO DE SÓDIO, solicitado setor de Água do SAAE. Empresa vencedora: Hidroquimica – indústria e Comercio Ltda, CNPJ 09.145.060/0001-77 valor de 16.500,00, com vigência da Ata até 06/03/2020. Nepomuceno 31/03/2020 – Pregoeiro. – Edivaldo José Dias Registra-se e Publique-se

3 cm -01 1341480 - 1

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ELÓI MENDES, MINAS GERAIS

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2019, decorrente do Pregão nº 12/2019. Contratada: Diretriz Informática Eireli. ME. Objeto: serviços de manutenção mensal e suporte técnico especializado sobre sistemas informatizados e consultoria. Fundamentação: Leis nº 8666/93 e 10.520/02. Valor mensal: R$ 4.753,99. Vigência: 01/04/2020 a 31/03/2021. Naiara Ozelani Pereira – Diretora do SAAE.

2 cm -31 1340992 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854025.

COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO - CNPJ: 07.085.630/0001-55

Relatório Anual da Administração: Aos acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2019, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica. Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F-ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais. **Sistema de transmissão:** As instalações de transmissão da Companhia Transudeste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia-MME. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica. **Disponibilidade da Linha de Transmissão**

Dados operacionais:	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidade (%)	**100%**	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** 1.Projeto "Malha de Aterramento de Baixa impedância para Torre da LT Utilizando Eletrodos Verticais Profundos' com término previsto para 2020 – Esta é a terceira etapa da pesquisa sobre malha de aterramento. Em 2019 foram publicados diversos artigos e uma tese de doutorado. 2. Projeto "Utilização de uma Linha de Transmissão existente de 345 kV, como Linha Piloto para Experimentação de Novas Técnicas de Melhorias do Desempenho frente a Descargas Atmosféricas". Em andamento as tratativas com a UFMG e a UFCG Universidade Federal de Campina Grande – PB onde 30% do investimento deste projeto será para atender a Lei 9991/2000 para pesquisas sediadas nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil. **Responsabilidade Socioambiental:** 1. Palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social realizada em setembro de 2019 no município de Ibertioga e no distrito de São Miguel do Cajuru sobre queimadas com divulgação durante dois meses na principal rádio da região. 2. No programa Comunicação Social visitamos aleatoriamente alguns proprietários ao longo da linha, esclarecendo dúvidas e a importância da linha de transmissão para a comunidade. 3. Em fevereiro de 2019 a Transudeste recebeu o Certificado permanente da Licença de Operação, atividade não sujeita à renovação nos termos da DN-Copam nº 217. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório 31/12/2019	Regulatório 31/12/2018	Societário 31/12/2019	Societário 31/12/2018
Lucro líquido	**16.888**	14.919	**22.787**	13.350
EBITDA	**22.757**	21.531	**26.285**	17.336

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia. A Diretoria.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**3.199**	3.096
Contas a receber concessionárias e permissionárias	5	**2.891**	2.659
Contas a receber ativo contratual	5	**28.128**	21.179
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	**80**	73
Outros ativos circulantes		**317**	317
Total do ativo circulante		**34.615**	27.324
Não circulante			
Contas a receber concessionárias e permissionárias	5	**240**	240
Contas a receber ativo contratual	5	**61.361**	64.776
Outros ativos não circulantes		**1.168**	1.159
Imobilizado		**12**	14
Intangível		**-**	3
Total do ativo não circulante		**62.781**	66.192
Total do ativo		**97.396**	93.516

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores		**164**	208
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	**12.191**	12.209
Tributos e contribuições sociais	6	**737**	635
PIS e COFINS diferidos	7	**1.044**	791
Encargos regulatórios	10	**1.516**	1.367
Encargos regulatórios diferidos	7	**858**	650
Outros passivos circulantes		**49**	42
Total do passivo circulante		**16.559**	15.902
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	**21.303**	33.476
PIS e COFINS diferidos	7	**2.257**	2.371
IRPJ e CSSL diferidos	7 a)	**2.786**	2.669
Encargos regulatórios diferidos	7	**1.855**	1.949
Total do passivo não circulante		**28.201**	40.465
Patrimônio líquido	11		
Capital social		**30.000**	30.000
Reserva de lucros		**22.636**	7.149
Total do patrimônio líquido		**52.636**	37.149
Total do passivo e patrimônio líquido		**97.396**	93.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

			Reserva de Lucros			
	Capital Social	Legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	30.000	5.890	1.000	11.751	-	48.641
Efeito CPC 47	-	-	-	-	(16.791)	(16.791)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.350	13.350
Absorção do prejuízo CPC 47	-	-	(3.441)	-	3.441	-
Pagamento de dividendos declarados	-	-	-	(8.051)	-	(8.051)
Reserva de lucros	-	-	3.700	(3.700)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.000	5.890	1.259	-	-	37.149
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**22.787**	**22.787**
Reserva legal	-	**110**	-	-	**(110)**	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	**9.500**	**(9.500)**	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	**(6.041)**	**(6.041)**
Pagamento de dividendos declarados	-	-	**(1.259)**	-	-	**(1.259)**
Reserva de lucros	-	-	**7.136**	-	**(7.136)**	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**30.000**	**6.000**	**7.136**	**9.500**	-	**52.636**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia Transudeste de Transmissão ("Companhia" ou "Transudeste") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia. Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 4 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035). A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2005	30	04/03/2035	28.384	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565 de 25/06/2019.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria em 18 de fevereiro de 2020. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Transudeste. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição e amortização de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetuou análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Determinação das receitas de implementação de infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. Determinação dos serviços de operação e manutenção: Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção. **3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "Valor justo por meio do resultado". Contas a receber da concessão são classificadas como "Ativo contratual pelo custo amortizado", em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15). Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Ativo contratual da concessão:** O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 10,42%; e (ii) atualizado pelo IGP-M. **3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da Transudeste revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Transudeste não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Transudeste possue uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1. Provisões para contingências:** As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Arrendamentos:** A Transudeste avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Transudeste reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. **3.8. Tributação:** 3.8.1. Impostos sobre a receita: As receitas da Transudeste está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%. 3.8.2. Imposto de renda e contribuição social: Correntes: O imposto de renda e a contribuição social da Transudeste é optante pelo regime do lucro presumido. Diferidos: Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. **3.9. Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: 3.9.1.Receita de implantação de infraestrutura: Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. 3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. 3.9.3.Receitas de operação e manutenção: As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante. 3.9.4.Receitas de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10. Resultado por ação:** A Transudeste efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **3.11. Adoção de novos pronunciamentos:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis. ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia fez a análise da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma. CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil; CPC 06 (IFRS 16): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia fez a análise da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma. **3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes em 31/12/2019:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Transudeste, estão descritas a seguir. A Transudeste pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios; • Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; • Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Demonstração do Resultado
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	12	**28.717**	19.746
Custo de operação			
Serviços de terceiros		**(1.011)**	(890)
Pessoal		**(196)**	(227)
Outros		**(382)**	(454)
		(1.589)	(1.571)
Lucro operacional bruto		**27.128**	18.175
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		**(566)**	(546)
Material		**(4)**	(5)
Serviços de terceiros		**(217)**	(240)
Outras		**(63)**	(70)
		(850)	(861)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**26.278**	17.314
Resultado financeiro			
Receita financeira	13	**352**	339
Despesa financeira	13	**(2.791)**	(3.554)
		(2.439)	(3.215)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**23.839**	14.099
Imposto de renda corrente	14	**(609)**	(577)
Contribuição social corrente	14	**(326)**	(309)
IR e CS diferidos	7	**(117)**	137
		(1.052)	(749)
Lucro líquido do exercício		**22.787**	13.350
Lucro por ação		**0,76**	0,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
Período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	**22.787**	13.350
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**22.787**	13.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma direrente)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**22.787**	13.350
Depreciação e amortização	**7**	22
Encargos sobre empréstimos e debêntures	**2.605**	3.401
Outras variações	**60**	63
	25.459	16.836
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber concessionárias e permissionárias	**(232)**	(70)
Contas a receber ativo contratual	**(3.534)**	(1.569)
Tributos e contribuições sociais	**(7)**	45
Outros ativos	**(10)**	(213)
	(3.783)	(1.807)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	**(44)**	36
Tributos diferidos	**256**	2.684
Tributos e contribuições sociais	**102**	(3)
Encargos regulatórios	**202**	2.704
Outros passivos	**7**	5
	523	5.426
Caixa gerado pelas das atividades operacionais	**22.199**	20.455
Juros pagos	**(2.551)**	(3.334)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**19.648**	17.121
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	**(7.300)**	(11.969)
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	**(12.245)**	(4.082)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(19.545)**	(16.051)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**103**	1.070
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.096**	2.026
Saldo caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.199**	3.096
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**103**	1.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	**2**	2
Bancos	**1.154**	998
Aplicações financeiras	**2.043**	2.096
	3.199	3.096

As aplicações financeiras referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja modalidade de aplicação nomeada " BB Amplo FIC FI Renda Fixa Crédito Privado", com remuneração média pós-fixada durante o período de 93,36% do CDI. **5. Contas a receber - concessionárias e permissionárias e ativo contratual**

	31/12/2019	31/12/2018
Concessináias e permissionárias (5.1)	**3.131**	2.899
Ativo contratual (5.2)	**89.489**	85.955
	92.620	88.854
Ativo circulante	**31.019**	23.838
Ativo não circulante	**61.601**	65.016

5.1. Concessionárias e permissionárias: Valores a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia. **5.2. Ativo contratual:** A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive Parcelas de ajuste e Rateio de Atencipação contantes no AVC (Aviso de Crédito). Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. 1/2

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854026.

COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO - CNPJ: 07.085.630/0001-55 ... continuação Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação do ativo contratual em 31 de dezembro de 2019

Saldo em 31 de dezembro de 2017	101.177
CPC 47 - adoção inicial	(13.951)
Receita operacional bruta	21.429
Realização do ativo contratual	(22.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	85.955
Receita operacional bruta	**31.114**
Realização do ativo contratual	**(27.580)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**89.489**
Contas a receber ativo contratual - circulante	**28.128**
Contas a receber ativo contratual - não circulante	**61.361**

As contas a receber ativos contratuais incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6. Tributos e contribuições sociais e tributos

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
PIS, COFINS e CSSL da Lei nº 10.833/2003	**10**	20
IR a compensar	**70**	53
	80	73
Passivo circulante		
IRPJ	**273**	242
CSLL	**144**	127
COFINS	**234**	200
Outros	**86**	66
	737	635
Circulante	**1.902**	3.162
Não circulante	**4.112**	2.599

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo de concessão e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais. a) IRPJ e CSSL diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.669
Tributos diferidos reconhecidos no resultado	**117**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.786**

7. Impostos e encargos diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
PIS diferido	**588**	563
COFINS diferido	**2.713**	2.599
RGR diferidos	**2.351**	2.253
Taxa de fiscalização	**362**	346
	6.014	5.761
Circulante	**1.902**	3.162
Não circulante	**4.112**	2.599

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/19			31/12/18		
	Circulante			Não Circulante		
Debên-	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	Total
tures	12.119	19	12.191	21.303	33.494	**45.685**
Total	**12.119**	**19**	**12.191**	**21.303**	**33.494**	45.685

Contratos em vigor: O saldo da conta de "Empréstimos e financiamentos" em 30/06/2019 referem-se a valores correspondentes a 2ª emissão de Debêntures emitidas 26/09/2017, sem garantias, através do Banco Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de Valores.S.A. O prazo da operação é de cinco anos com vencimento em 22/09/2022, as amortizações tem carência de um ano para pagamento do principal e o pagamento de juros serão mensais. O 1º pagamento da amortização será em 26/09/2018. A remuneração renderá juros de 100% variação acumulada DI (dia) somados à taxa efetiva de 0,7750% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 31º mês da data da emissão. Caso o limite da dívida líquida ultrapasse o valor de R$74.871 até junho/2021 e R$69.753 a partir de julho/2021, a Companhia deverá calcular a correção monetária da dívida pela atualização do IGP-M desde 01/01/2017. Não existem cláusulas restritivas (covenants) para os contratos acima. As captações objetivam melhor estruturação da implantação do sistema de transmissão de energia da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora. Seguem os totais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo que vencerão nos próximos anos:

	Total
2021	12.172
2022	9.131
Total	**21.303**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.700
Provisões de juros	3.401
Juros pagos	(3.334)
Amortizações de principal	(4.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	45.685
Provisões de juros	**2.605**
Juros pagos	**(2.551)**
Amortizações de principal	**(12.245)**
Saldo em 31 e dezembro de 2019	**33.494**

9. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributário de perda provável e/ou possível.

10. Encargos regulatórios

	31/12/2019	31/12/2018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	**1.361**	1.197
RGR/Taxa de fiscalização ANEEL	**155**	170
Total	**1.516**	1.367

11. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 e dezembro de 2019 e 2018, o capital social autorizado e integralizado era de R$30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do Capital	
Acionista	**Ordinárias**	**Votante**	**Total**
Transminas Holding S/A	**12.300.000**	**41,00%**	**41,00%**
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa	**14.700.000**	**49,00%**	**49,00%**
EATE	**3.000.000**	**10,00%**	**10,00%**
	30.000.000	**100,00%**	**100,00%**

b) Reservas de lucro: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva de retenção de lucros: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida. d) Dividendos adicionais propostos: Refere-se a parcela do lucro líquido à disposição do acionistas para deliberação na AGO para pagamento.

12. Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional bruta	**31.114**	21.429
Parcela variável (-)	**(82)**	(19)
	31.032	21.410
Deduções da receita operacional		
PIS	**(202)**	(139)
COFINS	**(931)**	(643)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	**(806)**	(556)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	**(252)**	(240)
Taxa de fiscalização	**(124)**	(86)
	(2.315)	(1.664)
Receita operacional líquida	**28.717**	19.746

13. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	**307**	302
Outras receitas financeiras	**45**	37
	352	339
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(2.533)**	(3.399)
Outras despesas financeiras	**(258)**	(155)
Total do resultado financeiro	**(2.791)**	(3.554)

14. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	**31.114**	**31.114**	21.429	21.429
Parcela variável (-)	**(82)**	**(82)**	(29)	(29)
Receita operacional	**31.032**	**31.032**	21.410	21.410
Ajustes na receita operacional para fins IRCS	**(3.789)**	**(3.789)**	4.415	4.415
Receita operacional ajustada	**27.243**	**27.243**	25.825	25.825
Alíquota aplicada sobre a receita	**8%**	**12%**	8%	12%
Subtotal	**2.179**	**3.269**	2.066	3.099
Receitas financeiras	**352**	**352**	339	339
Base de cálculo	**2.531**	**3.621**	2.405	3.438
Alíquotas utilizadas para o cálculo	**15% e 10%**	**9%**	15% e 10%	9%
Total	**609**	**326**	577	309

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo do IRPJ e da CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente. **15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Transudeste não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. a) Classificação dos instrumentos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado. Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. b) Hierarquia do valor justo: A Transudeste utilizou a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A Transudeste classificou os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários e debêntures como nível I. c) Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Transudeste podem ser assim identificados: Risco de crédito - a Transudeste mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Transudeste mantém contratos regulando a prestação de seus serviços e também com cláusula de garantia bancária; Risco de preço - as receitas da Transudeste são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debêntures da Transudeste estão vinculados a variação do CDI; Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da Transudeste é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica que é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da Transudeste não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **16. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da Administração com a diretoria foi de R$210 (R$202 em 31 de dezembro de 2018), compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. **17. Benefício a empregados:** A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

Conselho de Administração: Enio Luigi Nucci - Presidente. Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro. Paulo Augusto Nepomuceno Garcia - Conselheiro. José Aloíse Ragone Filho - Conselheiro. Raul Lycurgo Leite - Conselheiro. **Diretoria:** José Renato Simões Machado - Diretor Técnico. Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm. Financeiro. **Contadora responsável: Flávia Miranda Silva Pereira - Contadora CRC nº MG-067247/0-2.**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas da **Companhia Transudeste de Transmissão -** Belo Horizonte - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis Companhia Transudeste de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R$89.489 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração da receita de construção e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 13 de março de 2020.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC-1MG080487/O-4.

2/2

224 cm -30 1340482 - 1

CRDD-CONSELHO REGIONAL DOS DESPACHANTES

Belo Horizonte (MG), 05 de março de 2020.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO – 05/2020

O Presidente do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais – CRDD/MG, Sr. Chrispim José da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais, considerando o artigo 11, inciso III, IV e XI do Estatuto deste Conselho.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. Sebastião Teixeira Marques, Despachante Documentalista, inscrito no CRDD/MG sob o nº 02945, como Presidente da Comissão Eleitoral do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2° Nomear o Sr. Hudson André do Nascimento, Despachante Documentalista, inscrito no CRDD/MG sob o nº 02654, como Secretário da Comissão Eleitoral do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais.

Art. 3° Nomear o Sr. Carlos Roberto de Oliveira Nascente, Despachante Documentalista, inscrito no CRDD/MG sob o nº 01199, como Escrutinador da Comissão Eleitoral do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único: A função desempenhada é de livre nomeação e exoneração por parte desse Presidente; não gerando nenhum tipo de vínculo empregatício com esta Entidade, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária do CRDD/MG, realizada em 20 de fevereiro de 2018.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, tendo sua validade imediata.

Art. 5º. Publique-se

Chrispim José da Silva
Presidente - CRDD/MG

7 cm -30 1340753 - 1

FRODOSA SIDERÚRGICA LTDA.

CNPJ: 24.981.444/0001-13 / NIRE: 31.210.650.511

Extrato da Ata De Reunião De Sócios realizada em 17/02/2020

Data, Hora e Local: 17/02/2020, às 9:00 horas, na sede social da Frondosa Siderúrgica Ltda. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos sócios. Mesa: Marianna Alés Lopez Reis Laranjeira Bottcher como presidente, e Simone Aparecida de Oliveira Hevia como Secretária da Mesa. Ordem do Dia e Deliberações: Os sócios, por unanimidade e sem reservas, deliberaram o quanto segue: Tendo em vista que o capital social da Sociedade encontra-se totalmente integralizado, os sócios aprovam a redução do capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo para realização de seu objeto social, com fulcro no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, no montante de R$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais), com o cancelamento das respectivas quotas. O montante objeto da redução do capital social da Sociedade deverá ser restituído integralmente à sócia RIO VERDE GUSA PARTICIPAÇÕES LTDA., com a devida anuência da sócia TFC II LIMITED. Os sócios autorizam a Administradora da Sociedade a tomar toda e quaisquer providências necessárias à efetivação da redução de capital, em especial sua publicação e arquivamento. A Sociedade observará o prazo de 90 dias da publicação da presente ata para oposição de credores quirografários, na forma do artigo 1.084, § 1o, do Código Civil Brasileiro. Após o referido prazo, a deliberação acima se tornará efetiva e essa ata será levada a arquivamento na Junta Comercial competente. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para lavratura desta ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada pela Presidente da Mesa, pela Secretária e pelos sócios presentes, encerrando-se, assim, a presente reunião.

7 cm -30 1340788 - 1

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE n° 3130002243-9 - Companhia Aberta

A V I S O

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, nº 955, parte, Distrito Industrial, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Montes Claros-MG, 30 de março de 2020.

A Administração

3 cm -30 1340605 - 1

EXPRESSO TRANSAMAZONAS S.A.

CNPJ 21.137.211/0001-40

Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGO a se realizar no dia 30.04.20, às 10 horas, na sua sede social, à Rua Pernambuco 353, sala 803, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte, MG, com a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.19; b) deliberar sobre a destinação de resultados e a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2019; c) fixar os honorários da Diretoria; d) tratar de assuntos gerais. AVISO: Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Cia. nos termos do art. 133 da Lei das S/A.

Belo Horizonte, 27 de Março de 2020.
A Diretoria

4 cm -30 1340452 - 1

ALGAR TELECOM S/A

Companhia Aberta
CNPJ n.º 71.208.516/0001-74
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convidados os senhores Acionistas, para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 29 de abril de 2020, às 09:00 (nove) horas, em sua sede social, localizada na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, para tratarem da seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; 2. Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; 3. Deliberar sobre a eleição dos membros que irão compor o Conselho de Administração da Companhia para os próximos 2 (dois) exercícios sociais, com mandato até à Assembleia que será realizada em 2022. 4. Deliberar sobre a não instalação do Conselho Fiscal da Companhia. 5. Deliberar sobre a fixação da remuneração anual global da Administração da Companhia; e, 6. Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2020. Instruções Gerais: 1. A documentação relativa à ordem do dia estará à disposição na sede da Companhia, assim como no sítio eletrônico https://ri.algartelecom.com.br/. 2. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia, mediante a apresentação do mandato de representação, outorgado na forma da legislação vigente.

Uberlândia - MG, 31 de março de 2020.
Luiz Alexandre Garcia - Presidente do Conselho de Administração

7 cm -30 1340742 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854027.

MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S.A. E CONTROLADAS
CNPJ: 43.214.055/0001-07

1/2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com a legislação em vigor e em obediência aos dispositivos de nossos estatutos, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras comparativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A administração estará como sempre à inteira disposição dos senhores acionistas para os esclarecimentos julgados necessários.
Uberlândia (MG), 31 de março de 2020.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/19**	**31/12/18**	**31/12/19**	**31/12/18**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	140.512	157.354	158.863	174.205
Contas a receber	443.430	414.360	449.971	419.085
Estoques	679.800	658.500	680.419	664.786
Impostos a recuperar	105.217	58.955	111.999	62.670
Dividendos a receber	3.072	1.000	-	-
Crédito com fornecedores	22.242	27.588	22.268	27.957
Outros ativos	9.327	10.605	12.336	11.633
Total do ativo circulante	1.403.600	1.328.362	1.435.856	1.360.336
Não circulante				
Realizável a longo prazo:				
Depósitos judiciais	8.301	10.281	9.100	10.673
Empréstimos e adiantamentos com partes relacionadas	2.680	25	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.457	38.766	46.457	38.766
Impostos a recuperar	106.726	59.339	106.726	59.339
Outros ativos	1.145	1.216	1.208	1.280
Total do realizável a longo prazo	165.309	109.627	163.491	110.058
Investimentos	49.725	49.719	54	53
Direito de uso de arrendamento	96.363	-	101.517	-
Imobilizado	38.729	32.878	114.757	77.446
Intangível	14.118	17.203	14.118	17.668
Total do ativo não circulante	364.244	209.427	393.937	205.225
Total do ativo	1.767.844	1.537.789	1.829.793	1.565.561

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**31/12/19**	**31/12/18**	**31/12/19**	**31/12/18**
Circulante				
Fornecedores	804.834	787.378	797.083	793.366
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.581	2.830	10.515	7.389
Salários, encargos e benefícios sociais	27.015	27.989	31.291	32.626
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.628	971
Impostos, taxas e contribuições a recolher	23.567	22.027	25.312	24.497
Arrendamento Mercantil	29.089	-	32.181	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.400	6.467	8.400	11.468
Outros passivos	35.406	31.708	45.149	34.375
Total do passivo circulante	925.892	878.399	951.559	904.692
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	206.470	204.875	237.258	204.875
Arrendamento Mercantil	70.997	-	73.289	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15.034	15.592	15.033	15.592
Provisões para contingências	36.396	42.511	39.584	43.975
Outros passivos	1.000	1.000	1.000	1.000
Total do passivo não circulante	329.897	263.978	366.164	265.442
Patrimônio líquido				
Capital social	124.738	124.738	124.744	124.744
Reservas de lucros	387.317	270.674	387.326	270.683
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	512.055	395.412	512.055	395.412
Participação de não controladores	-	-	15	15
Total do patrimônio líquido	512.055	395.412	512.070	395.427
Total do passivo e patrimônio líquido	1.767.844	1.537.789	1.829.793	1.565.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais - R$)

		Reservas de lucros						
	Capital social	**Legal**	**Retenção**	**Reservas de Incentivos fiscais**	**Lucros acumulados**	**Atribuível aos acionistas da controladora**	**Participação de não controladores**	**Total consolidado**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	124.738	24.947	224.752	-	-	374.437	16	374.453
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.967	27.967	6	27.973
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	(6.992)	(6.992)	-	(6.992)
Aquisição de participação não controladora	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Transferência para reserva de lucros	-	-	20.975	-	(20.975)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	124.738	24.947	245.727	-	-	395.412	15	395.427
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	120.643	120.643	7	120.650
Subvenções para investimento	-	-	(27.967)	135.198	(107.231)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)	-	(4.000)
Aquisição de participação não controladora	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Transferência para reserva de lucros	-	-	9.412	-	(9.412)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	124.738	24.947	227.172	135.198	-	512.055	15	512.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - (Em milhares de Reais - R$)

1 Contexto operacional - A Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida José Andraus Gassani, 5.400, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almart Administração e Participações S.A. ("Almart"), que, por sua vez, é controlada pela Almar Participações Ltda., sendo todas as empresas constituídas na forma de companhia de capital fechado. A Sociedade atua no atacado e varejo, comercializando e distribuindo bens de consumo duráveis e não duráveis, incluindo produtos farmacêuticos e assemelhados, bem como prestando serviços de transporte de carga, descarga, paletização, armazenagem, concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista.
2 Base de preparação - a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), inclusive instrução CVM nº 476 que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados (CVM).
b. Bases de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.
3 Novas normas, alterações e interpretações de normas - A Sociedade adotou o CPC 06(R2) - Operações de Arrendamento Mercantil- utilizando a abordagem retrospectiva modificada em que as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas.
4 Principais práticas contábeis - a. Bases de consolidação - Definição de controladas para fins de consolidação - Controladas são todas as Sociedades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. **Critérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas -** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores.
b. Receita de contrato com o cliente - A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos das devoluções ocorridas em períodos anteriores. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no período em que o serviço é efetivamente prestado. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas. **c. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL -** O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, como aplicável a cada empresa, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **d. Estoques -** Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. **e. Imobilizado -** Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. **f. Intangível -** Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. **g. Caixa e equivalentes de caixa -** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. **h. Contas a receber -** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão ao valor recuperável. A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de vendas a prazo, as quais foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 4,40% a.a. em dezembro de 2019, base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "Contas a receber" e sua contrapartida na rubrica "Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços" pela fruição do prazo. As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes. **i. Investimentos em controladas -** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido. As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade. **j. Arrendamento mercantil -** Até 31 de dezembro de 2018, a Sociedade classificava seus contratos de arrendamento mercantil no momento da sua contratação, como: Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens. Operacionais: os contratos de locação da Sociedade, referentes a bens imóveis, são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional. A partir de 01 de janeiro de 2019, a Sociedade adotou o CPC 06 (R2). No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Sociedade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Como arrendador: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade não possuía ativos arrendados. **k. Provisões -** Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. **l. Empréstimos e financiamentos -** Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. **m. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes -** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes. A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de compras a prazo. Utilizou-se a taxa média de 4,40% a.a. em dezembro de 2019, base das captações para as respectivas datas-bases. Os ajustes envolveram as contas de "Fornecedores", "Estoques" e "Custo dos produtos vendidos". **n. Dividendos e juros sobre o capital próprio -** A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.
5 Investimentos - Principais informações das controladas

31/12/19	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Rede Smart
Ativo total	29.497	16	1.251	48.006	24.258	1.437	19.429	114	4.951	266
Passivos total	18.895	-	27	30.926	12.567	883	11.452	-	4.522	362
Patrimônio líquido	10.602	16	1.224	17.080	11.691	554	7.977	114	429	(96)
Receita líquida	38.464	-	-	55.662	32.521	244	26.880	-	18.781	476
Lucro(prejuízo) do exercício	17.587	(25)	(264)	5.377	(3.982)	(847)	914	(5)	(3.375)	(793)

31/12/18	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição
Ativo total	18.087	53	1.514	20.642	19.554	1.745	12.445	119	10.035
Passivos total	10.771	37	26	7.595	3.882	810	5.153	-	6.232
Patrimônio líquido	7.316	16	1.488	13.047	15.672	935	7.292	119	3.803
Receita líquida	34.766	43	11.268	30.913	29.540	3.295	23.444	-	32.942
Lucro(prejuízo) do exercício	16.343	(144)	(512)	(275)	259	(1.852)	1.358	(35)	(10.413)

6 Direito de uso e arrendamento mercantil - O efeito da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 sobre as operações de arrendamento mercantil está descrito na nota explicativa 3. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 06, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos. **a. Ativo de direito de uso -** Os saldos dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir:

		Controladora			Consolidado		
	Prazo	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Edificações	1 a 8 anos	17.399	(6.397)	11.002	26.194	(10.038)	16.156
Edificações – Parte relacionada	5 anos	90.511	(16.919)	73.592	90.511	(16.919)	73.592
Veículos	3 a 5 anos	16.167	(4.398)	11.769	16.167	(4.398)	11.769
Total		124.077	(27.714)	96.363	132.872	(31.355)	101.517

A movimentação do direito de uso durante o ano de 2019 foi a seguinte:

	Controladora				
	Adoção inicial	**Remensuração**	**Adição de novos contratos**	**Depreciação**	**Saldo líquido em 31/12/19**
Edificações	13.298	3.599	502	(6.397)	11.002
Edificações – Parte relacionada	64.383	26.128	-	(16.919)	73.592
Veículos	2.615	13.552	-	(4.398)	11.769
Total	80.296	43.279	502	(27.714)	96.363

	Consolidado				
	Adoção inicial	**Remensuração**	**Adição de novos contratos**	**Depreciação**	**Saldo líquido em 31/12/19**
Edificações	19.667	5.897	630	(10.038)	16.156
Edificações – Parte relacionada	64.383	26.128	-	(16.919)	73.592
Veículos	2.615	13.552	-	(4.398)	11.769
Total	86.665	45.577	630	(31.355)	101.517

b. Passivo de arrendamento mercantil - Saldos de passivos de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019:

Demonstrações dos resultados
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	**31/12/18**	**31/12/19**	**31/12/18**
Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços	4.226.798	4.089.587	4.266.821	4.137.336
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.381.176)	(3.276.147)	(3.398.278)	(3.301.781)
Lucro bruto	845.622	813.440	868.543	835.555
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais e de distribuição	(779.941)	(711.999)	(751.583)	(701.383)
Gerais e administrativas	(106.689)	(110.502)	(140.772)	(136.713)
Outras receitas operacionais, líquidas	96.374	46.473	100.058	47.837
Equivalência patrimonial	14.681	4.778	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	70.047	42.190	76.246	45.296
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	22.713	22.018	23.437	22.954
Despesas financeiras	(26.250)	(25.055)	(28.039)	(25.972)
Variações monetárias e cambiais	43.097	1.220	43.749	1.330
	39.560	(1.817)	39.147	(1.688)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	109.607	40.373	115.393	43.608
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	3.345	(7.464)	(2.434)	(10.693)
Diferidos	7.691	(4.942)	7.691	(4.942)
	11.036	(12.406)	5.257	(15.635)
Lucro líquido do exercício	120.643	27.967	120.650	27.973
Lucro líquido atribuível a:				
Acionistas controladores			120.643	27.967
Acionistas não controladores			7	6
			120.650	27.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	**31/12/18**	**31/12/19**	**31/12/18**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	109.607	40.373	115.393	43.608
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Perda na alienação de ativo imobilizado	7.155	818	12.911	2.419
Depreciação, amortização e depreciação arrendamento mercantil	45.733	18.695	58.494	25.419
Receita com vendas de ativos imobilizados	(37)	(786)	(5.065)	(2.011)
Juros e variações monetárias líquidos	(37.946)	2.486	(37.326)	2.827
Encargos financeiros debêntures	13.204	3.155	13.204	3.155
Resultado de equivalência patrimonial	(14.681)	(4.778)	-	-
Dividendos desproporcionais de controladas a não controladores e perda na participação de investimento por alteração de participação societária	5.371	5.586	5.266	5.586
Constituição de provisão (líquida de reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(376)	157	1.753	1.119
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(136)	(731)	(20)	(445)
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	(4.529)	835	(4.772)	835
Constituição de provisão (líquida de reversão) para participação no resultado	-	(487)	(504)	(8)
Perdas líquidas no valor recuperável do imobilizado e do intangível - impairment	(3.608)	(29)	(3.608)	(29)
	119.757	65.294	155.726	82.475
Variações em:				
Contas a receber	(28.935)	66.229	(30.739)	97.652
Estoques	(19.304)	(95.273)	(13.175)	(87.683)
Impostos a recuperar	(43.106)	(26.213)	(45.131)	(25.563)
Crédito com fornecedores	5.345	1.291	5.688	2.156
Redução em outros ativos	1.395	(239)	2.459	381
Depósitos judiciais	1.980	1.625	1.574	1.490
Adiantamentos com partes relacionadas	(2.555)	614	-	2.139
Fornecedores	17.457	18.131	3.713	(15.305)
Salários, encargos e benefícios sociais	(974)	3.190	(876)	3.143
Participação nos lucros e resultados	-	(384)	-	(399)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	10.793	(4.589)	10.086	(4.421)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(9.533)	(8.239)	(10.158)	(8.639)
Outros passivos	3.602	(13.482)	10.366	(13.127)
Caixa gerado pelas operações	55.922	7.955	89.533	34.299
Juros pagos	(17.916)	-	(18.999)	(497)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.417)	(10.520)	(13.854)	(13.861)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	29.589	(2.565)	56.680	19.941
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimento FIDC	-	24.562	-	24.562
Recebimento de saldo de caixa de controlada por aquisição de participação	-	-	632	-
Aquisição de participação societaria	(697)	-	(697)	-
Integralização de capital em controladas	(477)	(6.452)	-	-
Redução de investimentos	-	5.539	-	-
Recebimento de dividendos	8.528	9.535	-	-
Recebimento pela venda de imobilizados	-	1.415	1.924	2.660
Aquisição de bens dos ativos imobilizado e intangível	(24.511)	(16.299)	(70.085)	(28.957)
Fluxo de caixa proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento	(17.157)	18.300	(68.226)	(1.735)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	1.519	879	42.821	4.304
Debentures	-	200.000	-	200.000
Custos de emissão debêntures	-	(1.307)	-	(1.307)
(Resgates) de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	(169.123)	-	(169.123)
Amortização de financiamentos	-	-	(7.139)	(3.947)
Pagamento de encargos e arrendamento mercantil IFRS 16	(24.326)	-	(27.738)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(6.467)	(9.471)	(11.740)	(15.133)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(29.274)	20.978	(3.796)	14.794
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16.842)	36.713	(15.342)	33.000
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	140.512	157.354	158.863	174.205
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157.354	120.641	174.205	141.205
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16.842)	36.713	(15.342)	33.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora	Consolidado
Arrendamentos a pagar	23.055	28.439
Arrendamentos a pagar partes relacionadas	77.031	77.031
Saldo final	100.086	105.470
Circulante	29.089	32.181
Não circulante	70.997	73.289
Saldo final	100.086	105.470

A movimentação do passivo de arrendamento durante o ano de 2019 foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial	80.296	86.665
Remensuração de contratos	43.279	45.577
Adição de novos contratos	502	630
Pagamento de principal	(24.326)	(27.738)
Pagamento de juros	(4.351)	(4.673)
Juros provisionados	4.686	5.009
Saldo final	100.086	105.470

Cronograma de liquidação da obrigação para o passivo de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
2020	29.089	32.181
2021	23.741	25.776
2022	24.618	24.836
2023	22.353	22.390
Acima de 2024	285	287
Total	100.086	105.470

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854028.

MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S.A. E CONTROLADAS

2/2

CNPJ: 43.214.055/0001-07

7 Imobilizado

		Controladora		Consolidado	
	Taxa (i) - %	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Terrenos	-	128	128	128	128
Edificações	4,00	2.550	2.844	2.550	2.844
Benfeitorias em propriedade de terceiros	21,41	2.015	2.050	2.344	2.741
Máquinas e equipamentos	11,35	21.348	17.828	21.527	22.407
Equipamentos de informática	20,34	6.109	4.297	6.117	4.659
Veículos de transporte e apoio	8,97	1.063	1.524	76.410	40.407
Móveis e utensílios	13,88	874	1.017	893	1.067
Outros	15,80	4.569	3.007	4.660	3.010
Imobilizado em andamento (ii)		73	183	128	183
Total		38.729	32.878	114.757	77.446

(i) Taxa média ponderada anual de depreciação. (ii) Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil ainda não finalizados.

8 Intangível

		Controladora		Consolidado	
	Taxa (i) - %	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Sistema de processamento de dados	28,55	11.991	15.410	11.991	15.872
Marcas e patentes	9,79	402	407	402	407
Intangível em andamento (ii)	-	1.725	1.386	1.725	1.389
Total		14.118	17.203	14.118	17.668

(i) Taxa média ponderada anual de amortização. (ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos.

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures - Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização, e de debêntures não conversíveis em ações.

	Taxa anual de juros- %	Vencimento	Controladora 31/12/19	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/19	Consolidado 31/12/18
Arrendamento mercantil:						
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	18/11/19	-	-	-	2.497
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	16/12/19	-	-	-	49
Banco Santander S.A	100% do CDI + 1% a.a.	30/09/24	1.559	-	20.085	-
Linhas de crédito						
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,19% a.a.	15/12/26	-	-	2.263	-
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,42% a.a.	17/11/25	-	-	6.270	-
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,39% a.a.	16/06/25	-	-	8.529	-
FCO Banco do Brasil S.A	IPCA + 1,57% a.a.	01/12/25	-	-	1.789	-
Banco Santander S/A - conta garantida	100% do CDI + 2,43 a.a.	27/02/19	-	-	1.345	2.013
Banco Regional de Brasília	1,21% a.a.	10/03/68	5.939	5.857	5.939	5.857
Debêntures	109,32% do CDI	04/10/23	201.553	201.848	201.553	201.848
Total			209.051	207.705	247.773	212.264
Passivo circulante			2.581	2.830	10.515	7.389
Passivo não circulante			206.470	204.875	237.258	204.875
Total			209.051	207.705	247.773	212.264

10 Patrimônio líquido - a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Sociedade, no montante de R$ 124.738 está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal. **b. Reserva legal e de retenção de lucros -** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal atingiu os 20% do capital social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e deixou de ser constituída. **c. Reserva de Lucros – Subvenção para investimento -** A constituição de reserva de subvenção para investimento escriturada em conta de Reservas de Lucros de incentivo fiscal foi realizada para cumprir as exigências da Lei Federal 12.973/2014, art. 30, que dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em março de 2019, a Assembleia Geral dos Acionistas, aprovou a proposta da Administração da Sociedade de constituição da reserva de incentivos fiscais, relativo a subvenções governamentais para investimentos auferidas no exercício social de 2018, no valor total de R$63.945 com a totalidade do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R$ 27.967 e autorizou a exclusão do saldo remanescente, no valor de R$ 35.977 da base de cálculo dos dividendos sobre os lucros apurados em períodos subsequentes, nos termos do artigo 523 do Decreto nº 9.580/2018. Em dezembro de 2019, foi constituída reserva de incentivos fiscais, na ordem de R$ 71.254. **d. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio -** Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da Sociedade, na sua íntegra e acompanhadas do Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes.

Diretoria

Alair Martins do Nascimento - Presidente do Conselho de Administração
Flávio Lúcio Borges Martins da Silva - Diretor Geral
Rubens Batista Júnior - Diretor Financeiro

Contador
Marcos Antônio de Souza
CRC SP 154.526/O-7 "T" MG

156 cm -01 1341464 - 1

BANCO INTER S.A.

CNPJ/ME 00.416.968/0001-01 NIRE 31300010864

Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas do Banco Inter S.A. ("Banco") convidados a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias"), a serem realizadas em 30 de abril de 2020, às 12:00 horas, na sede do Banco, localizada na Avenida Barbacena, nº 1.219, 20º andar, Bairro Santo Agostinho, CEP 30.190-131, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, para tratarem das seguintes matérias constantes da ordem do dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; 1.2 - Deliberar acerca da proposta da administração do Banco para a destinação do lucro líquido do Banco e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; 1.3 - Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração do Banco, e eleger seus membros para o mandato de 2020 a 2022; 1.4 - Instalar o Conselho Fiscal e eleger os seus membros e seus respectivos suplentes para o mandato a se encerrar na data de realização da Assembleia Geral Ordinária do Banco em 2021; 1.5 - Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração e do Conselho Fiscal do Banco referentes ao exercício social de 2020. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1 - Reformar o Estatuto Social do Banco para, (i) adequar a linguagem, por meio da correção de um erro de português no artigo que trata da competência do Conselho de Administração para aprovar a celebração de contratos e aditivos pelo Banco; (ii) alterar a nomenclatura dos cargos e funções da Diretoria; (iii) excluir uma obrigação residual do Nível 1 de Governança da B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão ("B3") para manter somente as obrigações do Nível 2 de Governança da B3, em conformidade com os demais artigos; (iv) incluir as regras de funcionamento, composição e competências do Comitê de Ativos e Passivos e Liquidez, do Comitê de Riscos Operacionais, Governança e Integridade e do Comitê de Risco de Crédito; e (v) renumerar os artigos e consolidar o Estatuto Social do Banco. Informações Gerais: Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas, incluindo, mas não se limitando, ao "Manual de Participação e Proposta da Administração para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária do Banco Inter S.A." ("Manual"), encontram-se à disposição dos acionistas para consulta (i) na sede do Banco; (ii) no website de Relações com Investidores do Banco (ri.bancointer.com.br); (iii) no website da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br); e (iv) no website da B3 (www.b3.com.br). A participação dos acionistas nas Assembleias poderá ser: (I) PESSOAL: solicitamos aos acionistas que optarem por participar pessoalmente das Assembleias, que compareçam munidos (a) de documentos que comprovem, no caso de (i) pessoa física, a sua identidade; e (ii) no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários dos mesmos e atos que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante; e (b) dos documentos que comprovem a titularidade das ações pelo acionista, observado que para fins de apresentação dos documentos indicados nos itens (a) e (b) acima, deverão ser observadas pelo acionista todas as formalidades indicadas no Manual; ou (II) POR MEIO DE PROCURADOR: as procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76 e no Manual. O representante legal do acionista deverá comparecer às Assembleias munido de procuração e demais documentos indicados no Manual, incluindo, exemplificativamente, os documentos que comprovem a titularidade das ações pelo acionista e os documentos que comprovem a identidade do procurador, observado que, para fins de apresentação dos documentos acima pelo acionista ou seu representante, deverão ser observadas todas as formalidades indicadas no Manual. (III) VIA BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA: o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, permite que acionistas do Banco exerçam o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância, mediante o envio (i) de instruções de preenchimento do referido documento transmitidas ao escriturador do Banco; ou (ii) de instruções de preenchimento do referido documento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) de boletim de voto a distância diretamente ao Banco, acompanhado dos documentos e informações necessárias, os quais devem ser apresentados pelo acionistas em conformidade com as orientações e formalidades constantes do Manual. O Banco solicita que, se possível, para melhor organização das Assembleias, os documentos descritos nos itens (I) e (II) acima sejam entregues, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência à realização das Assembleias, nos termos descritos no Manual. A administração do Banco esclarece que os titulares de ações ordinárias de emissão do Banco, incluindo aquelas subjacentes aos certificados de depósito emitidos pelo Banco (units), terão direito de voto em todas as matérias das ordens do dia. Os acionistas titulares de ações preferenciais de emissão do Banco, incluindo aquelas subjacentes aos certificados de depósito emitidos pelo Banco (units), terão direito de voto exclusivamente em caso de eleição em separado, pelos acionistas preferencialistas (ou pelos acionistas não controladores em conjunto, conforme o caso), de membro do Conselho de Administração do Banco e de eleição em separado de membro do Conselho Fiscal do Banco(se instalado). Conforme previsto no artigo 141, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, no artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09 e nos artigos 1º e 3º da Instrução CVM nº 165/91, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer, por meio de notificação escrita entregue ao Banco com até 48 (quarenta e oito) horas antes das Assembleias, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Belo Horizonte, 31 de março de 2020. **Rubens Menin Teixeira de Souza -** Presidente do Conselho de Administração.

22 cm -30 1340732 - 1

SAAE DE LAGOA DA PRATA-MG,

Torna Público: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020- Objeto: Aquisição de Produtos Químicos destinados ao Tratamento de Água para o Consumo Humano. Abertura: 15/04/20-14:00h e Edital: www.saaelp.mg.gov.br. Joana R. de Oliveira Lacerda- Pregoeira. Lagoa da Prata, 01/04/20.

2 cm -01 1341635 - 1

GEOPAR GEOSOL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 19.240.555/0001-39

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	783	362	62.113	65.902
Contas a receber de clientes	581	-	60.372	57.507
Estoques	-	-	26.412	30.855
Impostos a recuperar	963	1.342	7.594	7.236
Dividendos a receber	48.505	31.427	-	-
Outros ativos circulantes	63	3	4.025	5.455
	50.895	33.134	160.516	166.955
Não circulante				
Outros realizáveis	1.060	1.330	17.952	2.522
Investimentos	204.228	197.236	26.455	15.909
Imobilizado líquido	279	-	165.984	164.737
Intangível	-	-	4.953	4.556
Total do ativo	205.567	198.566	215.344	187.724
	256.462	231.700	375.860	354.679

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Emprést. e financiamentos	6.000	1.837	29.403	19.270
Arrendamentos	-	-	1.743	-
Fornecedores	10	8	17.172	23.160
Salários e encargos sociais	79	98	18.785	14.806
Impostos e contribuições	45	-	8.705	8.485
Dividendos a pagar	14.568	11.658	14.708	11.785
Outras contas a pagar	-	-	1.237	2.134
	20.702	13.601	91.753	79.640
Não circulante				
Empréstimos e financ.	5.500	-	18.805	26.280
Arrendamentos	-	-	3.684	-
Provisão para contingências	131	122	11.408	9.483
Impostos e contribuições	-	-	8.536	10.383
Outras contas a pagar	-	-	251	18
Partes relacionadas	10.269	5.803	10.565	5.911
	15.900	5.925	53.249	52.075
Patrimônio líquido				
Capital social	180.473	180.473	180.473	180.473
Reserva legal	10.899	9.006	10.899	9.006
Reserva de investimentos	53.229	35.187	53.229	35.187
Ações em tesouraria	(24.741)	(12.492)	(24.741)	(12.492)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	219.860	212.174	219.860	212.174
Particip. dos não controladores	-	-	10.998	10.790
	219.860	212.174	230.858	222.964
Total do passivo e patrimônio líquido	256.462	231.700	375.860	354.679

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Prezados senhores, submetemos a apreciação de V.Sas., acionistas e sociedade em geral, as demonstrações contábeis da GEOPAR GEOSOL PARTICIPAÇÕES S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	772	-	382.404	325.283
Custo de serviços e locação de bens	(213)	-	(298.691)	(262.542)
Lucro bruto	559	-	83.713	62.741
Receitas (desp.) operacionais				
Administrativas e gerais	(1.715)	(1.402)	(26.715)	(27.193)
Resultado de equivalência patrimonial	43.381	37.321	4.171	846
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(3.676)	1.015	(6.605)	7.473
	37.990	36.934	(29.149)	(18.874)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	38.549	36.934	54.564	43.867
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(680)	(206)	798	4.491
	(680)	(206)	798	4.491
Lucro antes do Imposto de Renda e Contrib. Social	37.869	36.728	55.362	48.358
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	-	-	(16.780)	(10.119)
	-	-	(16.780)	(10.119)
Lucro líquido do exercício	37.869	36.728	38.582	38.239
Lucro atribuível a				
Acionistas controladores	37.869	36.728	37.869	36.728
Participação dos não controladores	-	-	713	1.511
	37.869	36.728	38.582	38.239

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	37.869	36.728	38.582	38.239
Resultado abrangente total do exercício atribuível a	37.869	36.728	38.582	38.239
Acionistas controladores	37.869	36.728	37.869	36.728
Participação dos não controladores	-	-	713	1.511
	37.869	36.728	38.582	38.239

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

Descrição	Capital social	Ações em Tesouraria	Reserva legal	Reserva de Investimentos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	180.473	(21.676)	7.170	35.928	-	201.895	8.206	210.101
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.728	36.728	1.511	38.239
Dividendos propostos	-	-	-	-	(13.957)	(13.957)	-	(13.957)
Constituição de Reserva legal	-	-	1.836	-	(1.836)	-	-	
Ações em tesouraria adquiridas	-	21.676	-	-	(20.935)	741	1.073	1.814
Bonificações de ações	-	(12.492)	-	(741)	-	(13.233)		(13.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	180.473	(12.492)	9.006	35.187	-	212.174	10.790	222.964
Distribuição de dividendos sobre os lucros de exercícios anteriores	-	-	-	-	(1.745)	(1.745)	-	(1.745)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.869	37.869	713	38.582
Dividendos propostos	-	-	-	-	(16.189)	(16.189)	(505)	(16.694)
Constituição de Reserva legal	-	-	1.893	-	(1.893)	-	-	-
Bonificações de ações	-	(12.249)	-	-	-	(12.249)	-	(12.249)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	18.042	(18.042)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	180.473	(24.741)	10.899	53.229	-	219.860	10.998	230.858

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS, estão a disposição na sede da empresa."

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do Imp. de Renda e da Contrib. Social	37.869	36.728	55.362	48.358
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imp. de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	19.398	5.359
Amortização de direito de uso (CPC06 /IFRS 16)	-	-	1.802	-
Baixas de imobilizado	-	-	2.211	15.134
Imp. de renda e contrib. social			(16.780)	(10.119)
Resultado de equivalência patrimonial	(43.381)	(37.321)	(4.171)	(846)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	9	122	1.925	5.694
	(5.503)	(471)	59.747	63.580
(Aumento)/redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(581)	202	(2.865)	(23.633)
Estoques	-	-	4.443	(7.757)
Impostos a recuperar	379	307	(358)	(844)
Dividendos a receber	(17.078)	(8.390)	-	-
Outros ativos realizáveis	210	568	(14.000)	13.802
	(17.070)	(7.313)	(12.780)	(18.432)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	2	8	(5.988)	8.923
Salários e encargos sociais	(19)	9	3.979	3.894
Impostos e contribuições	45	-	(1.627)	(12.395)
Dividendos a pagar	2.910	1.781	2.923	1.851
Outras contas a pagar	-	(1)	(664)	1.471
	2.938	1.797	(1.377)	3.744
Caixa líquido proveniente/ utilizado nas atividades operacionais	(19.635)	(5.987)	45.590	48.892
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(279)	-	(21.681)	(45.558)
Investimentos em controladas	(8.878)	(3.182)	(7.778)	(915)
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas	(7.783)	(10.453)	(7.595)	(10.345)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(16.940)	(13.635)	(37.054)	(56.818)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de arrendamento por direito de uso (CPC06 / IFRS 16)	-	-	2.053	-
Dividendos propostos	(17.934)	(13.957)	(18.439)	(13.957)
Dividendos recebidos	45.267	36.898	1.403	-
Captação/(red.) em empréstimos e financiamentos, líquidos	9.663	(3.678)	2.658	10.395
Caixa líquido utilizado/ proveniente nas atividades de financiamentos	36.996	19.263	(12.325)	(3.562)
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	421	(359)	(3.789)	(11.488)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	362	721	65.902	77.390
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	783	362	62.113	65.902
Aumento/ (redução) no caixa e equivalentes de caixa	421	(359)	(3.789)	(11.488)

DIRETORIA - João Luiz Nogueira de Carvalho - Presidente
Dalmo Pereira - Diretor - **Ronaldo Soares Eisele** - Diretor
José Tarcisio de Melo Pinheiro - Diretor
Responsável Técnico - Laert Rafael Pereira
Contador - CRC MG 084612 TC

51 cm -01 1341700 - 1

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE
CNPJ nº 21.255.567/0001-89 - NIRE nº 3130004221-9
Companhia Aberta
AVISO

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na Avenida Osmane Barbosa, nº 1235, Bairro JK, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Montes Claros-MG, 30 de março de 2020.

Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

3 cm -30 1340592 - 1

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – COMÉRCIO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 25.329.301/0001-94
NIRE nº 3130001034-1 - Companhia Fechada
A V I S O

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na Rua Aimorés, nº 981, 12º andar, parte, Bairro Funcionários, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Belo Horizonte-MG, 30 de março de 2020.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

3 cm -30 1340598 - 1

OXFORD COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 06.316.597/0001-64
NIRE nº 3130001975-6
Companhia Fechada
AVISO

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na Rua Aimorés, nº 981, 12º andar, parte, Bairro Funcionários, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Belo Horizonte-MG, 30 de março de 2020.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

3 cm -30 1340602 - 1

EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S.A. -ENCORPAR
CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83 - NIRE nº 3130001252-2
COMPANHIA ABERTA
A V I S O

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, em sua sede social, na Rua Aimorés, nº 981, 12º andar, parte, Bairro Funcionários, nesta cidade, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Belo Horizonte-MG, 30 de março de 2020.

Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

3 cm -30 1340595 - 1

MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 17.162.082/0001-73 - NIRE 31300056392
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, na Avenida João Pinheiro, n.º 39, 15º andar, Sala 153, Boa Viagem, Belo Horizonte–MG, e no seu endereço eletrônico na internet (www.mendesjuniorengenharia.com.br), os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019.

Belo Horizonte, 31 de março de 2020.
Eugênio José Bocchese Mendes
Diretor Presidente e de Relações com os Investidores.

3 cm -26 1339698 - 1

DMAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS.
PROCESSO LICITATÓRIO N º 007/2020
- Pregão Presencial 007/2020.

O Pregoeiro do DMAE-Departamento Municipal de Água e Esgotos, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 07/2020, tipo menor preço por item, para contratação empresa do ramo para fornecimento de materiais hidráulicos (tubos e conexões), cuja abertura dar-se-á no dia 15 de abril de 2020 às 09:00 horas, na Divisão de Compras do DMAE, local onde os interessados poderão obter o edital com todas as informações pertinentes.

Paulo Jorge Lopes Alves Cardoso. Pregoeiro
Nova Ponte/MG, 01 de abril de 2020.

3 cm -01 1341523 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854029.

ALMART - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 73.814.311/0001-68

1/2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com a legislação em vigor e em obediência aos dispositivos de nossos estatutos, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras comparativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A administração estará como sempre à inteira disposição dos senhores acionistas para os esclarecimentos julgados necessários.

Uberlândia (MG), 31 de março de 2020.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/19**	**31/12/18**	**31/12/19**	**31/12/18**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.185	794	174.122	193.439
Contas a receber	-	-	450.013	419.222
Estoques	-	-	680.465	664.824
Impostos a recuperar	632	1.221	112.708	64.045
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.196	8.390	-	-
Crédito com fornecedores	-	-	22.268	27.956
Outros ativos	49	24	14.092	13.497
Total do ativo circulante	5.062	10.429	1.453.668	1.382.983
Não circulante				
Realizável a longo prazo:				
Depósitos judiciais	-	-	9.116	10.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	46.457	38.766
Impostos a recuperar	-	-	106.726	59.339
Outros ativos	-	-	1.726	1.770
Total do realizável a longo prazo:	-	-	164.025	110.564
Investimentos:				
Em controladas e coligadas	544.696	429.283	2.682	2.352
Adiantamento para futuro aumento de capital	3	3	-	-
Outros investimentos	3.373	3.373	4.134	4.134
	548.072	432.659	6.816	6.486
Direito de uso e arrendamento	-	-	27.925	-
Imobilizado	4.148	5.063	141.172	104.369
Intangível	8	-	14.147	17.691
Total do ativo não circulante	552.228	437.722	190.060	239.110
Total do ativo	557.290	448.151	1.807.753	1.622.093

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**31/12/19**	**31/12/18**	**31/12/19**	**31/12/18**
Circulante				
Fornecedores	3	37	797.100	791.972
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	10.515	7.444
Salários, encargos e benefícios sociais	51	52	31.719	33.105
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.306	1.546
Impostos, taxas e contribuições a recolher	73	378	25.552	25.067
Arrendamento mercantil	-	-	13.035	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24.911	8.751	31.044	14.884
Empréstimos com partes relacionadas	47.395	47.801	48.245	48.631
Outros passivos	1.170	1.138	48.133	37.180
Total do passivo circulante	73.603	58.157	1.007.649	959.829
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	237.258	204.874
Arrendamento mercantil	-	-	15.404	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	15.033	15.592
Provisão para contingências	-	-	39.584	43.975
Outros passivos	1.961	3.087	2.960	4.087
Total do passivo não circulante	1.961	3.087	310.239	268.528
Patrimônio líquido				
Capital social	82.431	82.431	95.378	95.380
Reserva de capital	262	262	262	263
Reservas de lucros	399.033	304.214	394.225	298.093
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	481.726	386.907	481.726	386.907
Participação de não controladores	-	-	8.139	6.829
Total do patrimônio líquido	481.726	386.907	489.865	393.736
Total do passivo e patrimônio líquido	557.290	448.151	1.807.753	1.622.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais - R$)

			Reservas de lucros					
	Capital social	**Reserva de capital**	**Legal**	**Retenção**	**Lucros acumulados**	**Atribuível aos acionistas da controladora**	**Participação de não controladores**	**Total consolidado**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	82.431	262	16.666	267.295	-	366.654	5.618	372.272
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	35.004	35.004	1.218	36.222
Alteração de participação não controladora	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Dividendos propostos	-	-	-	(6.000)	(8.751)	(14.751)	-	(14.751)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	26.253	(26.253)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	82.431	262	16.666	287.548	-	386.907	6.829	393.736
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	131.745	131.745	1.318	133.063
Alteração de participação não controladora	-	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Dividendos propostos	-	-	-	(3.990)	(32.936)	(36.926)	-	(36.926)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	98.809	(98.809)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	82.431	262	16.666	382.367	-	481.726	8.139	489.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - (Em milhares de Reais - R$)

1 Contexto operacional - A Almart Administração e Participações S.A. (a "Sociedade") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Floriano Peixoto nº 2.232, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almar Participações Ltda; tem por objeto a participação em outras sociedades. As demonstrações financeiras da Sociedade abrangem a Sociedade e suas controladas e controladas indiretas.

2 Base de preparação - a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Bases de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas - A Sociedade adotou o CPC 06(R2) - Operações de Arrendamento Mercantil- utilizando a abordagem retrospectiva modificada em que as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. **4 Principais práticas contábeis -** A Sociedade e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil (Veja nota explicativa 3). **a. Bases de consolidação - Definição de controladas para fins de consolidação -** Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. **Critérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas -** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 4. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores. **b. Receita de contrato com o cliente -** A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos das devoluções ocorridas em períodos anteriores. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no período em que o serviço é efetivamente prestado. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas. **c. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL -** O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido. O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, como aplicável a cada empresa, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **d. Estoques -** Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração. **e. Imobilizado -** Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. **f. Intangível -** Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. **g. Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. **h. Contas a receber -** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão ao valor recuperável. A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de vendas a prazo, as quais foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 4,40% a.a. em dezembro de 2019, base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "Contas a receber" (nota 6) e sua contrapartida na rubrica "Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços" (nota 23) pela fruição do prazo. As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes. **i. Investimentos em controladas -** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido. As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade. **j. Arrendamento mercantil -** Até 31 de dezembro de 2018, a Sociedade classificava seus contratos de arrendamento mercantil no momento da sua contratação, como: Financeiros: os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens. Operacionais: os contratos de locação da Sociedade, referentes a bens imóveis, são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional. A partir de 01 de janeiro de 2019, a Sociedade adotou o CPC 06 (R2). No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Sociedade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. **Como arrendador:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade não possuía ativos arrendados. **k. Provisões -** Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. **l. Empréstimos e financiamentos -** Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. **m. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes -** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes. A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de compras a prazo. Utilizou-se a taxa média de 4,40% a.a. em dezembro de 2019, base das captações para as respectivas datas-bases. Os ajustes envolveram as contas de "Fornecedores", "Estoques" e "Custo dos produtos vendidos". **n. Dividendos e juros sobre o capital próprio -** A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade. **o. Propriedades para investimento -** As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

5 Investimentos

Principais informações das controladas

31/12/19	Martins S.A.	MIL	MD Distrib.	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Particip.	Martins Agropec.	Outros	Total
Ativo total	1.767.844	29.497	4.951	48.006	24.258	1.437	19.429	57.088	13.373	4.515	1.970.398
Passivo total	1.255.789	18.895	4.522	30.926	12.567	883	11.452	2.154	2.046	1.239	1.340.473
Patrimônio líquido	512.055	10.602	429	17.080	11.691	554	7.977	54.934	11.327	3.276	629.925
Receita líquida	4.226.798	38.464	18.781	55.662	32.521	244	26.880	19.890	5.047	476	4.424.763
Lucro (prejuízo) do exercício	120.643	17.587	(3.375)	5.377	(3.982)	(847)	914	21.522	1.821	(1.813)	157.847

31/12/18	Martins S.A.	MIL	MD Distrib.	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Particip.	Martins Agropec.	CDM PE	Outros	Total
Ativo total	1.537.788	18.086	10.036	20.641	19.555	1.745	12.445	54.650	11.509	1.514	4.578	1.692.547
Passivo total	1.142.376	10.771	6.232	7.595	3.882	810	5.153	4.391	2.003	26	944	1.184.183
Patrimônio líquido	395.412	7.316	3.803	13.047	15.672	935	7.292	50.259	9.506	1.488	3.634	508.364
Receita líquida	4.089.587	34.766	32.942	30.913	29.540	3.295	23.444	17.147	5.564	11.268	871	4.279.337
Lucro (prejuízo) do exercício	27.967	16.343	(10.413)	(275)	259	(1.852)	1.358	13.801	1.689	(512)	(370)	47.995

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	**31/12/18**	**31/12/19**	**31/12/18**
Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços	-	-	4.271.175	4.143.296
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	-	-	(3.400.390)	(3.304.214)
Lucro bruto	-	-	870.785	839.082
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais e de distribuição	-	-	(751.582)	(701.383)
Gerais e administrativas	(3.094)	(4.088)	(130.101)	(128.821)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.123	935	101.230	48.819
Equivalência patrimonial	136.362	40.396	36	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	134.391	37.243	90.368	57.697
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	98	304	23.714	24.262
Despesas financeiras	(2.814)	(2.839)	(27.099)	(29.081)
Variações monetárias e cambiais	104	296	43.862	1.648
	(2.612)	(2.239)	40.477	(3.171)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	131.779	35.004	130.845	54.526
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(34)	-	(5.473)	(13.362)
Diferidos	-	-	7.691	(4.942)
	(34)	-	2.218	(18.304)
Lucro líquido do exercício	131.745	35.004	133.063	36.222
Lucro líquido atribuível a				
Acionistas controladores			131.745	35.004
Acionistas não controladores			1.318	1.218
			133.063	36.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - (Em milhares de Reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	**31/12/18**	**31/12/19**	**31/12/18**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	131.779	35.004	130.845	54.526
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Perda (ganho) na alienação de ativo imobilizado	-	207	7.853	629
Custo de investimento alienado	697	-	-	
Depreciação, amortização e depreciação arrendamento mercantil	918	916	43.268	27.107
Juros e variações monetárias líquidos	2.137	2.155	(38.955)	4.977
Encargos financeiros debêntures	-	-	13.204	3.155
Dividendos desproporcionais de controladas a não controladores e Perda na participação de investimento por alteração de participação societária	1.132	1.140	6.398	6.726
Resultado da equivalência patrimonial	(136.362)	(40.396)	(36)	-
Variação cambial em controlada no exterior	(61)	(252)	(61)	(252)
Constituição de provisão (líquida de reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	110	1.753	1.229
Perdas líquidas estimadas para redução ao valor recuperável	(972)	-	(992)	(445)
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	-	-	(4.772)	835
Constituição de provisão (líquida de reversão) para participação no resultado	-	-	(504)	(8)
Perdas líquidas no valor recuperável do imobilizado e do intangível - impairment	-	-	(3.608)	(29)
	(732)	(1.116)	154.393	98.450
Variações nos ativos e passivos:				
Redução (aumento) no contas a receber	972	-	(31.682)	97.493
Redução (aumento) nos estoques	-	-	(13.183)	(87.679)
Redução (aumento) de impostos a recuperar	-	(1)	(45.139)	(25.588)
Redução (aumento) de crédito com fornecedores	-	-	5.688	2.156
(Aumento) redução em outros ativos	(25)	29	2.668	808
Redução (aumento) de créditos com partes relacionadas	(2.586)	(2.586)	(2.586)	(447)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	-	-	1.574	1.490
(Redução) aumento em fornecedores	(34)	35	5.162	(15.522)
Redução da participação nos lucros e resultados	-	-	-	(399)
(Redução) aumento em salários, encargos e benefícios sociais	(1)	21	(881)	3.118
Aumento (redução) em Impostos, taxas e contribuições a recolher	911	589	11.079	(5.562)
Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(110)	(10.158)	(8.749)
(Redução) aumento de outros passivos	(1.093)	(1.120)	9.420	(15.407)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(2.588)	(4.259)	86.355	44.162
Juros pagos	-	-	(14.334)	(533)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(55)	(120)	(16.776)	(14.452)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(2.643)	(4.379)	55.245	29.177
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimento FIDC	-	-	-	24.562
Aquisição de participação societária	(294)	(2.352)	(294)	(2.352)
Recebimento pela venda de ativos imobilizados	-	-	1.924	2.752
Recebimento de dividendos	24.105	14.904	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(11)	(189)	(71.331)	(30.591)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	23.800	12.363	(69.701)	(5.629)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingressos de empréstimos	-	-	42.821	4.304
Debentures	-	-	-	200.000
Custos de emissão debêntures	-	-	-	(1.307)
(Resgates) Aquisições - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	-	(169.123)
Amortização de financiamentos	-	-	(7.186)	(4.421)
Pagamento de arrendamento mercantil IFRS 16	-	-	(13.325)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(20.766)	(15.798)	(27.171)	(22.962)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(20.766)	(15.798)	(4.861)	6.491
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	391	(7.814)	(19.317)	30.039
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	794	8.608	193.439	163.400
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.185	794	174.122	193.439
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	391	(7.814)	(19.317)	30.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6 Direito de uso e arrendamento mercantil - O efeito da adoção do CPC 06/IFRS 16 sobre as operações de arrendamento mercantil está descrito na nota explicativa 3. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 06, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854021O.

ALMART - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

2/2

CNPJ: 73.814.311/0001-68

a. Direito de uso - Os saldos dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir:

		Consolidado		
	Prazo	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	1 a 8 anos	26.194	(10.038)	16.156
Veículos	3 a 5 anos	16.167	(4.398)	11.769
Total		42.361	(14.436)	27.925

A movimentação do direito de uso durante o ano de 2019 foi a seguinte:

	Consolidado				
	Adoção inicial	Remensuração	Adição de novos contratos	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/19
Edificações	19.667	5.897	630	(10.038)	16.156
Veículos	2.615	13.552	-	(4.398)	11.769
Total	22.282	19.449	630	(14.436)	27.925

b. Passivo de arrendamento mercantil - Saldos de passivos de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado
Arrendamentos a pagar	28.439
Circulante	13.035
Não circulante	15.404
Saldo final	28.439

A movimentação do passivo de arrendamento durante o ano de 2019 foi a seguinte:

	Consolidado
Adoção inicial	22.282
Remensuração de contratos	19.449
Adição de novos contratos	630
Pagamento de principal	(13.922)
Pagamento de juros	(1.249)
Juros provisionados	1.249
Saldo final	28.439

Cronograma de liquidação da obrigação para o passivo de arrendamento:

Ano	**Consolidado**
2020	13.035
2021	9.891
2022	4.950
Acima de 2023	563
Total	28.439

7 Imobilizado

		Controladora		Consolidado	
	Taxa (i) - %	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Terrenos	-	500	500	6.733	6.733
Edificações	4,00	156	179	10.111	11.097
Benfeitorias em propriedade de terceiros	21,41	-	-	2.344	2.741
Máquinas e equipamentos	11,35	-	-	21.580	22.434
Equipamentos de informática	20,34	-	-	6.137	4.674
Veículos de apoio e transporte	8,97	3.485	4.378	80.050	44.887
Móveis e utensílios	13,88	-	-	905	1.073
Outros	15,80	7	6	4.954	3.128
Terras	-	-	-	5.419	5.419
Imobilizado em andamento (ii)	-	-	-	2.939	2.183
Total		4.148	5.063	141.172	104.369

(i) Taxa média ponderada anual de depreciação. (ii) Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil

8 Intangível

		Controladora		Consolidado	
	Taxa (i) - %	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Sistema de processamento de dados	28,55	8	-	12.001	15.876
Marcas e patentes	9,79	-	-	411	416
Intangível em andamento (ii)		-	-	1.735	1.399
Total		8	-	14.147	17.691

(i) Taxa média ponderada anual de amortização. (ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos.

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa anual de juros- %	Vencimento	Consolidado 31/12/19	31/12/18
Arrendamento mercantil:				
Banco Bradesco S.A.	6 a.a.	16/09/19	-	32
Banco Bradesco S.A.	6 a.a.	15/10/19	-	22
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	18/11/19	-	2.497
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	16/12/19	-	49
Banco Santander S.A	100% do CDI + 1% a.a.	30/09/24	20.085	-
Linhas de crédito				
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,19% a.a.	15/12/26	2.263	-
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,42% a.a.	17/11/25	6.270	-
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,39% a.a.	16/06/25	8.529	-
FCO Banco do Brasil S.A	IPCA + 1,57% a.a.	01/12/25	1.789	-
Banco Santander S/A - conta garantida	100% do CDI + 2,43 a.a.	27/02/19	1.345	2.013
Banco Regional de Brasília	1,21% a.a.	10/03/68	5.939	5.857
Debêntures	109,32% do CDI	04/10/23	201.553	201.848
Total			247.773	212.318
Passivo circulante			10.515	7.444
Passivo não circulante			237.258	204.874
Total			247.773	212.318

10 Patrimônio líquido

a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Sociedade, no montante de R$ 82.431, está representado por 73.635.715 (73.635.715 em 2017) ações ordinárias sem valor nominal.

b. Reserva legal e de retenção de lucros - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal atingiu os 20% do capital social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e deixou de ser constituída.

c. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio - Aos acionistas é assegurado, anualmente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da Sociedade, na sua íntegra e acompanhadas do Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes.

Diretoria

Alair Martins do Nascimento
Diretor Presidente

Juscelino Fernandes Martins
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Alair Martins Júnior
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Contador

Marcos Antônio de Souza
CRC SP 154.526/O-7 "T" MG

168 cm -01 1341588 - 1

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RAUL SOARES

Extrato de Contrato nº 08/2020-Ref: Ao contrato firmado em 01/02/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: José Giovani Fúrfuro de Souza. Objetivo: Locação de Imóvel de Pessoa Física . Vigência do contrato: até 31/01/2021; Valor da prestação de serviço: R$ 6.000,00 (Seis mil reais)) Dot. Orç. 17.122.0121.6002.33.90.36.-Extrato de Contrato nº 09/2020-Ref: Ao contrato firmado em 07/02/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: Carlos Roberto Butinholli e Cia LTDA ME. Objetivo: Serviços de Mão de obra de Eletricista para reparos nos sistemas do SAAE . Vigência do contrato: até 31/12/2020; Valor da prestação de serviço: R$ 14.300,00 (Quatorze mil e trezentos reais) Dot. Orç. 17.512.0447.6002.33.90.39.-Extrato de Contrato nº 10/2020-Ref: Ao contrato firmado em 19/02/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada Adilson Elias Parreira Siqueira- LG Rotulos e Etiquetas. Objetivo: aquisição de bobinas para impressão simultânea de Contas de Água. Vigência do contrato: até 30/04/2021; Valor da prestação de serviço: R$ 11.675,00 (Seis mil reais) Dot. Orç. 17.122.0121.6001.33.90.39-Extrato de Contrato nº 11/2020-Ref: Ao contrato firmado em 28/02/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: Arf Sistema de Informação EIRELI . Objetivo: Serviços de Assessoria Técnica em Contabilidade Pública. Vigência do contrato: até 31/12/2020; Valor: R$ 22.000,00 (Vinte de dois mil reais) Dot. Orç. 17.122.0121.6001.33.90.39-Extrato de Contrato nº 12/2020-Ref: Ao contrato firmado em 01/03/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: Araxá Ambiental LTDA . Objetivo: Análise de Água e efluentes. Vigência do contrato: até 31/12/2020; Valor: R$ 55.918,00 (Cinquenta e cinco mil novecentos e dezoitos reais) Dot. Orç. 17.512.0447.6002.33.90.39-Extrato de Contrato nº 13/2020-Ref: Ao contrato firmado em 01/03/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: Laboratório Certificar LTDA ME . Objetivo: Análise de Água e efluentes. Vigência do contrato: até 31/12/2020; Valor: R$ 2.280,00 (Dois mil duzentos e oitenta reais) Dot. Orç. 17.512.0447.6002.33.90.39 -Extrato de Contrato nº 14/2020-Ref: Ao contrato firmado em 23/03/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada:Caldas Indústria Química LTDA RPP . Objetivo: Aquisição de produtos químicos Vigência do contrato: até 31/12/2020; Valor: R$ 47.180,00 (Quarenta e sete mil cento e oitenta reais) Dot. Orç. 17.512.0447.6002.33.90.30-Extrato de Contrato nº 15/2020-Ref: Ao contrato firmado em 23/03/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: INNOVATIVE WATER CARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS BRASIL LTDA. Objetivo: Aquisição de produtos químicos Vigência do contrato: até 31/12/2020; Valor: R$ 8.430,00 (Oito mil quatrocentos e trinta reais) Dot. Orç. 17.512.0447.6002.33.90.30- Extrato de Contrato nº 16/2020 -Ref: Ao contrato firmado em 23/03/2020 nos Termos da Lei 10.520 e da Lei nº 8666/93, com suas posteriores alterações, Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Raul Soares, Contratada: Dominus Química LTDA. Objetivo: Aquisição de produtos químicos Vigência do contrato: até 31/12/2020; Valor: R$ 4.892,00 (Quatro mil noventa e dois reais) Dot. Orç. 17.512.0447.6002.33.90.30 Raul Soares-MG 31 de março de 2020 – Cláudio Alves de Barros - Diretor do SAAE.

14 cm -01 1341478 - 1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUMADINHO/MG

- Extr. Ata RP7/20, PP 2/20-PAC 4/20. RP tubos coleta sangue e outros. Detentoras Bioplasma PLCorrelatos Ltda; Minaslab Diag. Ltda; Vigilante da Glicose CPDiabéticos EIRELI. Vlr global: R$ 85.352,00. Ata RP9/20, PP88/19-PAC 167/19. RP medic. manipulados p/ SMS. Detentora Estratti V F Manipulação EIRELI-ME. Vlr global: R$ 5.184,60. Vig: 12 meses.Junio A. Alves/SMS.

2 cm -01 1341734 - 1

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS

CNPJ nº 22.677.520/0001-76 - NIRE 3130003731-2
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 12:00 horas do dia 30 de abril de 2020, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal; b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; c) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, e fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020; e, d) Definir o número e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixar sua remuneração. Informações Gerais: Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.ctnm.com/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização. Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 23 de abril de 2020. A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientações lançadas na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG,30 de março de 2020.
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

12 cm -30 1340659 - 1

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57NIRE 3130002243-9
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Springs Global Participações S.A ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2020, na sede social da Companhia, localizada na cidade de cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a)Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal; b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; c) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, e fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício fiscal de 2020; e, d) Considerando a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2020 pelo acionista controlador, definir o número e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, e fixar a sua remuneração. Informações Gerais: Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.springs.com/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização. Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 23 de abril de 2020. A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientação lançada na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 30 de março de 2020.
A Administração

12 cm -30 1340671 - 1

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

CNPJ nº 21.255.567/0001-89 - NIRE n° 3130004221-9
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Companhia Tecidos Santanense, convidados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, no dia 30 (trinta) de abril de 2020, às 8:00 (oito) horas, na sede da Companhia, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, à Avenida Osmane Barbosa, 1235, Bairro JK, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal; b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e c)) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, e fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício fiscal de 2020. Informações Gerais: Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.santanense.com/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização. Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 23 de abril de 2020. A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientação lançada na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 30 de março de 2020.
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

11 cm -30 1340663 - 1

EMPRESA NACIONAL DE COMÉRCIO, RÉDITO E PARTICIPAÇÕES S. A. - ENCORPAR

CNPJ/MF Nº 01.971.614/0001-83
NIRE nº 31300012522 – COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. - Encorpar ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 17:00 horas do dia 30 de abril de 2020, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Aimorés, 981, 12º andar, Funcionários, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal; b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e c) Fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício fiscal de 2020. Informações Gerais: Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.encorpar.com.br), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização. Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 23 de abril de 2020. A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientação lançada na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 30 de março de 2020.
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

11 cm -30 1340663 - 1

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS

CNPJ nº 22.677.520/0001-76 - NIRE 3130003731-2
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 12:00 horas do dia 30 de abril de 2020, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal; b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; c) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, e fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020; e, d) Definir o número e eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixar sua remuneração. Informações Gerais: Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.ctnm.com/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.ctnm.com/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização. Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 23 de abril de 2020. A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientação lançada na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 30 de março de 2020.
A Administração

12 cm -30 1340671 - 1

CONSÓRCIO CEMIG - CEB.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA LIC. CONSÓRCIO CEMIG-CEB Nº 000-S1263/2020 (ELETRÔNICO). Processo SEI: 3120-000005/2020. Objeto: Aquisição de Mancal de Guia Inferior do Gerador para UHE Queimado.Orçamento estimado: R$ 140.664,83 (Cento e quarenta mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos).Fica prorrogada a data de abertura da Sessão Pública para o dia 13/04/2020 às 15h. O Edital poderá ser adquirido no Portal de Compras da CEB (http://compras.ceb.com.br).Brasília/DF, 01de abrilde 2020. Marcelo Andrade Cruz - CEB Distribuição S/A. Comissão Especial Julgadora de Licitação - CEJL/Presidente.

3 cm -01 1341640 - 1

HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES

P.P 004/2020.Através de sua Pregoeira e seguindo todas as medidas de orientação da OMS ao enfrentamento da PANDEMIA da COVID-19, torna público que fará realizar no dia 16/04/2020, às 08:00 (oito horas) licitação na modalidade Processo Licitatório nº 010/2020, Pregão Presencial nº 004/2020, exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e empresário individual, objetivando o registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr. Gil Alves de Bocaiúva/MG, conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3251-6557 - e-mail: licitacoes1.hga@gmail.comPregoeira: Fabiana Guin.

3 cm -01 1341670 - 1

MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 02.578.564/0001-31 - NIRE 3130002596-9
Companhia Fechada
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar na sede da Companhia, na Avenida Barão Homem de Melo, no. 2222, 8º. Andar, Sala 802, Letra B, bairro Estoril, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.494-080, no dia 08 de abril de 2020, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; 2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2019; 3. Fixar a remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2020; Instruções Gerais: (a) Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, todas as informações e documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas; e (b) Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Pede-se que os documentos que comprovem a regularidade da representação sejam entregues, na sede da Companhia, no mínimo 24 horas antes da Assembleia Geral Ordinária. Belo Horizonte, 1º de Abril de 2020. Ricardo Efroim Zatz Blás - Conselheiro de Administração.

7 cm -31 1341137 - 1

PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.

CNPJ n. 02.501.297/0001-02 - NIRE 31.300.024.989
Aviso Aos Acionistas

Exceto pelo parecer do Conselho Fiscal, que ainda não foi disponibilizado pelo referido Conselho, os seguintes documentos encontram-se à disposição dos acionistas da Pharlab Indústria Farmacêutica S.A. ("Companhia"), na sede da Companhia, localizada na cidade de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, na Rua Olímpio Rezende de Oliveira, 28, Américo Silva, CEP 35.590-000: (i) Relatório de Administração relativo ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2019; e (ii) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2019; e (iii) Demonstrações Financeiras da Companhia ajustadas e auditadas dos exercícios sociais de 2015 a 2018. Lagoa da Prata, 31 de março de 2020. Fernando Campolina Hauck - Diretor da Companhia.
(01, 02 e 03/04/2020)

4 cm -31 1341140 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202004012108540211.

CONCESSIONÁRIA ROTA DO HORIZONTE S.A.
CNPJ/MF sob o nº 21.122.508/0001-32 e NIRE 3130010907-1
Comunicado
A Concessionária Rota do Horizonte S.A., sociedade anônima de propósito específico, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.777, sala nº 1.801 – Santo Agostinho, CEP 30170-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.122.508/0001-32 e NIRE 3130010907-1, em atenção ao disposto no art. 133 da lei 6.404/76, vem pelo presente comunicar aos acionistas que à partir de 31.03.2020 estarão disponíveis na sede social da Companhia as copias das demonstrações financeiras e demais documentos pertinentes relativos aos exercício social findo em 31.12.2019. Belo Horizonte, 31 de Março de 2020 –Julio Cesar Duarte Perdigão – Diretor Presidente.

3 cm -30 1340829 - 1

ALGAR TI CONSULTORIA S/A
CNPJ/ME: 05.510.654/0001-89 NIRE: 313.001.098-95
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2020
01. Local, Data e Horário: Sede da Sociedade, localizada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Desembargador Jorge Fontana, n.º 600, Edifício Orange – 5°, 6° e 7° Andares, Belvedere, CEP: 30.320-670, no dia 17 de fevereiro de 2020, às 09:00 (nove) horas. 02. Publicações Legais: Foram publicados os editais de convocação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, nos dias 08, 11 e 12, às páginas 3, 2 e 3, respectivamente, no Jornal Diário do Comércio de Belo Horizonte nos dias 7, 8 e 11, às páginas 5, 6 e 6 e no Diário de Uberlândia nos dias 7, 8 e 11, às páginas A7, A7 e A3 respectivamente. 03. Presença: Acionista representando a maioria do capital social. 04. Mesa: Presidente da Mesa, Tatiane de Souza Lemes Panato. Secretária "ad hoc", Beatriz Vieira Costa. 05. Ordem do Dia: Deliberar sobre: i.) Ratificar as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 02 de dezembro de 2019, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº. 7658554, que deliberou especialmente pela aprovação da operação de cisão da ALGAR TELECOM S/A, CNPJ sob o nº. 71.208.516.0001-74, com incorporação da parcela cindida pela Sociedade, sem abertura do capital social, bem como todas as demais deliberações aprovadas naquela assembleia e ii.) Ratificar a composição acionária da Socieda-de, visto ter decorrido o prazo de 30 (trinta) dias concedido aos acionistas para a permanência na Sociedade, podendo em razão de referida ratificação realizar os ajustes necessários no capital social e na composição de ações da Sociedade. 06. Deliberações: Os acionis-tas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: a) Ratificadas as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 02 de dezembro de 2019, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº. 7658554, que deliberou especialmente pela aprovação da operação de cisão da ALGAR TELECOM S/A, CNPJ/MF sob o nº. 71.208.516.0001-74, doravante ALGAR TELECOM, com incorpora-ção da parcela cindida pela Sociedade, sem abertura do capital social, bem como todas as demais deliberações aprovadas; b) Aprovada a nova composição acionária da Sociedade, visto ter decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, descrito na deliberação "a", para a permanência de acionista no quadro acionário da Sociedade, sendo que, dentre os minoritários, somente a acionista ARCHY LLC-CITIBANK DTVM SA, CNPJ sob o nº. 23.840.007/0001-17 manifestou, formalmente, no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata de Assembleia registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o nº. 7658554, a permanência no quadro acionário da Sociedade. Considerando que a operação determinou que os acionistas da ALGAR TELECOM receberiam ações da Sociedade na proporção de sua atual participação na ALGAR TELECOM, sendo devidas 1,6679 ações da Sociedade para cada ação detida na ALGAR TELECOM, a acionista ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 17.835.026/0001-52, recebeu 333.317.050 (trezentas e trinta e três milhões, trezentas e dezessete mil e cinquenta) ações de emissão da Sociedade e terá o direito ao reembolso de uma fração de ação no valor de R$ 0,41 (quarenta e um centavos); a acionista ARCHY LLC - CITIBANK DTVM SA, que permaneceu no quadro acionário da Sociedade, recebeu 124.505.588 (cento e vinte quatro milhões, quinhentas e cinco mil, quinhentas e oitenta e oito) ações de emissão da Sociedade e terá direito ao reembolso de uma fração de ação no valor de R$ 0,31 (trinta e um centavos); e os demais acionistas que não se manifestaram no prazo indicado, por não mais pertencer ao quadro acionário da Sociedade, têm, proporcionalmente, à sua disposição, o valor total de R$ 20.269.629,11 (vinte milhões, duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e onze centavos), pelo prazo prescricional de 3 (três) anos a contar da publicação desta ata, correspondente ao total de 34.251.849 (trinta e quatro milhões, duzentas e cinquenta e uma mil, oitocentas e quarenta e nove) ações, até então, atribuídas a esses acionistas e suas frações, sendo R$ 0,59 (cinquenta e nove centavos) por ação, totalizando o valor de R$ 20.269.629,84 (vinte milhões, duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos). O valor patrimonial da ação foi calculado com base no Patrimônio Líquido da Sociedade que é de R$ 291.200.854,73 (duzentos e noventa e um milhões, duzentos mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos) e o total de 492.074.487 (quatrocentos e noventa e dois milhões, setenta e quatro mil, quatrocentas e oitenta e sete) ações que compõem o capital da Sociedade, já excluídas as ações em tesouraria. O valor total de reembolso será pago aos, até então, acionistas e detentores de frações, que não se manifestaram no prazo informado, a partir da conta de lucros acumulados. A conta de lucros acumulados será então reduzida no valor de R$ 20.269.629,84 (vinte milhões, duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos). Em razão da não permanência desses acionistas e da relação de troca atribuída à operação, foram colocadas em tesouraria 34.251.849 (trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitocentas e quarenta e nove) ações de emissão da Algar TI. Portanto, não houve alteração no capital social e na quantidade de ações emitidas pela Sociedade. 7. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente ata. Assinam a via do livro desta ata, para fins de arquivo no livro de registro de atas, a Presidente da Mesa Sra. Tatiane de Souza Lemes Panato, a Secretária "ad hoc" Sra. Beatriz Vieira Costa, a acionista ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES (P.p. Beatriz Vieira Costa). Assinam por meio de certificado digital a via eletrônica desta ata destinada ao registro na Junta Comercial, a Sra. Beatriz Vieira Costa, na qualidade de Secretária "ad hoc" certificando que a mesma é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e Sra. Líbera Souza Ribeiro, OAB/MG 159.849, na qualidade advogada. Uberlândia, 17 de fevereiro de 2020. JUCEMG: Certifico registro sob o nº 7750750 em 05/03/2020 e protocolo 200844482 05/03/2020. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

21 cm -01 1341664 - 1

ASSOCIAÇÃO DOS ELETRICITÁRIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA CEMIG E SUBSIDIÁRIAS - AEA-MG
NOVO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ALTERAÇÃO DE DATA DA AGO, TENDO EM VISTA AS RECOMENDAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DEVIDO A PANDEMIA DA COVID-19 - A Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da CEMIG e Subsidiárias - AEA-MG - situada na Av. Afonso Pena, 867, conj. 1.610, em Belo Horizonte/MG, convoca todos os seus associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 30 (trinta) de abril de 2020, na sede da Associação – endereço acima mencionado - às 13 (treze) horas, em primeira convocação, com a presença de metade dos associados mais um, ou às 14(quatorze) horas, em segunda convocação com qualquer quórum, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: 1) Aprovação dos demonstrativos financeiros referente ao exercício de 2019; do Relatório Anual e do Orçamento de 2020 da Diretoria Executiva da AEA-MG. Belo Horizonte, 01 de abril de 2020. Elmanio Carvalho Vilela - Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias-AEA-MG

5 cm -01 1341504 - 1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ
Pregão nº 001/2020- Torna público a rerratificação do Processo nº 002/2020, Pregão Presencial nº 001/2020, alterando a abertura para o dia 30/04/2020, às 13:00 horas, visando: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços contábeis, assistência financeira e responsabilidade técnica junto ao CRC/MG, consistindo na execução orçamentária e fechamentos contábeis e assessoria na elaboração de relatórios e envio dos mesmos a órgãos de controle externo do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Caparaó. O edital completo encontra-se à disposição na sede do PREVICAP à Rua Oscar Pinheiro, 13 - 1º andar - sala 101, centro, na cidade de Caparaó-MG- CEP 36834-000 e poderá ser extraído no site - www.previcap.mg.gov.br. Ricardo de Souza Ferreira- Presidente. 31/03/2020.

3 cm -01 1341722 - 1

Câmaras e Prefeituras do Interior

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTEROSA/MG
PREGÃO PRESENCIAL 01/2020
A C.M. Alterosa torna público que fará PREGÃO PRESENCIAL 01/2020 para contratação de empresa para aquisição de licença de uso atualizada, manutenção mensal e suporte técnico em sistemas de informática nas áreas de controladoria, folha de pagamento e processo legislativo. A entrega e abertura dos envelopes está prevista para as 09 (nove) horas do dia 17 de abril de 2020 (dezessete de abril de dois mil e vinte). Informações e obtenção do edital pelo e-mail: contabilidade-cmalterosa@gmail.com e no site https://www.cmalterosa.mg.gov.br/licitacoes/andamento/pregao

3 cm -01 1341544 - 1

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIGÃO
. EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 004/2020
- Dispensa nº 015/2020. Contratada: Júlia Maria dos Santos, pessoa física, inscrita no CPF: 111.716.326-14. Objeto: Contratação de Serviços Técnicos de Elaboração de projetos luminotécnicos, paginação de pisos e revestimentos, bancadas de pedras, acabamento de fachadas, forros de gesso, projeto de plenário, cobertura de rampa de acesso, acervo e imobiliário com todos os detalhamentos pertinentes para a nova sede da Câmara Municipal de Perdigão. Valor global: R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais). Dotação orçamentária: 001.02.01.031 .0025.2115.3.3.90.36. – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Prazo: 80 (oitenta) dias. Data da assinatura: 31 de março de 2020. Perdigão, 01 de abril de 2020. Fábio Rogério da Silva Botelho – Presidente da Câmara Municipal de Perdigão/MG.

3 cm -01 1341521 - 1

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2020– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 – CONTRATANTE: Câmara Municipal de Santa Luzia/MG- CNPJ nº 22.429.823/001-70. CONTRATADA: Pão Mais Morada do Rio Ltda. CNPJ: 17.214.670/0001-03. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios – Padaria para a Câmara Municipal de Santa Luzia. VALOR GLOBAL: R$ 30.656,50 (trinta mil seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos). Santa Luzia, 01 de abril de 2020. Ivo da Costa Melo – Presidente.

3 cm -01 1341485 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPERCATA,
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2020, torna público aos interessados que venderá, pela melhor oferta, respeitado o valor mínimo de venda, no estado físico e de ocupação em que se encontra o imóvel de sua propriedade, discriminado no Anexo V do Edital. O Edital estará à disposição dos interessados de 02/04/2020 a 08/05/2020, na sede da Prefeitura Municipal, à Rua João Massoriol, n.55, B. Vila Eugenio, ou no sítio http://www.alpercata.mg.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail licitacao@alpercata.mg.gov.br. Para habilitar-se à licitação, o interessado deverá efetuar depósito a título de caução de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor de venda do imóvel descrito no Anexo V do Edital. A abertura dos envelopes será efetuada a partir das 13 horas, do dia 11/05/2020. Maiores informações tel. 33-3236-1867. Valmir Faria da Silva – Prefeito Municipal

3 cm -01 1341673 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA/MG
EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO N° 052/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2020.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de máquinas e caminhões com motorista e equipamentos para atender as demandas do município e serviços da Secretaria de Obras do município. Entrega de Envelopes e Sessão Pública dia 27/04/2020, Horário: 09:00 horas. Informações (035) 3325-1432 e e-mail: licitacao@andrelandia.mg.gov.br. Pregoeira: Anna C. Zillmann. Andrelândia/MG, 01/04/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRELÂNDIA/MG
EXTRATO DE AVISO DE SUSPENSÃO
PROCESSO N° 042/2020, PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2020.
O Município de Andrelândia, através de sua Pregoeira comunica aos interessados quea licitação referente ao Processo Supracitado, objetivandoo registro de preço para futuras aquisições de lubrificantes e afins para todos os veículos e máquinas da frota Municipal, está suspensa em virtude da necessidade de adequação no seu edital e termo de referência, o mesmo será republicado com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo email licitacao@andrelandia.mg.gov.br ou pelo telefone (35)3325-1432. Anna Cristina Zilmann - Pregoeira. 01/04/2020.

5 cm -01 1341625 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAMBUÍ/MG
PROCESSO 035-2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 013-2020
Situação de Emergência - Decreto 2166 - Aquisição de Itens de Limpeza para PSFs, torna público o EXTRATO DO CONTRATO do Processo Licitatório cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de itens de limpeza para higienização de ambientes e pessoas que utilizam os PSFs do município, com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, conforme Decreto Municipal nº 2.166, de 20 de março de 2020, que Decreta Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Bambuí em razão de surto de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0, e estabelece medidas de prevenção e enfrentamento em face da possibilidade de surto de doença Infecciosa Viral Respiratória (COVID-19). Vigência até 03/04/2020. Valor: R$ 3.493,30. Pessoa Jurídica: ISRAEL E ISRAEL LTDA, inscrito no CNPJ 23.407.794/0001-08. Local para informações: Sede da Prefeitura ou pelo site www.bambui.mg.gov.br. Fone: (37) 3431-5496. Bambuí/MG, 31 de março de 2020. PAULO MENDONCA DA SILVA. PRESIDENTE DA CPL.

4 cm -31 1341444 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2020,
do tipo menor preço global, para contratação de serviços de contabilidade para contabilização dos atos e fatos administrativos através dos documentos fornecidos pelas caixas escolares das escolas da rede pública municipal de ensino; elaboração do balanço anual e demonstrativos de resultados, apuração de balancetes, impressão do livro diário para registro no cartório. declarações federais: dirf, rais, sped contábil fiscal, dctf, sefip de 11 caixas escolares das escolas municipais. alteração de dados cadastrais, presidente, atividade, endereço e razão social na receita federal, de acordo com as especificações estabelecidas no anexo i - termo de referência - do edital.Sessão Pública dia: 24/04/2020, às 09h00min, na sala de Licitações. O Edital está disponível no site do Município, www.baraodecocais.mg.gov.br-Transparência -Licitações - PP nº 28/2020. Barão de Cocais, 01 de abril de 2020. Secretarias Municipais Requisitantes.

4 cm -01 1341548 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
- EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 03-025/2020.
Data da Assinatura: 25/03/2020. Vigência: 31/12/2020. Partes: PMBC X PESSOA GUEDES SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviços de elaboração de laudo técnico, pontuando, o estado de um indivíduo de espécie arbórea de nome científico Ficus Elástica e nome popular árvore da borracha, e as medidas a serem tomadas para prolongar sua vida útil de forma saudável. Valor global: 785,96 (setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos).
- Contrato nº 03-030/2020. Data da Assinatura: 30/03/2020. Vigência: 12/09/2020. Partes: PMBC X SAMEH SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA - EPP. Objeto: Aquisição de 10 (dez) unidades de quartenário amônio pronto uso 1L, em caráter emergencial destinados atenção primária à saúde a fim de suprir a necessidade de ações de prevenção, diagnóstico e de possível tratamento devido a fase de disseminação do vírus Coronavírus – COVID-19. Valor global: R$ 220,00 (duzentos e vinte reais).
- Contrato nº 03-032/2020. Data da Assinatura: 30/03/2020. Vigência: 12/09/2020. Partes: PMBC X DROGARIA E PERFUMARIA ARAÚJO E TRANCOSO LTDA EPP. Objeto: Aquisição de 50 (cinquenta) frascos de álcool 70% gel 61ml/55g, de 32 (trinta e dois) caixas com 50 unidades de máscara cirúrgica descartável tripla com elástico e de 10 (dez) unidades de termômetro clínico digital de testa sem contato, em caráter emergencial destinados atenção primária à saúde a fim de suprir a necessidade de ações de prevenção, diagnóstico e de possível tratamento devido a fase de disseminação do vírus Coronavírus – COVID-19. Valor global: R$ 3.885,00 (três mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

6 cm -01 1341634 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2020
Pregão presencial nº 22/2020, do tipo menor preço por item, para aquisição de perfurador manual de documentos para atender a demanda de emissão de documentos no município de barão de cocais e aquisição de trator cortador de grama, com objetivo de atender as necessidades da secretaria de esporte e lazer na manutenção e conservação dos campos de futebol existentes no município e zona rural para realização de eventos e atividades esportivas da comunidade cocaiense, de acordo com as especificações estabelecidas no anexo I - termo de referência - do edital.Sessão Pública dia: 22/04/2020, às 09h00min, na sala de Licitações. O Edital está disponível no site do Município, www.baraodecocais.mg.gov.br -Transparência -Licitações - PP nº 22/2020. Barão de Cocais, 31 de março de 2020. Secretarias Municipais Requisitantes.

3 cm -31 1341385 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
EXTRATO DE CONTRATO
- Contrato nº 03-003/2020. Data da Assinatura: 06/03/2020. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. Partes: PMBC X QUARK ENGENHARIA EIRELI. Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Parque Luminotécnico do Município. Valor total: R$ 91.676,40 (noventa e um mil seiscentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).
- Contrato nº 03-018/2020. Data da Assinatura: 11/03/2020. Vigência: 22/07/2020. Partes: PMBC X ARMARINHO MAGALHÃES LTDA. Objeto: Fornecimento de colchonetes para atendimentos às famílias em caráter emergencial, devido às chuvas ocorridas no Município nos dias 23,24 e 25 de janeiro de 2020. Valor global: R$ 4.056,00 (quatro mil e cinquenta e seis reais);
- Contrato nº 03-027/2020. Data da Assinatura: 26/03/2020. Vigência: 22/07/2020. Partes: PMBC X GABRIEL DOS SANTOS MORAIS ME. Objeto: Fornecimento de maxmitex para atendimentos às famílias em caráter emergencial, devido às chuvas ocorridas no Município nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 2020. Valor global: R$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais).
- Contrato nº 03-028/2020. Data da Assinatura: 26/03/2020. Vigência: 22/07/2020. Partes: PMBC X ARMARINHO MAGALHÃES LTDA. Objeto: Aquisição de móveis, sendo 118 (cento e dezoito) camas de casal e 166 (cento e sessenta seis) camas de solteiro, em caráter emergencial para atendimento às famílias atingidas pela intensas chuvas, ocorridas no Município nos dias 23, 24, 25 de janeiro de 2020. Valor global: R$ 65.182,00 (sessenta e cinco mil cento e oitenta e dois reais).
- Contrato nº 03-029/2020. Data da Assinatura: 30/03/2020. Vigência: 12/09/2020. Partes: PMBC X GUEDES E PONTES MEDICAMENTOS LTDA ME. Objeto: Aquisição de 700 (setecentos) caixas com 100 unidades de luvas de procedimento em látex levemente talcadanão estéril tamanho P, de 700 (setecentos) caixas com 100 unidades de luvas de procedimento em látex levemente talcada-não estéril tamanho M, de 3.000 (três mil) frascos de álcool 70% gel 450g/500ml, de 12 (doze) unidades de termômetro clínico digital de testa sem contato e de 240 (duzentos e quarenta) caixas com 100 unidades de touca de proteção sanfonada em formato de tiras (TNT), em caráter emergencial destinados atenção primária à saúde a fim de suprir a necessidade de ações de prevenção, diagnóstico e de possível tratamento devido a fase de disseminação do vírus Coronavírus – COVID-19. Valor global: R$ 166.443,00 (cento e sessenta e seis mil quatrocentos e quarenta e três reais).
- Contrato nº 03-031/2020. Data da Assinatura: 30/03/2020. Vigência: 12/09/2020. Partes: PMBC X MARIA APARECIDA FIRMINA DIAS MAGALHÃES. Objeto: Aquisição de 8.000 (oito mil) unidades de álcool etílico hidratado na concentração de 70º INPM (70% em peso) 1000ml, em caráter emergencial destinados atenção primária à saúde a fim de suprir a necessidade de ações de prevenção, diagnóstico e de possível tratamento devido a fase de disseminação do vírus Coronavírus – COVID-19. Valor global: R$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
(CONTRATOS)
- 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 03-027/2020. Data da assinatura: 27/03/2020. Partes: PMBC x GABRIEL DOS SANTOS MORAIS ME. Objeto: Fica alterada a Clausula Terceira do contrato, restando convencionado o acréscimo de 9,27%, o que corresponde a 278 (duzentos e setenta e oito) unidades de marmitex, alterando o valor global de R$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais) para R$ 39.008,20 (trinta e nove mil e oito reais e vinte centavos).

14 cm -31 1341414 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS/MG
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PL 018/2020, PP-SRP 011/20.
Objeto: Contratação de empresa com vistas ao fornecimento de material bibliográfico em suas edições atualizadas comercializados no mercado livreiro nacional, dentre estes, códigos, manuais e livros da área de direito, para atualização do acervo da biblioteca da procuradoria-geral do município de Barão de Cocais, de acordo com as especificações estabelecidas no anexo I – Termo de Referência – do edital.
Ass: 019/03/2020. Ata de RP 030/2020: PMBC X HELEN PAULA CAITANA DIAS EIRELI – EPP com valor estimado de R$ 5.618,82. (cinco mil seiscentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos). A ata encontra-se disponível na íntegra no Portal do Município - www.baraodecocais.mg.gov.br - Licitações - PP nº 011/2020 - Contratos.

3 cm -31 1341388 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS,
CONTRATO BF Nº 286.414/20
com o Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em 13 de março de 2020, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG Cidades 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS Contrato BF nº 286.413/20 com o Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em 13 de março de 2020, no valor de R$ 1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG Urbaniza 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS, Contrato BF nº 286.415/20 com o Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em 13 de março de 2020, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG Saneamento 2019.

4 cm -31 1341357 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE-MG
CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO
Para Aquisição E Dispensação De Medicamento À Base Da Substância Misoprostol-Lista C1. O Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Vale, com base na análise de documentos apresentados se manifesta favorável a autorização do credenciamento do estabelecimento abaixo, discriminado para aquisição e administração de medicamentos a base da substância Misoprostol, da lista C1 da Portaria /MS 344/98, conforme estabelece o Artigo 28 da Portaria N◦06 de 29/01/1999 da ANVISA- Agência nacional de vigilância sanitária. Cadastro n◦ 01/2020. estabelecimento: hospital e maternidade henrique penido, endereço: praça henrique penido s/n, bairro: carijós, cidade/uf: Belo Vale-MG, responsável técnico: Ariana Vieira Dias Moreira CRF-MG 38405, Nelzy Eva Maia Secretaria Municipal de Saúde, Marcelo Moreira Polonia Coordenador da Vigilância Sanitária de Belo Vale .

4 cm -01 1341488 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS.
RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO TP 002/2020.
Objeto: Obras de reforma e revitalização da Praça Geraldo Pacheco de Aguiar, no Centro, com recursos do Convênio nº 1491001627/2019 – SEGOV. Empresa vencedora: Walmira Borges Perpétuo Alves ME pelo valor global de R$ 141.862,39. 2º lugar: Construtora Belo Oriente Eireli com o preço global de R$ 143.301,13. Aberto prazo legal de recursos. 31/03/2020. Giesley Coelho dos Santos – CPL.

2 cm -01 1341628 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ
NOVADA DATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00 4/2020
O MUNICÍPIO DE CAETÉ/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará em 16 de abril de 2020, às 09h30min, em sessão pública no Auditório localizado no Anexo Administrativo da Prefeitura Municipal de Caeté, Av. Jair Dantas, 216, José Brandão, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando aquisição de veículo tipo van, zero quilômetro, sem acessibilidade, para atendimento dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e conforme Termo de Convênio 883850/2019. VALOR ESTIMADO: R$ 149.983,33. O Edital encontra-se à disposição na íntegra gratuitamente em www.caete.mg.gov.br. Informações: (31)3651-3264/8047. Caeté, 31 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020
O MUNICÍPIO DE CAETÉ/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará em 17 de abril de 2020, às 09h30min, em sessão pública no Auditório localizado no Anexo Administrativo da Prefeitura Municipal de Caeté, Av. Jair Dantas, 216, José Brandão, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a aquisição de aparelhos de áudio, vídeo e foto; mobiliário, equipamentos de processamentos de dados e outros, para aplicação no Centro de Artes e Esportes Unificado - CEU, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras. VALOR ESTIMADO: R$ 342.704,67 . O Edital encontra-se à disposição na íntegra gratuitamente em www.caete.mg.gov.br. Informações: (31)3651-3264/8047. Caeté, 31 de março de 2020.

6 cm -31 1341433 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – M.G.
PROCESSO Nº 031/2020 – DISPENSA Nº 004/2020.
Torna público o Despacho do Exmo. Senhor Prefeito Municipal o qual ratificou e autorizou a instauração do Processo de Dispensa de Licitação, objetivando a contratação emergencial de Seguro Total (acidentes, incêndio, furto e roubo) para veículos pertencentes à Frota Municipal, com cobertura contra danos materiais, danos pessoais e assistência 24 horas de seguro total, pelo período de 180 dias. Valor total da empresa: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais – CNPJ 61.198.164/0001-60, valor total de R$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Fundamentação legal: Art. 24 Inciso IV da Lei Federal 8666/93 – Situação emergencial, serviço essencial não podendo ser paralisado/suspenso. Nivaldo Donizete Muniz - Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341748 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE
EXTRATO DE RESULTADO DE JULGAMENTO -
PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL - Nº 17/2020
AVISO: O Município de Campina Verde-MG, torna público para conhecimento dos interessados, o Extrato de Resultado de Julgamento: Processo Licitatório nº 0008441/2020 – Modalidade: Pregão Presencial – Edital nº 17/2020 – Registro de Preços - 05/2020 Objeto: Registro de preços pelo prazo de 12 (Doze) meses, para eventual e futura aquisição de gás de cozinha GLP (13 kg), para as diversas secretarias do Município, conforme condições e especificações contidas e estabelecidas no edital e seus anexos. Proposta vencedora: 1) J. Auricchio e Cia LTDA – CNPJ 18.151.092/0001-76 – Item 01) 401 un gás de cozinha GLP – 13/ valor unitário R$ 73,00 - Valor Total R$ 29.273,00 / item 02) não houve interessados- Rodrigo Carneiro de Oliveira – Pregoeiro.

3 cm -31 1341366 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA VERDE
PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL - Nº 19/2020
AVISO: O Município de Campina Verde-MG, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura do procedimento licitatório, modalidade: Pregão Presencial – Edital nº 19/2020 – Processo: 0008625/2020 – Registro de Preços – 07/2020 Objeto: Registro de preços para provável e futura aquisição de recarga de gás oxigênio medicinal e locação de cilindros de oxigênio, para um período de 12 (Doze) meses, nas especificações, quantitativos e demais condições contidas no edital e seus anexos. Credenciamento, entrega de envelopes de proposta comercial, de documentação habilitadora e sessão para o julgamento: Dia 15 de abril de 2020, às 14:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de Campina Verde - MG, à Rua 30 nº 296, Bairro Medalha Milagrosa – CEP: 38270-000 - Edital completo no site www.campinaverde.mg.gov.br no link Licitações e Pregões ou através de e-mail: licitacao@campinaverde.mg.gov.br - Demais informações: Pessoalmente no endereço acima ou telefone: (34) 3412-9101. Rodrigo Carneiro de Oliveira – Pregoeiro.

4 cm -01 1341537 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
- RETIFICAÇÃO NO EDITAL DO PROCESSO
LICITATORIO Nº 020/2020,
modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020, menor valor global. Foi retirado do referido edital alínea "j", do item 5.2, e alterado o Item 5.2.3, alínea "d" do Ato Convocatório. Informações pelo e-mail: licitacaoca@hotmail.com ou tel.: (33) 3231 – 9124, segunda a sexta, de 07:00 às 13:00 horas, com Ernani Luiz da Rocha – Presidente da CPL.

2 cm -01 1341575 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO/MG
TOMADA DE PREÇOS N.º 10/2020
CNPJ sob o nº. 16.726.028/0001-40, torna público através da Presid. da CPL, Ana Paula de Pádua Pristo Almeida, que se acha aberto o Procedimento Licitatório nº 54/2020, do tipo menor preço global, objetivando a execução de REFORMA E ACESSIBILIDADE DO TERMINAL RODOVIARIO DE CAPITOLIO. Devendo os Envelopes contendo Documentação Habilitação (Envelope 01) e Proposta Comercial (Envelope 02) serem entregues na Seção de Licitação, até às 09:00 horas do dia 27/04/2020, sendo que o Envelope 01 referente à Habilitação será aberto às 09:30 horas do dia 27/04/2020, no mesmo local. Informações através do telefone (37)33730300 ou www.capitolio.mg.gov.br. Presidente da Comissão.

3 cm -01 1341545 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202004012108540212.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
PROCESSO Nº 016/2020 - CHAMADA PUBLICA Nº 001/2020
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.
Prazo: 30/03/2020 à 30/03/2021
Data: 30/03/2020

Contrato nº 095/2020
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
JOSÉ RIBEIRO DE MELO
Valor: R$ 4.690,00

Contrato nº 096/2020
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
MIGUEL SILVÉRIO PEREIRA
Valor: R$ 10.444,80

Contrato nº 097/2020
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
CARLOS AUGUSTO PEREIRA
Valor: R$ 18.888,40

Contrato nº 098/2020
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
LUCAS AIRES DE AGUIAR
Valor: R$ 19.455,00

Contrato nº 099/2020
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
HAILTON AIRES PINTO
Valor: R$ 19.290,00

7 cm -31 1341325 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU
AVISOS LICITAÇÃO.
1) Proc. nº 35/2020, Pregão Elet. nº 14/2020. Objeto: Aquisição de veículo de transporte sanitário. Data: 14/04/2020 às 09:00 h. de Brasília. 2) Proc. nº 36/2020, Pregão Elet. nº 15/2020. Objeto: Aquisição de emulsão asfáltica. Data: 14/04/2020 às 10:00 h. de Brasília. Editais disponíveis no www.caxambu.mg.gov.br ou www.bll.org.br Caxambu-MG, 01/04/2020 - Dpto Licitações.

2 cm -01 1341610 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA APARECIDA/MG
– TOMADA DE PREÇOS 003/2020.
Objeto: Contratação de empresa, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessária, para construção da cobertura em telha metálica sobre a arquibancada do Estádio Municipal Demetrão, localizado na Praça dos Esportes, Centro, neste município, conforme Convenio de Saida nº 760/2018 da Secretaria de Estado de Esportes/MG. O edital poderá ser retirado na integra através do site:www.conceicaodaaparecida.mg.gov.br ou e-mails:compraslicitacao@conceicaodaaparecida.mg.gov.br e licitacaopmca@yahoo.com.br. A sessão de abertura será realizada no dia 16 de abril de 2020, às 09h00 (nove horas). Conceição da Aparecida, 31 de março de 2020. Ruberval José Gonçalves - Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341638 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA APARECIDA/MG
PREGÃO ELETRONICO 001/2020.
Objeto: Aquisição de 01 (um) caminhão com carroceria e madeira, 0 km, para atendimento da S.M.Infraestrutura.. O edital poderá ser retirado na integra através do site:www.conceicaodaaparecida.mg.gov.brou e-mails:compraslicitacao@conceicaodaaparecida.mg.gov.brelicitacaopmca@yahoo.com.br. Propostas: envio ao Portal Bolsa de Licitações do Brasil, a partir de 03/04/2020, às 08 horas. Final do Recebimento das Propostas: 15/04/2020 – 08h45min. no site:(https://bllcompras.com/Home/). Sessão de Abertura: 14/04/2020, Horário: 09 horas. Conceição da Aparecida, 01 de abril de 2020. Ruberval José Gonçalves - Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341769 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº 013/2020
O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete RATIFICA a Dispensa nº 013/2020 (art. 24, IV, Lei nº 8.666/93 c/c art. 3º, Decreto Municipal nº 574/2020) para aquisição de álcool 70% e álcool gel, em regime de urgência, devido ao surto Coronavírus (COVID-19), em atendimento à demanda das unidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, conforme Decreto Municipal nº 574, de 16/03/2020, em favor da empresa DISTRILAF Distribuidora de Medicamentos LTDA, vencedora dos itens 01, 02 e 06, com o valor total de R$6.002,54 (seis mil e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e a empresa Emenalli Medical LTDA EPP, vencedora dos itens 03, 04 e 05, com valor total R$ 3.738,40 (três mil e setecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), Conselheiro Lafaiete, 01/04/2020 – Mario Marcus Leão Dutra – Prefeito Municipal.

4 cm -01 1341776 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM
PREGÃO ELETRÔNICO NÚMERO 002/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO NÚMERO 006/2020, aquisição de mobiliário com serviços e instalação, marcado para o dia 23/04/2020, edital disponível nos sites: www.licitacoes-e.com.br e www.contagem.mg.gov.br/licitacao. Contagem, 01/04/2020 – Luiz Adolfo Belém - Equipe de Pregões.

2 cm -01 1341508 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROACI-MG
EXTRATO ATA - PROCESSO LICITATÓRIO 003/2020
tomada de preços n.º 002/2020. A P.M. de Coroaci-MG, torna público que realizar. Objeto: Contratação de empresa para pavimentação em blocos de concreto sextavado na zona urbana no município de Coroaci-MG, de acordo o Contrato de repasse n.º 856643/2017/MCIDADES/CAIXA, Processo n.º 2604.1038711-82/2017. 1ª Colocada: ECO VIA CONSTRUTORA EIRELLI-EPP, inscrita no CNPJ n.º 21.473.512/0001-45, VALOR GLOVAL: R$ 289.619,62 (duzentos e oitenta e nove mil seiscentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos). 2ª Colocada: LBN EDIFICAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 30.669.454/0001-10, VALOR GLOBAL: R$ 340.743,37 (trezentos e quarenta mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos). Abre-se prazo legal para interposição de recursos, conforme Art. 109, Inciso I, b, da Lei Federal n.º 8.666/93. Wilkison Caldeira de Oliveira Leal, Presidente da C.P.L.

4 cm -30 1340580 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROACI-MG
EXTRATO ATA - PROCESSO LICITATÓRIO 006/2020
Tomada de Preços n.º 003/2020. A P.M. de Coroaci-MG, torna público. Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de perfuração de poços artesianos tubular profundo, nas comunidades Rurais do Município de Coroaci-MG. 1ª Colocada: Hermes Valério Sanches ME, inscrita no CNPJ n.º 25.383.585/0001-05, Item 01: valor total de R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). Item 02: valor total de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais). Item 03: valor total de R$ 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta reais). Item 04: valor total de R$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais). Item 05: valor total de R$ 11.850,00 (onze mil oitocentos e cinquenta reais). Item 06: valor total de R$ 11.325,00 (onze mil trezentos e vinte e cinco reais). Item 07: valor total de R$ 13.050,00 (treze mil e cinquenta reais). Item 08: valor total de R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais). Item 09: valor total de R$ 13.050,00 (treze mil e cinquenta reais). Abre-se prazo legal para interposição de recursos, conforme Art. 109, Inciso I, b, da Lei Federal n.º 8.666/93. Wilkison Caldeira de Oliveira Leal, Presidente da C.P.L.

4 cm -31 1340983 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROACI/MG.
EXTRATO DA ATA DE SESSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 001/2020,
Tomada de Preços n.º 001/2020. A P.M. de Coroaci-MG, torna público o extrato da ata do dia 22/01/2020 as 09hs. Resultado sessão deserta. Emerson De Carvalho Andrade, Prefeito Municipal. Coroaci-MG.

2 cm -30 1340579 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG .
EDITAL RESUMIDO CREDENCIAMENTO Nº 004/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2020.
O Município de Coronel Fabriciano/MG, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público o credenciamento de pessoas jurídicas, que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas do SUS e do direito administrativo, para fornecer serviços para a realização de cirurgias eletivas, no território de Coronel Fabriciano, em conformidade com a "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS" - grupo 04 – procedimentos cirúrgicos, em conformidade com o Plano Operativo. Recurso: Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Bloco Custeio. Informa ainda que recebera o pedido para o credenciamento a partir do dia 03/04/2020 durante o período de 30 (trinta) dias no horário de 13h00minh as 17h30minh, no Setor de Licitações, Localizado na Rua Boa Vista, nº 113, 1º andar – Sala 07 - Edifício José Vivi, antigo Hotel Sucupira – Centro– Coronel Fabriciano/MG. O edital poderá ser retirado no site www.fabriciano.mg.gov.br. Ou acessando o link: sistemas.fabriciano.mg.gov.br/portalcidadao. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones (31) 3846-7077/7767/7063. Coronel Fabriciano/MG, 01 de abril de 2020. José Pereira. Presidente da CPL.

5 cm -01 1341747 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO/MG.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020
Processo de Compra n° 094/2020 – Processo Licitatório n° 053/2020 Retificação. Objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de exames ANATOMOPATOLÓGICOS E CITOPATOLÓGICOS, de diagnóstico complementar, para atender os usuários que são encaminhados pelas unidades básicas de saúde e policlínica central do Município de Coronel Fabriciano, para atender às necessidades da Secretária Municipal de Saúde, através da Gerência de Controle, Avaliação e Auditoria, utilizando o Recurso: Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Bloco Custeio. Comunicamos aos interessados que foram realizadas alterações na Quantidade Anual Estimada do Lote I constante no Anexo II - Planilha de Formação de Preços do edital. A alteração encontra-se disponível pelo link https://www.fabriciano.mg.gov.br/servico/transparencia/licitacoes. Permanecem inalteradas as demais condições do edital. A nova data de abertura será no dia 16/04/2020 às 09h. Para dúvidas e esclarecimentos disponibilizamos os telefones (31) 3846-7767, 7077, 7078, 7063 e o e-mail: licitacao@fabriciano.mg.gov.br. Coronel Fabriciano/MG, 31 de Março de 2020. Patrícia Cristina Ferreira Sá. P/Pregoeiro.

5 cm -01 1341750 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓLITA/MG
- AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 015/2020 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2020
- Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: "Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios em atendimento aos Diversos Setores da Prefeitura Municipal". Data abertura e apresentação de proposta e documentação: dia 22/04/2020, às 8:00 hs (oito horas). Leitura e cópias do edital poderão ser obtidas na Sede do Município de Crisólita/MG, situada na Pç José Quaresma da Costa, 08, centro – CEP: 39.885-000, em dias úteis, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou no sítio eletrônico www.crisolita.mg.gov.br ou pelo e e-mail licitacao@crisolita.mg.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (33) 3611-8002. Crisólita, 01/04/2020. Aderlande Moreira Vilela – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓLITA/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 019/2020 - Pregão Presencial SRP nº 007/2020 - Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: "Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus novos e câmara de ar, em atendimento a demanda da Prefeitura Municipal de Crisólita". Data abertura e apresentação de proposta e documentação: dia 23/04/2020, às 8:00 hs (oito horas). Leitura e cópias do edital poderão ser obtidas na Sede do Município de Crisólita/MG, situada na Pç José Quaresma da Costa, 08, centro – CEP: 39.885-000, em dias úteis, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou no sítio eletrônico www.crisolita.mg.gov.br ou pelo e e-mail licitacao@crisolita.mg.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (33) 3611-8002. Crisólita, 01/04/2020. Aderlande Moreira Vilela – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓLITA/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 020/2020 - Pregão Presencial SRP nº 008/2020 - Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: "Registro de Preços para Futura e Eventual Fornecimento de Materiais e Prestação de Serviços Gráficos, incluindo os relativos a designer, diagramação, formatação e confecção gráficas (serviços gráficos diversos), em atendimento as Secretarias do Município". Data abertura e apresentação de proposta e documentação: dia 27/04/2020, às 8:00 hs (oito horas). Leitura e cópias do edital poderão ser obtidas na Sede do Município de Crisólita/MG, situada na Pç José Quaresma da Costa, 08, centro – CEP: 39.885-000, em dias úteis, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou no sítio eletrônico www.crisolita.mg.gov.br ou pelo e e-mail licitacao@crisolita.mg.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (33) 3611-8002. Crisólita, 01/04/2020. Aderlande Moreira Vilela – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓLITA/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 021/2020 - Pregão Presencial SRP nº 009/2020 - Tipo:Menor preço a ser obtido pelo maior percentual de desconto. Objeto: "Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de peças genuínas ou originais de fábrica, através do menor preço a ser obtido pelo maior percentual de desconto da tabela das montadoras, afim de atender as necessidades da frota municipal de Crisólita/MG". Data abertura e apresentação de proposta e documentação: dia 28/04/2020, às 8:00 hs (oito horas). Leitura e cópias do edital poderão ser obtidas na Sede do Município de Crisólita/MG, situada na Pç José Quaresma da Costa, 08, centro – CEP: 39.885-000, em dias úteis, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou no sítio eletrônico www.crisolita.mg.gov.br ou pelo e e-mail licitacao@crisolita.mg.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (33) 3611-8002. Crisólita, 01/04/2020. Aderlande Moreira Vilela – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓLITA/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 022/2020 - Pregão Presencial SRP nº 010/2020 - Tipo:Menor preço hora/trabalhada. Objeto: "Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva por hora homem trabalhada nos veículos automotores da frota municipal de Crisólita/MG". Data abertura e apresentação de proposta e documentação: dia 29/04/2020, às 8:00 hs (oito horas). Leitura e cópias do edital poderão ser obtidas na Sede do Município de Crisólita/MG, situada na Pç José Quaresma da Costa, 08, centro – CEP: 39.885-000, em dias úteis, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou no sítio eletrônico www.crisolita.mg.gov.br ou pelo e e-mail licitacao@crisolita.mg.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (33) 3611-8002. Crisólita, 01/04/2020. Aderlande Moreira Vilela – Prefeito Municipal.

16 cm -01 1341633 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO DAS LARANJEIRAS – MG.
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020.
O Município de Divino das Laranjeiras, através da CPL, Comunica que abrirá Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2020 na forma de credenciamento, cujo objeto credenciamento de pessoas jurídicas/naturais para prestação de serviço especializado e convencional de táxi, em conformidade com os trajetos definidos pela Prefeitura Municipal de Divino das Laranjeiras. Os interessados poderão retirar o edital e obter informações na Prefeitura na Praça Anacleto Falci, nº 280 - centro –Divino das Laranjeiras/MG, nos dias úteis no horário de 08h00 às 11h00 e de 13h00 às 16h00. Informações Tel/Fax: (33) 3245-1002, email licitacao@divinodaslaranjeiras.mg.gov.br. Luana Silva Melo Palmares Lopes – Presidente da CPL.

3 cm -31 1341034 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISOS ABERTURA DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 021/2020, TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2020,
tipo menor preço, cujo objeto é a Contratação de empresa para execução das obras de reforma do telhado e pintura do Teatro Usina Gravatá no município de Divinópolis/MG. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 22 de Abril de 2020 às 09h:00min. Na sala de licitações desta Prefeitura.O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, de 12:00h às 17:30h, na Av. Paraná nº. 2.601 - 3º andar (sala 313), São José, CEP 35.501-170, Município de Divinópolis. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo sitewww.divinopolis.mg.gov.br, informações e esclarecimento pelo telefone (37) 3229-8127 / 3229-8128. Divinópolis, 01 de Abril de 2020. Jonas de Alcantara Azevedo. Presidente CPL.

3 cm -01 1341581 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS-MG.
P.A.L. 056/2020. PREGÃO ELETRÔNICO 031/2020. AVISO DE LICITAÇÃO.
A Prefeitura Municipal de Divinópolis torna público que realizará licitação, sob a modalidade "Pregão Eletrônico", destinada ao registro de preços para aquisições futuras e eventuais de materiais médico-hospitalares para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis, bem como às de mandados judiciais, conforme descritivos e quantitativos constantes no Termo de Referência e no Anexo I do Edital. Recebimento das propostas e demais documentos: até às 13:00 horas do dia 22/04/2020. Início da disputa: às 13:15 horas do dia 22/04/2020. O Edital está à disposição dos interessados nos sites: www.divinopolis.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Sidney Henrique Duarte Martins.Pregoeiro.

3 cm -01 1341675 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISOS ABERTURA DE LICITAÇÃO.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 048/2020,
Tomada de Preços nº. 004/2020, tipo menor preço, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração de projetos de engenharia de trânsito para o sistema viário do Município de Divinópolis/MG em atendimento ao FINISA, conforme especificações do projeto básico. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 23 de Abril de 2020 às 09h:00min. Na sala de licitações desta Prefeitura.O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, de 12:00h às 17:30h, na Av. Paraná nº. 2.601 - 3º andar (sala 313), São José, CEP 35.501-170, Município de Divinópolis. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo sitewww.divinopolis.mg.gov.br, informações e esclarecimento pelo telefone (37) 3229-8127 / 3229-8128. Divinópolis, 01 de Abril de 2020. Jonas de Alcantara Azevedo. Presidente CPL.

4 cm -01 1341582 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO
AVISO DE LICITAÇÃO PP 017/2020
A Prefeitura Municipal de Dom Silvério faz tornar pública licitação PP 017/2020, tendo por objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos éticos e/ ou genéricos do catálogo ABC Farma com entrega imediata/pronta entrega e de caráter emergencial para atender ao setor de saúde. Data prevista para entrega da documentação de habilitação, propostas e abertura: 15/04/2020 às 8:30 h . Informações: telefone: (31) 3857-1000. Obtenção do edital: https://domsilverio.mg.gov.br/servicos-aos-cidadaos/licitacoes/. Dom Silvério, 01/04/2020.

3 cm -01 1341599 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ
CONTRATO BF Nº 286.421/20
Publicação Contrato - O Município de Durandé/MG torna pública a assinatura do Contrato BF nº 286.421/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em 13 de março de 2020, no valor de R$500.000,00(quinhentos mil reais) com recursos do PROGRAMA-BDMG MAQ/2019.

2 cm -01 1341559 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA-MG.
EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2020. TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2020.
Contratada: Everaldo José Teixeira de Almeida - ME. Objeto: Execução das obras de construção de muro de fechamento do Cemitério Municipal do Distrito de Água Viva. Valor: R$ 61.350,11. Prazo de Execução: 02 meses a partir da Ordem de Início. Vigência contratual: 09 meses. Dotação Orçamentária: 204.00.15.452.0009.2.0021...4.4.90 .51 (00.01.00) e (00.02.00). 01/04/2020. Afranize Maria Teixeira Jardim – Presidente da Comissão de Licitação. Maria de Fátima Guerra Cabral – Prefeita.

3 cm -01 1341471 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL
- PL 013/2020, PP 011/2020, ARP 003/2020
– Extrato de Homologação. Objeto: aq. de uma máquina duplicador digital preto e branco, nova, primeiro uso, para atender as necessidades da Escola Municipal Derci Alves Ribeiro, neste município. Vencedora: Pimenta Máq e Suprimentos Ltda. EPP. Item: 01 (único). R$ 21.695,00. 30/03/2020. Otoni Alves de Oliveira Melo – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL - PL 013/2020, PP 011/2020, ARP 003/2020 – Extrato de ARP. Detentor: Pimenta Máq e Suprimentos Ltda. EPP. Item: 01 (único). R$ 21.695,00. Objeto: aq. de uma máquina duplicador digital preto e branco, nova, primeiro uso, para atender as necessidades da Escola Municipal Derci Alves Ribeiro, neste município. Vigência: 31/03/2020. 31/03/2020. Otoni Alves de Oliveira Melo – Prefeito Municipal.

4 cm -01 1341571 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL GALILÉIA – MG.
AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 09/2020;
Objeto: Futura prestação de serviço de serralheria, incluindo o fornecimento de materiais, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Galiléia, MG. Data de Reabertura dos envelopes: 14/04/2020 às 08hs. Aquisição do edital na sede da Prefeitura Municipal de Galiléia, MG, e-mail: licitacao@galileia.mg.gov.br, site: https://transparencia.galileia.mg.gov.br/licitacoes/ tel.: (33) 32441381. Galiléia / MG, 30/03/2020. Fernanda Serafim da Silva - Presidente CPL.

3 cm -01 1341762 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES – MG
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2019
Extrato da Ata. O Município de Governador Valadares/MG torna público o Extrato de Ata de Registro de Preços, com origem no Pregão Presencial n. 190/2019, referente à Registro de preços para eventual Contratação de empresa para prestação de serviço de Agente de Integração Empresa-Escola, através do Sistema de Registro de Preços Nº 163/2019, firmada pelo Município de Governador Valadares/MG e pela empresa Centro de Integração Emp. Escola-MG CIEE no lote 1 com valor estimado é de R$ 534,16 (quinhentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos) por estagiário, sendo a receita institucional por estagiário de 1,8% correspondendo a R$ 9,44 (nove reais e quarenta e quatro centavos, totalizando ao contratado o valor de R$ 4.720,00 (quatro mil setecentos e vinte reais) mensal, R$56.640,00 anual (cinquenta e seis mil seiscentos e quarenta reais). Total geral da licitação R$ 3.204.960,00 (três milhões duzentos e quatro mil novecentos e sessenta reais), assinada em 20 de fevereiro de 2020, Vigência: 12 meses. O resultado Final encontra-se disponível integralmente através do sitewww.valadares.mg.gov.br/licitacao. Governador Valadares, 31 de março de 2020. José Eustáquio Natal - Secretário Municipal Administração.

5 cm -01 1341744 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPÉ/MG
–EDITAL DE LICITACÃO– EDITAL DE PREGÃO 31/2020, PROCESSO 180/2020.
Recebimento de Envelopes 01 e 02 até 09h00min dia 22/04/2020. Objeto: Registro de preço destinado à Contratação De Empresa Especializada Em Prestação De Serviços Laboratoriais, Para Realizar Exames Sorológicos (Dengue IGM e Dengue IGG). PREGÃO 33/2020, PROCESSO 14/2020. Recebimento de Envelopes 01 e 02 até 09H DIA 28/04/2020. OBJETO: Pregão Presencial, Registro de Preços, para futura e eventual aquisição parcelada de Material Médico Hospitalar Edital disposição: Prefeitura Municipal de Guapé. transparencia.guape.mg.gov.br Telefax: (35) 3856-1250, Marcia Aparecida dos Reis- Ordenadora de despesas.

3 cm -01 1341547 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 036/2020 TOMADA DE PREÇOS 002/2020.
A Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG torna público que realizará, em sua sede à Rua Direita, 92, Centro, tomada de preços objetivando a contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma e ampliação do Estádio Municipal de Futebol de Guaraciaba/MG, conforme convênio SICONV 874323/2018. Edital disponível em: http://www.guaraciaba.mg.gov.br/publicacoes/editais-licitacoes. Maiores informações: licitacao@guaraciaba.mg.gov.br e (31)3893-5130. Guaraciaba, 01/04/2020. Gustavo Castro de Andrade – Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341786 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI/MG:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020,
Registro de Preços Nº 004/2020, critério de julgamento Menor Preço unitário. Objeto: "Contratação de empresa para Prestação de serviços de Transporte de Grupos Culturais, Esportivos e demais atividades do município para diversas localidades". Abertura dos envelopes dia 22/04/2020 às 08h30min, no Setor de Licitações, R: Seis de Abril, 912. Extração do edital, site www.ibiraci.mg.gov.br. Informações (35) 3544-9700, IBIRACI/MG, 01 de Abril de 2020.

2 cm -01 1341483 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGAÍ/MG.
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 12/2020, PREGÃO PRESENCIAL N.º: 05/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.
Objeto: Aquisição de medicamentos éticos, genéricos e similares para manutenção do Departamento Municipal de Saúde e Gestão, conforme descrição constante do Edital e seus anexos, tendo por tipo e critério de julgamento o menor preço (MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA CMED/ANVISA). Onde se lêAbertura dos envelopes dia 03/04/2020 às 10h lê se abertura dos envelopes dia 16/04/2020 às 10h na Prefeitura Municipal de Ingaí. Maiores informações no Dep. de Licitações, sito à Praça Gabriel de Andrade Junqueira n.º 30, Centro, Ingaí/MG, ou através do telefone 35-3824-1144 e-mail licitacao@ingai.mg.gov.br: Ingai 01/04/2020 – Adriano Nogueira Martins- Pregoeiro.

3 cm -01 1341754 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N°. 008/2020 SESUMA - Abertura: 06/05/2020 às 13h - Protocolo até às 12h do mesmo dia. OBJETO: Seleção de empresa, em regime de empreitada por preços unitários, para à execução de obras e serviços de engenharia destinados ao Remanejamento Interceptor Margem Direita Ribeirão Ipanema e Proteção de Margens e Contenções Lado Direito e Esquerdo do Ribeirão Ipanema - Trecho Est.49 Até Est.62 - Av. Maanain Etapa 2, conforme Edital e anexos. Edital disponível no site da PMI: www.ipatinga.mg.gov.br/licitacoes. Demais informações: Seção de Compras e Licitações (31) 3829-8240, 12h às 18 h, Av. Maria Jorge Selim de Sales, 100, Centro, CEP: 35.160-011, Ipatinga/MG. Agnaldo Giovani Bicalho, Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, 01/04/2020.

3 cm -01 1341662 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA.
Aviso de Licitação Pregão Eletrônico 09/2020-SMS. Objeto: Aparelhos oftalmológicos. ABERTURA: 17/04/2020 às 11:00 hs. Edital disponível no site: www.bionexo.com.br . Informações (31) 3829-8154/, de 12 às 17h. Érica Dias de Souza Lopes, Sec. de Saúde, em 01/04/2020.

1 cm -01 1341783 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA.
AVISO DE ALTERAÇÃO INEXIGIBILIDADE 06/2020-SMS.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços com finalidade diagnóstica em Laboratório Clínico, destinados a atender aos usuários do SUS/Ipatinga, de acordo com os procedimentos e quantitativos no Plano Operativo. Informo que houve a exclusão da alínea "c" do item 8.3 do Edital. As demais informações permanecem inalteradas. Edital alterado disponível no site: www.ipatinga.mg.gov.br. Informações (31) 3829-8155/8154, de 12 às 17h. Érica Dias de Souza Lopes, Sec. de Saúde, em 01/04/2020.

3 cm -01 1341659 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 08/2020-SMS.
Objeto: EXCLUSIVO ME/EPP/MEI – Suporte coletor mat. perfurocortante. ABERTURA: 16/04/2020 às 13:00 hs. Edital disponível no site: www.bionexo.com.br . Informações (31) 3829-8154/, de 12 às 17h. Érica Dias de Souza Lopes, Sec. de Saúde, em 01/04/2020.

2 cm -01 1341779 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 67/2020, PROCESSO Nº 10/2020, TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020
CONTRATADA: CVCTEC ENGENHARIA EIRELI. Objeto: Contratação de empresa para execução da REFORMA DA PRAÇA SANTA EULÁLIA, localizada no Bairro Lindorifo Prata Lima, no Município de Itaguara/MG, conforme Convênio nº 1491001668/2020 celebrado com a SEGOV – SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO. Valor: R$ 71.606,05. Vigência: 31/03/2020 a 30/03/2021. Geraldo Donizete de Lima - Prefeito Municipal – 31/03/2020.

3 cm -01 1341601 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO/MG.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020.
Processo nº 032/2020. Pregão Presencial nº 011/2020. Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de diversos Materiais de Construção Civil em atendimento a Prefeitura Municipal de Itambé do Mato Dentro/MG. Contratante: Município de Itambé do Mato Dentro. CNPJ 18.299.537/0001-60. Contratada: Oliveira & Coelho Materiais de Construçãoltda - EPP, CNPJ 08.765.605/0001-85. Valor: R$ 114.236,75. Assinatura: 31/03/2020. Vigente: 12 meses.

3 cm -01 1341800 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO/MG.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020.
PROCESSO Nº 022/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020.
Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em locação de maquinas pesadas para atendimento a Secretaria Municipal De Transporte, Obras, Infraestrutura e Agricultura de Itambé do Mato Dentro/MG. Contratante: Município de Itambé do Mato Dentro. CNPJ 18.299.537/0001-60. Contratada: Engeforte Engenharia, Construções e Terraplenagens Ltda - Epp, CNPJ 00.169.265/0001-18. Valor: R$ 245.000,00. Assinatura: 18/03/2020. Vigente: 12 meses.

3 cm -01 1341797 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202004012108540213.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO/MG.
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020.
PROCESSO Nº 032/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020.
Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de diversos Materiais de Construção Civil em atendimento a Prefeitura Municipal de Itambé do Mato Dentro/MG. Contratante: Município de Itambé do Mato Dentro. CNPJ 18.299.537/0001-60. Contratada: Deposito Guedes Ltda, CNPJ 18.459.580/0001-45. Valor: R$ 10.675,88. Assinatura: 31/03/2020. Vigente: 12 meses.

3 cm -01 1341805 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA/MG
EXTRATO DE CONTRATO – CONTRATO Nº 04/2020 -
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2019 – (RESUMIDO)
Objeto: Construção de vestiários e alambrados no Campo de futebol do Bairro São Miguel, conforme Contrato de Repasse nº 874702/2018/ Ministério do Esporte/Caixa – Operação nº 1057959-79. Contratante: Município de Iturama. Contratada: Q Engenharia Ltda. Valor: R$226.952,70. Vigência: da assinatura até 31/12/2020. Data do Contrato: 27/01/2020. Anderson Bernardes de Oliveira – Prefeito.

2 cm -01 1341526 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTICATUBAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 027/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020
A Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG, através da Pregoeira e sua equipe, torna público o PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020. Objeto: Registro de Preços de materiais de limpeza e higiene, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Jaboticatubas/MG; Data: 23 de abril de 2020; Horário: 08 horas e 30 minutos; Tipo: Menor Preço; Critério de Julgamento: Preço por item. Maiores informações: Pça Nossa Senhora da Conceição, 38 – Centro, CEP 35.830-000, Jaboticatubas/MG; Telefax: (31) 3683-1071; e-mail: licitacao@jaboticatubas.mg.gov.br; Site: www.jaboticatubas.mg.gov.br; 1º/04/2020. Tércia Maria dos Santos Maia – Pregoeira

3 cm -01 1341498 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG
EXTRATO DE CONTRATO DE
FINANCIAMENTO BF Nº 286.593-20
Torna-se pública a assinatura do Contrato com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A, em 16 de Março de 2020, no valor de R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), com recurso do Programa BDMG URBANIZA 2019 – Data do Contrato: 16/03/2020; Assinatura: pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

2 cm -01 1341546 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JECEABA –
EXTRATO DE CONTRATO BF N° 284.707/20 –
O Município de Jeceaba, tona pública a assinatura do Contrato BF n° 284.707/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A em 02 de março de 2020, no valor de R$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG MAQ 2019. Jeceaba, 01/04/2020. Fábio Vasconcelos-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JECEABA – Extrato de Contrato n° 284.706/20 – O Município de Jeceaba, tona pública a assinatura do Contrato BF n° 284.706/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A em 02 de março de 2020, no valor de R$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG URBANIZA 2019. Jeceaba, 01/04/2020. Fábio Vasconcelos-Prefeito Municipal.

4 cm -01 1341649 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÍMA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PROC. Nº 031/2020 - PP SRP Nº 015/2020.
Tipo menor preço por item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de uniformes e acessórios para manutenção das secretarias municipais e hospital municipal, com abertura no dia 16/04/2020 às 09:00hs. Edital completo se encontra aos interessados no seguinte endereço eletrônico www.joaima.mg.gov.br ou na Praça Dr. Olinto Martins, 160, centro, Joaíma/MG. Diego Rodrigues de Souza – Pregoeiro.

3 cm -01 1341775 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUATUBA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020, PA 03/2020
prestação de serviços de LIMPEZA URBANA (coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, residenciais, comerciais, industriais de características domiciliares, de varrição e de feiras livres, com a utilização de caminhões compactadores, apoio de um báscula; coleta seletiva de materiais recicláveis; coleta e transporte de resíduos de saúde), do tipo menor preço por Item. O credenciamento e abertura dos envelopes está marcado para o dia 17/04/2020 às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no site www.juatuba.mg.gov.br, email licitacao@juatuba.mg.gov.br. Maiores informações pelo telefone 3535-8200/99296-0664. Pregoeiro – Rafaela T. F. da Silva.

3 cm -01 1341761 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOURADA
– AVISO DE LICITAÇÃO - PRC 41/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 26/2020 – Serviços de Elaboração de estudos ambientais no Município. Envio dos documentos e envelopes até dia 17/04/2020. Edital no www.lagoadourada.mg.gov.br. Ou (32) 33631122.

1 cm -01 1341492 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA/MG
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 013/2020
Referente à aquisição de óleos lubrificante, graxas, aditivo, óleo de freio, estopas, shampoo, ativado e solupam. Com itens exclusivos para participação de ME e EPP., a realizar-se dia 16 de abril de 2020, às 08h00min. Informações através do e-mail licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br. Edital disponível no Site: www.lagoaformosa.mg.gov.br . Lagoa Formosa, MG, 01/04/2020. João Martins de Paula. Prefeito Municipal.

2 cm -01 1341751 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME DO PRADO/MG
CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL 010 DE 2020
A Prefeitura Municipal de Leme do Prado/MG informa que, devido a pandemia do corona vírus, bem como em atendimento ao decreto municipal nº 1.056/2020, fica CANCELADA a licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 010/2020. Com abertura prevista para dia 06/04/2020 as 09:00 horas. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção dos serviços da secretaria municipal de saúde - Proposta do Governo Federal de nº 11371.746000/1190-02. Reginaldo Gomes Ferreira - Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341570 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
PREGÃO PRESENCIAL 011/2020. Suspensão "SINE DIEsomente em relação à contagem de PRAZO de intervalo mínimo entre a publicação do edital e a realização da sessão inicial do processo licitatório.Objeto: Objeto: Aquisição de veículos tipo VAN para posterior instalação de câmeras internas e externas ligadas a central de vídeo monitoramento do Município.. Motivo da suspensão:medida preventiva contra a propagação do novo Coronavírus (COVID-19). Tão logo encerrado o período de suspensão, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) restabelecerá o prazo acima referenciado e dará continuidade à respectiva contagem a partir de sua paralisação. Informações, esclarecimentos e edital sala da CPL. Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: www.pmmariana.com.br, e-mail: licitacaoprefeiturademariana@gmail.com. Tel: (31)35579055. Mariana 01 de abril de 2020.

3 cm -01 1341752 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS – MG
PROCESSO LICITATÓRIO 22/PMM/2020,
PREGÃO PRESENCIAL 15/PMM/2020,
torna público, para conhecimento dos interessados, cujo objeto é: Aquisição de Dietas Enterais e Suplementos destinados a atender as demandas da Secretária Municipal de Saúde (Ordens Judiciais), nas quantidades, qualidades e condições descritas no anexo IV do Instrumento Convocatório, com abertura para o dia 16/04/2020 às 09:30h. O edital já esta disponível no site www.matozinhos.mg.gov.br. Dr. Antonio Divino de Souza. Prefeito Municipal. Contato: (31) 3712-4083 ou (31) 3712-4512.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS – MG – Processo Licitatório 23/PMM/2020, Pregão Presencial 16/PMM/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, cujo objeto é Aquisição e instalação de poltronas para auditório para revitalização do Teatro Romeu Lourenço da Silva, no Palácio da Cultura, sito na Praça do Rosário, nº 50, Centro, Matozinhos/MG, nas quantidades e condições descritas no anexo II deste Instrumento Convocatório, com abertura para o dia 22/04/2020 às 09:30h. O edital já esta disponível no site www.matozinhos.mg.gov.br. Dr. Antonio Divino de Souza. Prefeito Municipal. Contato: (31) 3712-4083 ou (31) 3712-4512.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS – MG – Processo Licitatório 34/PMM/2020, Pregão Presencial 26/PMM/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, cujo objeto é Aquisição de portas, janelas e estrutura para vãos localizados acima das esquadrias para o Mercado Municipal, conforme especificações do presente Edital, Memorial Descritivo, Projeto e anexos, com abertura para o dia 23/04/2020 às 09:30h. O edital já esta disponível no site www.matozinhos.mg.gov.br. Dr. Antonio Divino de Souza. Prefeito Municipal. Contato: (31) 3712-4083 ou (31) 3712-4512.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS - MG – Processo Licitatório 17/PMM/2019, Pregão Presencial 14/PMM/2019, cujo objeto é aquisição de Materiais de Limpeza, higiene pessoal e utensílios de copa e cozinha, para atender as demandas de todas as Secretarias Municipais de Matozinhos. Esta municipalidade torna pública, a Notificação 031/2020, à empresa 3 Poderes Comércio Ltda, CNPJ: 14.937.152/0001-20, por descumprimento da cláusula 5.I da Ata de registro de preços 123/PMM/2019. Na oportunidade informamos que todos os documentos para formulação de defesa encontram-se nos autos do processo, no setor de licitação da prefeitura com sede à Praça Bom Jesus, 105, Bairro Centro, Matozinhos/MG, CEP 35720-000. Na oportunidade vêm conceder prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir desta publicação para apresentação de defesa.

10 cm -01 1341720 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES PIMENTEL.
EXTRATOS DE ATAS RP.
Órgão Gerenciador: Município de Mendes Pimentel. Ata RP n°. 01/2020 – Fornecedor: Nilma Batista Dias Rodrigues, CNPJ: 41.861.030/0001-70, no valor global de R$ 36.380,00 (trinta e seis mil, trezentos e oitenta reais); Ata RP n°. 02/2020 – Fornecedor: Sidonio de Jesus Silva, CNPJ: 02.010.654/0001-21, no valor global de R$ 32.485,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais). Processo Administrativo de Licitação nº. 43/2019, Pregão nº. 15/2019, objetivando o fornecimento de cestas básicas. Assinatura: 09/01/2020. Vigência: 12 (doze) meses. Mendes Pimentel, 31 de março de 2020. Aymoré Moreira da Silva – Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341811 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES PIMENTEL.
EXTRATOS DE ATAS RP.
Órgão Gerenciador: Município de Mendes Pimentel. Ata RP n°. 19/2020 – Fornecedor: Anderson Ferreira Mathias, CNPJ: 02.846.799/0001-67, vencedora dos lotes 04, 12, 15 e 16; Ata RP n°. 20/2020 – Fornecedor: Guincho BR, CNPJ: 03.680.853/0001-10, vencedora dos lotes: 09, 10, 11, 13, 14 e 17; Ata RP n°. 21/2020 – Fornecedor: JJZ Comércio de Peças e Serviços Eireli, CNPJ: 22.093.119/0001-99, vencedora do lote 07; Ata RP n°. 22/2020 – Fornecedor: WE Centro Automotivo Ltda, CNPJ: 18.080.698/0001-68, vencedora dos lotes 06 e 05. Processo Administrativo de Licitação nº. 40/2019, Pregão nº. 14/2019, objetivando o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais, com garantia de fábrica, para manutenção da frota dos veículos do município de Mendes Pimentel/MG. Assinatura: 11/03/2020. Vigência: 12 (doze) meses. Mendes Pimentel, 31 de março de 2020. Aymoré Moreira da Silva – Prefeito Municipal.

4 cm -01 1341810 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES PIMENTEL.
EXTRATOS DE ATAS DE RP.
Órgão Gerenciador: Município de Mendes Pimentel. Ata RP n°. 18/2019 – Fornecedor: Dental Comércio de Produtos Odontológicos e Médicos EIRELI, CNPJ: 03.356.644/0001-05, no valor global R$ 36.298,25 (trinta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos); Ata RP n°. 19/2019 – fornecedor: Emigê Materiais Odontológicos Ltda, CNPJ: 71.505.564/0001-24, no valor global de R$ 73.106,30 (setenta e três mil, cento e seis reais e trinta centavos); Ata RP n°. 20/2019 – Fornecedor: Mega Atacadista de Materiais Hospitalares Ltda, CNPJ: 19.899.651/0001-93, no valor global de R$ 22.249,65 (vinte e dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos). Processo Administrativo de Licitação nº. 36/2019, Pregão nº. 12/2019, objetivando o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de material odontológico para atender à Secretaria Municipal de Saúde Assinatura: 22/11/2019.Vigência: 12 (doze) meses. Mendes Pimentel, 31 de março de 2020. Aymoré Moreira da Silva – Prefeito Municipal.

4 cm -01 1341809 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES PIMENTEL.
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2019, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019, oriundo do Processo Administrativo de Licitação nº. 45/2019, Pregão n° 16/2019, celebrado entre o Município de Mendes Pimentel/MG e José Barbosa Filho, CNPJ: 21.710.298/0001-01, no valor global de R$ 730.600,00 (setecentos e trinta mil e seiscentos reais), referente à aquisição de combustíveis. Dot. Orçamentárias: 2100.04.0122.0004.1001.100.000-0009-3.3.90.30.00.00, 2100.05.0153.0006.2003.100.000-0024-3.3.90.30.00.00, 2810.12.0122.0022.2077.101.000-0179-3.3.90.30.00.00 2821.12.0361.0022.2024.101.000-0244-3.3.90.30.00.00 2821.12.0361.0022.2024.145.000-0245-3.3.90.30.00.00 2821.12.0361.0022.2024.147.000-0247-3.3.90.30.00.00 2830.12.0362.0022.2034.122.000-0371-3.3.90.30.00.00 2830.12.0362.0022.2034.145.000-0372-3.3.90.30.00.00 2921.10.0301.0024.2061.102.000-0453-3.3.90.30.00.00 2921.10.0301.0024.2061.159.000-0456-3.3.90.30.00.00 3020.08.0244.0020.2050.100.000-0611-3.3.90.30.00.00 3100.04.0122.0028.2080.129.000-0612-3.3.90.30.00.00 3100.04.0122.0028.2080.100.000-0689-3.3.90.30.00.00 3200.04.0122.0018.2081.100.000-0726-3.3.90.30.00.00. Vigência: 02 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Mendes Pimentel, 31 de março de 2020. Aymoré Moreira da Silva – Prefeito Municipal.

5 cm -01 1341815 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020.
O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a partir do dia 17 de abril de 2020, às 09:00 horas na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129 – 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Credenciamento nº 02/2020. Objeto:Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento de Empresas, para Prestação de Serviços Especializados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para o Hospital Municipal de Monte Carmelo - MG, Solicitados Pela Secretaria Municipal de Saúde. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 01 de abril de 2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL.

4 cm -01 1341789 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 26/2020.
O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 16 de abril de 2020, às 15:00 horas na Sala de Licitações, da Pref. Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial nº 26/2020, tipo Menor Preço por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para a Realização de Exames de Imagens e Laboratorial, não Contemplados Pelo SUS, destinados aos usuários do público de Saúde, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo - MG. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br . O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 31 de março de 2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.

4 cm -01 1341816 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 102/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2020
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de sociedade empresária ou unipessoal especializada em confecção de materiais gráficos para atender o Centro de Controle de Zoonoses do Município de Montes Claros-MG. Encaminhamento/recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, exclusivamente por meio eletrônico no sítio www.licitacoes-e.com.br . Apresentação das propostas e dos documentos de habilitação: Até às 08h00min do dia 29 de abril de 2020. Abertura da sessão pública e do envio de lances: às 09h00min do dia 29 de abril de 2020. O Edital está disponível no endereço eletrônico: https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/licitacoes
Montes Claros, 31 de março de 2020.
Glennda Santos Cardoso
Pregoeira

4 cm -31 1341386 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 093/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2020
Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas (grades aradoras e plantadeira adubadeira) atendendo a demanda da Secretaria de Agricultura do Município de Montes Claros-MG. Encaminhamento/recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, exclusivamente por meio eletrônico no sítio www.licitacoes-e.com.br . Apresentação das propostas e dos documentos de habilitação: Até às 08h00min do dia 27 de abril de 2020. Abertura da sessão pública e do envio de lances: às 09h00min do dia 27 de abril de 2020. O Edital está disponível no endereço eletrônico: https://licitacoes.montesclaros.mg.gov.br/licitacoes
Montes Claros, 31 de março de 2020.
Glennda Santos Cardoso
Pregoeira

4 cm -31 1341347 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG.
PRC 064/2020, INEXIGIBILIDADE 009/2020.
CHAMADA PÚBLICA 003/2020.
Aviso de INEXIGIBILIDADE de Grupos Formais, Informais e Individuais de Agricultores Familiares do Município de Monte Sião e Região para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE para a alimentação dos alunos das creches e escolas da rede pública municipal de ensino para a Diretoria de Educação e Esporte. Recebimentos de envelopes de 22/04 a 11/05, das 09 às 16 horas. O Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados no site oficial www.montesiao.mg.gov.br e/ou de 2ª. a 6ª. Feira, das 10 às 16 horas, na Rua Maurício Zucato, 111, Monte Sião, CEP 37580-000. Tel. (35) 3465-4793. JOSÉ POCAI JÚNIOR – Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341802 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM-MG
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020
O Município de Mutum, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que no dia 28/04/2020 às 09:00 horas, realizará o Processo Administrativo Licitatório n.º 028/2020, na modalidade Tomada de Preços nº 003/2020 – TIPO: Menor preço global - OBJETO: Prestação de serviços com utilização de materiais e mão de obra, por empreitada global na execução de 1.605,03m2 de reboco e pintura acrílica no muro divisório, instalação de 20 luminárias em postes decorativos h=2.50m junto ao muro e construção de portal de entrada no Cemitério localizado na Rua da Paz, 225. CONVÊNIO N. 1491000297/2017/SEGOV/PADEM – CADASTRO – Até às 12:00 horas do dia 23/04/2020 –LOCAL: Praça Benedito Valadares, 178 – 3º andar – centro – Mutum(MG) - Para maiores informações: (33) 3312-1503 – PRESIDENTE DA CPL: Rosângela Lamarca de Oliveira Barcelos.

4 cm -01 1341719 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG –
EXTRATO DO CONTRATO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020 - PaRTES: MUNICÍPIO DE NANUQUE-MG X RODRIGUES E CAIRES LTDA, CNPJ nº 22753588/0001-97. Objeto do Contrato Nº 018/2020: Contratação de Empresa para execução de pavimentação tipo bloco pre-moldado de concreto (bloquete) do trecho da rua Tiradesntes c//Rua Abaete – Bairro Romildas Ruas. (Convênio nº 1491000451/2019/SEGOV/PADEM). Data do Contrato: 25/03/2020 a 22/06/2020. Valor do Contrato: R$ 84.774,85 (Oitenta e quatro mil setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), Roberto de Jesus - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG – EXTRATO DO CONTRATO - Tomada de Preços Nº 007/2019 -PaRTES: MUNICÍPIO DE NANUQUE-MG X JP DAMASCENA NETO EMPREENDIMENTOS, CNPJ nº 20.458.179/0001-32 Objeto do Contrato Nº 020/2020: Contratação de Empresa para execução de calçamento em bloquete sextavado do beco São Geraldo. (Convênio nº 1491000479/19). Data do Contrato: 26/03/2020 a 21/09/2020. Valor do Contrato: R$ 102.307,54 (Cento e dois mil, trezentos e sete reais e cinquenta e quatro centavos), Roberto de Jesus - Prefeito Municipal.

5 cm -01 1341630 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
O MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/MG, por meio da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, comunica a todos os interessados que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação do Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) destinada à celebração de CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA, INCLUÍDOS O DESENVOLVIMENTO, MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO, EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, observado o seguinte: considerando que o Decreto Municipal nº 9.943, de 16 de março de 2020, determinou a suspensão dos eventos públicos presenciais agendados por órgãos e entidades municipais, em razão da Situação de Emergência em Saúde Pública, declarada por meio do Decreto Municipal nº 9.942, de 16 de março de 2020, decorrente de pandemia da doença infecciosa viral respiratória provocada pelo COVID 19; considerando que, em razão do mesmo motivo, o Decreto Municipal nº 9.953, de 18 de março de 2020, com redação dada pelo Decreto Municipal nº 9.957, de 20 de março de 2020, determinou a suspensão, por prazo indeterminado, das atividades com potencial de aglomeração de pessoas; considerando que o Decreto Municipal nº 9.956, de 18 de março de 2020, em seu art. 2º, IV, determinou a priorização de meios digitais para a prestação de serviços de interesse da população; a Audiência Pública ocorrerá no dia 23 de abril de 2020, das 16:00 às 18:00 e será realizada de forma remota ou virtual, por meio da rede mundial de computadores (internet). Os procedimentos para acesso remoto à audiência e para a participação por meio de envio de perguntas serão divulgados no seguinte endereço eletrônico, onde poderão ser encontrados também as informações e documentos sobre a PPP: http://www.novalima.mg.gov.br/noticias/consulta-publica-ppp-dos-servicos-de-iluminacao-publica-no-municipio-nova-lima.Todos os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, estão convidados a participar da Audiência Pública, inclusive para fornecer seus comentários e contribuições ao Projeto. Vitor Penido de Barros, Prefeito.

8 cm -01 1341723 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2020
O Município de Nova Lima torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº 012/2020. Objeto: contratação de empresa para a Construção de Quadra Poliesportiva coberta e contenção em solo grampeado na Travessa Tomás de Nazaré Santiago, no município de Nova Lima/MG. A abertura dar-se-á no dia 07/05/2020 às 09:00h na Rua Bias Fortes, nº 62 – 2° andar, Centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 02/04/2020 no site www.novalima.mg.gov.br e no departamento de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 02 de abril de 2020.

3 cm -31 1341430 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2020
O Município de Nova Lima torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº 010/2020. Objeto: contratação de empresa para a construção de coberturas em estrutura metálica em sete quadras poliesportivas, em diversos bairros, no município de Nova Lima/MG. A abertura dar-se-á no dia 05/05/2020 às 09:00h na Rua Bias Fortes, nº 62 – 2° andar, Centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 02/04/2020 no site www.novalima.mg.gov.br e no departamento de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 02 de abril de 2020.

3 cm -31 1341425 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública nº 009/2020
O Município de Nova Lima torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº 009/2020. Objeto: contratação de empresa para a Execução da Reforma e Readequação da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Cabeceiras, Nova Lima/MG. A abertura dar-se-á no dia 04/05/2020 às 09:00h na Rua Bias Fortes, nº 62 – 2° andar, Centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 04/04/2020 no site www.novalima.mg.gov.br e no departamento de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 31 de março de 2020.

3 cm -31 1341355 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA
ERRATA DE EDITAL 001/2020.
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e observado os termos das Leis e demais normas contidas no Edital, torna pública a disponibilização de Errata 03, referente ao Edital 001/2020. Informamos que a Errata em sua integra, serão divulgados nos endereços eletrônicos www.novaserrana.mg.gov.br e www.contagem.mg.gov.br.com.br/concursos. Nova Serrana, 01 de abril de 2020. Euzébio Rodrigues Lago. Prefeito Municipal.

2 cm -01 1341804 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIVA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO
N° 26/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020.
Finalidade: contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis (gasolina comum, etanol comum, diesel comum e diesel S10). Abertura da Sessão Pública: 16/04/2020, às 09:00 (nove) horas, na sede da Prefeitura, momento em que serão recebidos documentos e propostas. Edital e informações: Praça Geraldo de Paiva, n° 22, Centro, Paiva – MG, 36.195-000, (32)3364-1123, de segunda a sexta, de 08:00h às 15:00, ou, licitacao@paiva.mg.gov.br. Paiva, 31/03/2020. André Luis B. P. Malta – Presidente CPL.

3 cm -31 1341225 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS-MG
CONVOCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Pará de Minas – Convocação – Atendendo ao Edital 001/18, do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Pará de Minas-MG, cujo resultado foi homologado em 05/10/2018, convocamos o candidato abaixo para comparecer no prazo de 03(três) dias úteis, a contar da publicação desta convocação, na Praça Afonso Pena, 30, Centro, 2º andar do prédio sede da Prefeitura de Pará de Minas-MG, de 8:30 às 11:00h e de 14:00 às 16:00h, para apresentação dos documentos e exames médicos solicitados no ato da assinatura do termo de convocação. O não comparecimento do candidato no prazo previsto acarretará na sua eliminação do processo Seletivo. Pará de Minas, 02 de abril de 2020. Gilson Batista – Secretário Municipal de Gestão Pública.

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo
2281647	Flávia Patrícia da Silva	Auxiliar Serviços Gerais PROMAF

4 cm -01 1341678 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS-MG
CONVOCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Pará de Minas-Convocação-Atendendo ao Edital 001/18, do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Pará de Minas-MG, cujo resultado foi homologado em 05/10/2018, convocamos os candidatos abaixo para comparecerem no prazo de 03(três) dias úteis, a contar da publicação desta convocação, na Praça Afonso Pena, 30, Centro, 2º andar do prédio sede da Prefeitura de Pará de Minas-MG, de 8:30 às 11:00h e de 14:00 às 16:00h, para tomarem conhecimento da relação dos documentos necessários à contratação. O não comparecimento do candidato na data prevista acarretará na sua eliminação do Processo Seletivo. Pará de Minas, 02 de abril de 2020. Gilson Batista-Secretário Municipal de Gestão Pública.

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo
2280454	Isabela Moreira Silva	Enfermeiro ESF

4 cm -01 1341677 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTAS/MG
EXTRATO DO EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO
023/2020, TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2020
A P.M. de Paulistas-MG, torna público que realizar. Objeto: Contratação de empresa para pavimentação em Calçamento Intertravado das Rua JK, Rua Bias Fortes e Praça Conego Davino no Município de Paulistas-MG, de acordo com projeto básico, tendo como fonte de recursos a linha de financiamento BDMG CIDADES 2019, incluso o fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, nas condições e especificações que encontram-se detalhadas nos Memoriais Descritivos, Planilhas e Projetos. Entrega dos Envelopes até o dia 22 de Abril as 08hs30min. Informações pelo Tel. (33) 3413-1183, O edital e demais anexos encontra disponível no site do município https://paulistas.mg.gov.br Informações e esclarecimentos protocoladas ou via e-mail licitacao@paulistas.mg.gov.br. Evandro Ribeiro de Carvalho Prefeito Municipal 01 de Abril de 2020

4 cm -01 1341487 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA.
EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 054/2020 – PREGÃO Nº 039/2020.
Objeto: Execução de reforma no imóvel da antiga rodoviária. Contratada: Construtora Russi Ltda, CNPJ: 25.330.980/0001-11, no valor Global R$599.000,00 (quinhentos e noventa e nove mil reais). Publique-se. Wagner Mol Guimarães (Prefeito).

2 cm -31 1341376 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202004012108540214.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA/MG.
RESULTADO DE LICITAÇÃO. PROCESSO
Nº 051/2020 - PREGÃO Nº 036/2020.
A Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando o resultado da Licitação referente ao Processo Nº 051/2020 - Pregão Nº 036/2020 cujo objeto é a melhoria de infraestrutura urbana com execução de capeamento asfáltico na Rua Antônio Silami e trecho da Rua Rio Grande do Norte no Bairro Triângulo. A referida Licitação foi declarada Frustrada conforme Ata anexa ao Processo Licitatório. Publique-se. Wagner Mol Guimarães. (Prefeito Municipal).

3 cm -01 1341730 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA/MG.
RESULTADO DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 019/2020
Pregão Nº 013/2020. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando o resultado da Licitação referente ao Processo Nº 019/2020 - Pregão Nº 013/2020 cujo objeto é Aquisição de perfil metálico para atender a SEMOB. A referida Licitação foi declarada Frustrada conforme Ata anexa ao Processo Licitatório. Publique-se. Wagner Mol Guimarães. (Prefeito Municipal).

2 cm -01 1341728 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA.
EXTRATO DE CONTRATO EXTRATO DE ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 013/2020 PREGÃO Nº 007/2020.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual para Contratação de Serviços de Apoio a Segurança para eventos. Contratada: M.R. da Silva Júnior - ME, CNPJ Nº 32.872.993/0001-88, Valor global R$ 10.650,00 (Dez mil, seiscentos e cinquenta reais). Publique-se.Wagner Mol Guimarães (Prefeito).

2 cm -01 1341732 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG.
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020 -
Processo Licitatório nº 37/2020– "Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma na quadra poliesportiva no bairro esplanada, no município de Pouso Alegre-MG". A sessão pública será realizada no dia 05 (cinco) de maio de 2020 as 09h00min. O edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos gratuitamente em dias úteis e em horário comercial mediante a apresentação de PEN DRIVE, para cópia do arquivo e no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Edital de Licitação". Mais informações: (35) 3449-4023 ou email: editaispmpa@gmail.com Vanessa Moraes Skielka Silva – Presidente da CPL.

3 cm -01 1341645 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA-MG
-ASSINATURA DO CONTRATO BF Nº 284.912/20
com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A O Município de Pratinha torna pública a assinatura do Contrato BF nº 284.912/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em 02 de março de 2020, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG MAQ 2019.PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA-MG Em 31 de Março de 2020 JOHN WERCOLLIS DE MORAIS PREFEITO MUNICIPAL.

2 cm -31 1341182 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA-MG,
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/2020
Objeto:Tumulo de Concreto Pré-Moldado- Abertura: 16/04/2020 às 10h:00. Disponível: www.prefeiturarioacima.mg.gov.br. Pregoeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA-MG, AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial Nº. 021/2020 - Objeto: SRP deExtintores e materiais para manutenção de sistema de incêndio- Abertura: 17/04/2020 às 10h:00. Disponível: www.prefeiturarioacima.mg.gov.br. Pregoeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA-MG, AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial Nº. 022/2020 - Objeto: SRP de Serviços de máquinas pesadas e caminhões - Abertura: 16/04/2020 às 14h:00. Disponível: www.prefeiturarioacima.mg.gov.br. Pregoeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA-MG, COMUNICA ERRATA - Pregão Presencial Nº. 019/2020 - Objeto: SRP de Oficinas de Musica -. Disponível: www.prefeiturarioacima.mg.gov.br. Pregoeiro

4 cm -01 1341759 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE-MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2020
A Prefeitura Municipal de Rio Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade à Rua Antônio da Conceição Saraiva, Nº. 19 – Centro – CEP: 35.442-000, inscrita no CNPJ sob o Nº. 18.316.265/0001-69, torna pública a SUSPENSÃO do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2020 registro de preços para futuro e eventual prestação de serviços gráficos para confecção de impressos, impressão digital em lonas para banner e impressão em adesivos. O despacho de suspensão e maiores informações poderão ser obtidas junto a CPL da Prefeitura Municipal, na Rua Antônio da Conceição Saraiva, 19, Centro, Rio Doce/MG, no horário de 12h às 18h. Rio Doce, 01 de abril de 2020.

3 cm -01 1341490 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE-MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020
A Prefeitura Municipal de Rio Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade à Rua Antônio da Conceição Saraiva, Nº. 19 – Centro – CEP: 35.442-000, inscrita no CNPJ sob o Nº. 18.316.265/0001-69, torna pública a SUSPENSÃO do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020 registro de preços para a aquisição de relógios de ponto eletrônico, em atendimento às secretarias municipais de saúde, cultura, educação e administração, obras e assistência social. O despacho de suspensão e maiores informações poderão ser obtidas junto a CPL da Prefeitura Municipal, na Rua Antônio da Conceição Saraiva, 19, Centro, Rio Doce/MG, no horário de 12h às 18h. Rio Doce, 01 de abril de 2020.

3 cm -01 1341489 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOCE-MG,
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2019
– A Prefeitura Municipal de Rio Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade à Rua Antônio da Conceição Saraiva, Nº. 19 – Centro – CEP: 35.442-000, inscrito no CNPJ sob o Nº. 18.316.265/0001-69, torna público a reabertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2019 contratação de pessoa jurídica licenciada para o uso de software de gestão em saúde pública com acesso ilimitado de usuários, mediante locação, considerando a atualização / manutenção do software, serviços especializados de implantação, treinamento e migração de dados, para esta secretaria municipal de saúde, do município de rio doce, minas gerais. Fica designada a data de 07 de abril de 2020 para realização da sessão. O edital na íntegra poderá ser obtido no site www.riodoce.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal de Rio Doce, Rua Antônio da Conceição Saraiva, Nº. 19 – Centro – CEP: 35.442-000, fone/fax (0xx31-3883-5235/5242). Rio Doce, 31 de março de 2020.

4 cm -01 1341481 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
EXTRATO CONTRATO Nº 053/2020 .
Partes: Município de Sabará e MARSHMALLOW SHOWS E EVENTOS EIRELI – ME. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de sinalização viária, fechamento e apoio ao controle de trânsito, na orientação, na coordenação e no controle de estacionamento, no município de Sabará, devido aos estragos causados pelas últimas chuvas, em atendimento à Secretaria Municipal de Defesa Social, conforme constante neste instrumento e seu anexo. Data: 27/02/2020. Prazo:22/07/2020. Valor: R$199.900,00. (a) Wander José Goddard Borges – Prefeito.

3 cm -01 1341717 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 095 E 096/2020.
Partes: Município de Sabará e as empresa SILVA E FREITAS SALGADOS LTDA – ME. Valor: R$15.228,60 e R$42.417,40 respectivamente, cujo objeto para ambos os contratos: aquisição de lanches, em atendimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cultura, conforme especificações contidas no Processo interno nº 684/2019. Data: 18/03/2020. Prazo: 12 Meses. (a) Wander José Goddard Borges – Prefeito.

2 cm -01 1341801 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
AVISO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 028/2020
– MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO – A Secretaria Municipal de Administração torna público que realizará no dia 17/04/2020, às 09:00 horas, o Edital de Licitação nº 028/2020, modalidade Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a "Promover Registro de Preços, consignado em ata, para futura e eventual aquisição de veículos automotores, em atendimento às Secretarias Municipais de Educação e Desenvolvimento Social, conforme especificações e demais condições contidas neste edital e seus anexos." O edital na íntegra encontra-se disponível no site www.sabara.mg.gov.br. Sabará, 1 de abril de 2020. Hélio César Rodrigues Resende – Secretário Municipal de Administração.

3 cm -01 1341557 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE/MG
TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE/MG torna público que realizará licitação sob Processo nº 028/2020, Tomada de Preço nº 004/2020, tipo Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil para execução de obra de engenharia para Calçamento em Bloquetes Sextavados e Drenagem Pluvial, na Rua Luiz Gonzaga Nominato e Rua Geraldo de Oliveira Reis, São Cristóvão, Município de Santa Bárbara do Monte Verde/MG, conforme recurso próprio. Credenciamento e abertura dia 23/04/2020, as 09h00min. O Edital completo encontra-se na Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde/MG de 2ª a 6ª feira das 08h00min às 17h00min. Informações tel.: (32) 3283-8272 ou licitacao@santabarbaradomonteverde.mg.gov.br. Ana Paula de Almeida Carvalho – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

4 cm -01 1341650 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG .
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 035/2020 .
O Município de Santa Cruz do Escalvado-MG, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 016/2020, no dia 17 de abril às 09:00 hrs, para Registro de preços para futura e eventual aquisição de GÁS DE COZINHA E VASILHAME, destinados às Secretarias Municipais, CRAS, Conselho Tutelar, Escolas e Creches do Município de Santa Cruz do Escalvado, conforme especificações constantes do Termo de Referência/Especificação Técnica do Objeto. Maiores informações pelo telefone (31) 3883-1153, do Setor de Licitação. Santa Cruz do Escalvado, 01 de abril de 2020. Sônia Maria Untaler - Prefeita Municipal.

3 cm -01 1341727 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG.
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 041/2020.
O Município de Santa Cruz do Escalvado-MG, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 017/2020, no dia 20 de abril às 09:00 hrs, para Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar, conforme especificações constantes do Termo de Referência/Especificação Técnica do Objeto . Maiores informações pelo telefone (31) 3883-1153, do Setor de Licitação. Santa Cruz do Escalvado, 01 de abril de 2020. Sônia Maria Untaler - Prefeita Municipal.

3 cm -01 1341729 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO - MG.
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 023/2020.
O Município de Santa Cruz do Escalvado-MG, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 010/2020, no dia 16 de abril às 09:00 hrs, para Registro de preços para futura aquisição de gêneros alimentícios em geral, destinados a manutenção da merenda escolar para o ano letivo de 2020, conforme especificações constantes do Termo de Referência/Especificação Técnica do Objeto . Maiores informações pelo telefone (31) 3883-1153, do Setor de Licitação. Santa Cruz do Escalvado, 01 de abril de 2020. Sônia Maria Untaler - Prefeita Municipal.

3 cm -01 1341716 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG
EDITAL Nº: 13/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇO
- Objeto: Aquisição eventual e futura de materiais e equipamentos de informática para manutenção de TI. Data de abertura para o dia 17/04/2020 às 09h. O edital encontra-se disponível no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG: 985155 e no sítio www.santaluzia.mg.gov.br. Edital poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacoes@santaluzia.mg.gov.br.

2 cm -01 1341770 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/MG
– AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO:
PREGÃO PRESENCIAL 015-2020
– Tipo: Menor Preço por Item – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de próteses dentárias– Entrega dos Envelopes: Dia 30 de março de 2020 às 09h00min – Abertura dos envelopes: Dia 30 de março de 2020 às 09h15min – Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula/MG – licitacao@saofranciscodepaula.mg.gov.br – Fone (37) 3332-1230, no horário de 13h00min as 16h00min.

3 cm -01 1341661 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PARÁ – MG –
RATIFICAÇÃO DO PL 12/2020 -
DISPENSA nº 01/2020, Contrato n. 17/2020, assinado 01/03/2020 vigência até 31/12/2020. Objeto: Assessoramento Técnico em Desenvolvimento Institucional à distância com foco na Implantação da Metodologia de Gestão da Arrecadação do Imposto de Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Empresa contratada, IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, CNPJ 33.645.482/0001-96, Antônio André Nascimento Guimarães – Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341667 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PARÁ - MG
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO - PL
036/19, PP Nº 021/19, SRP 018/19
Objeto: combustível (gasolina e etanol) para a frota municipal. Objetivo do termo aditivo é o reequilíbrio financeiro do item 02 (gasolina comum) que passa do preço unt. de R$ 4,850 para R$ 4,750. Vencedor POSTO SÃO GONÇALO LTDA, CNPJ: 25.173.691/0001-56. Assinatura 18/03/2020. Júnio Augusto Faria. Pregoeiro

2 cm -01 1341509 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PARÁ – MG
HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATO, PL 13/2020, PP 06/2020; GANHADOR: Memory Projetos e Desenvolvimento de Sistemas LTDA, CNPJ: 71.000.731/0001-85, ficou ganhador dos itens 01, no vlr mensal de R$ 7.700,00 vlr total do item R$ 69.300,00, item 02 no valor de R$ 100,00, valor total do contrato R$ 69.400,00. Data de homologação e adjudicação 19/03/2020,contrato nº 022/2020 assinada em 20/03/2020,vigência de 01/04/2020 a 31/12/2020, São Gonçalo do Pará, 29/03/2020. Júnio Augusto Faria - pregoeiro.

3 cm -01 1341668 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PARÁ-MG,
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ATAS DE REGISTRO
DE PREÇO - PL 15/2020, PP 08/2020, SRP 05/2020.
Objeto Registro de Preço para microempresas-me, empresas de pequeno porte-epp ou equiparadas para futura e eventual aquisição de material de limpeza e de consumo para os serviços das Secretarias Municipais, GANHADORES: WTRADE INTERMEDIAÇÃO DE NEGOCIOS LTDA – ME, CNPJ: 21.856.981/0001-43, vlr R$ 93.171,00, TREZE LICITAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 29.126.669/0001-06, vlr, R$ 15.606,00, ECO PLAST COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, CNPJ: 20.161.464/0001-97, vlr, R$ 107.226,00, valor total do processo R$ 216.003,00. Assinatura 31/03/2020, válido por 12 meses. São Gonçalo do Pará, 31/03/2020. Júnio Augusto Faria - Pregoeiro.

3 cm -01 1341660 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PARÁ – MG
HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATO N.
23/2020 – PL 11/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020
Contrato assinado 31/03/2020, válido até 31/12/2020. Empresa contratada, CSC Construtora Siqueira Cardoso Eireli, CNPJ 07.681.483/0001-86, valor R$ 293.811,92, Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de modificação e extensão da rede de distribuição de energia na área urbana do município, 31/03/2020, Antônio André Nascimento Guimarães – Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341709 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PARÁ - MG
- AVISO DE LICITAÇÃO - PL 017/2020, PP Nº 10/2020
- Objeto: Aquisição de 01 Caminhão Compactador de Lixo com coletor de no mínimo 15 m³ e ano de fabricação de no mínimo 2013/2013. Abertura dia 15/04/2020 às 9h00min, informações no sítio www.saogoncalodopara.mg.gov.br, ou através do e-mail licitacao@saogoncalodopara.mg.gov.br. São Gonçalo do Pará, MG. 01/04/2020. Junio Augusto Faria, Pregoeiro.

2 cm -01 1341798 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37.2020.
Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Raimundo Benício Nº 37 Bairro Recreio, São Gonçalo do Rio Abaixo, para sediar o UBS III Osvaldo Crus / Recreio. Partes: P.M.S.G.R.A. e José de Lourdes Termo de Contrato Nº 107/2020 - Vigência: 01/04/20 a 31/12/2020. Valor R$ 13.500,00.

2 cm -01 1341655 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
- AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº.
PMSG/CPL/025/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2020.
Objeto: "contratação de clínica para prestação de serviços técnicos com profissionais especializados em tratamento de dependência química, sendo masculino de maior e menor de idade, para prestação de cuidados terapêuticos específicos para usuários de álcool e drogas em situação de risco grave, prestando serviços de tratamento em regime de internação integral e por período prolongado". Protocolo dos envelopes e credenciamento até dia 24/04/2020 até às 08h:45min e abertura dos envelopes: a partir das 09h:00min na sala do departamento de licitação. O edital poderá ser obtido no site www.saogotardo.mg.gov.br. Esclarecimentos: (34) 3671-7127, email: licitacaosg@gmail.com. São Gotardo, 01 de abril de 2020. Prefeito Municipal: Seiji Eduardo Sekita.

3 cm -01 1341534 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. PMSG/CPL/021/2020.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2020.
Objeto: "contratação de empresa para aquisição de 2 (dois) veículos zero km, conforme termo de compromisso nº 720/6821, que celebra o estado de minas gerais, por intermédio da secretaria de estado de saúde, e o município de são gotardo/mg, por intermédio da secretaria municipal de saúde". Contratada: Godiva Gotardo Distribuidora de Veiculos ltda. Valor global: R$ 91.798,00 (noventa e um mil setecentos e noventa e oito reais. Data da homologação e adjudicação: 31 de março de 2020.

3 cm -01 1341663 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO
LICITATÓRIO Nº. PMSG/CPL/027/2020.
Pregão Presencial Nº. 023/2020. Objeto: "contratação de empresa para prestação de serviço de hora máquina, com trator de esteira, em atendimento a secretaria municipal obras públicas, serviços urbanos e transportes no município de São Gotardo/MG". Protocolo dos envelopes e credenciamento até dia 22/04/2020 até às 08h:45min e abertura dos envelopes: a partir das 09h:00min na sala do departamento de licitação. O edital poderá ser obtido no site www.saogotardo.mg.gov.br. Esclarecimentos: (34) 3671-7127, email: licitacaosg@gmail.com. São Gotardo, 01 de abril de 2020. Prefeito Municipal: Seiji Eduardo Sekita.

3 cm -01 1341538 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2020:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. PMSG/CPL/021/2020.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2020.
Objeto: "contratação de empresa para aquisição de 2 (dois) veículos zero km, conforme termo de compromisso nº 720/6821, que celebra o estado de minas gerais, por intermédio da secretaria de estado de saúde, e o município de são gotardo/mg, por intermédio da secretaria municipal de saúde". Contratada: Godiva Gotardo Distribuidora de Veiculos ltda. Valor global: R$ 91.798,00 (noventa e um mil setecentos e noventa e oito reais. Vigência: 01 de abril de 2020 até 31 de julho de 2020.

3 cm -01 1341666 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
SEGUNDO AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO
Nº. PMSG/CPL/024/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2020.
Objeto: "contratação de empresa para aquisição de um veículo zero km com capacidade para 7 passageiros, conforme termo de compromisso nº 720/6821, que celebra o estado de minas gerais, por intermédio da secretaria de estado de saúde, e o município de são gotardo/mg, por intermédio da secretaria municipal de saúde". Protocolo dos envelopes e credenciamento até dia 27/04/2020 até às 08h:45min e abertura dos envelopes: a partir das 09h:00min na sala do departamento de licitação. O edital poderá ser obtido no site www.saogotardo.mg.gov.br. Esclarecimentos: (34) 3671-7127, email: licitacaosg@gmail.com. São Gotardo, 01 de abril de 2020. Prefeito Municipal: Seiji Eduardo Sekita.

3 cm -01 1341533 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO
- AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº.
PMSG/CPL/026/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2020.
Objeto: "contratação de empresa especializada no serviço de radiografia panorâmica, de forma complementar para atender a necessidade da estratégia de saúde bucal da atenção primária da secretaria municipal de saúde, do município de São Gotardo/MG". Protocolo dos envelopes e credenciamento até dia 23/04/2020 até às 08h:45min e abertura dos envelopes: a partir das 09h:00min na sala do departamento de licitação. O edital poderá ser obtido no site www.saogotardo.mg.gov.br. Esclarecimentos: (34) 3671-7127, email: licitacaosg@gmail.com. São Gotardo, 01 de abril de 2020. Prefeito Municipal: Seiji Eduardo Sekita.

3 cm -01 1341535 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE-MG.
RATIFICAÇÃO. P. L. Nº. 35/20 DISP. DE LIC. Nº. 07/20.
OBJ.:Forn. de equipamentos e materiais permanentes para atender a Unidade de Saúde Hospital Municipal São Geraldo, objetivando montagem de leitos para pacientes em isolamento para tratamento da pandemia Covid- 19, Portaria nº 3.134 de 17/12/2013 recursos do M. S. Fulcro no art. 24, IV Lei 8666/93, concomitante com os arts. 4º, 4º-B e 4º- C da Lei nº 13.979/2020 e art. 4º do Dec. Mun. nº 07/2020. Contratadas: INFOLAB DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ nº 02.799.407/0001-56 - valor total R$ 51.518,00. PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA CNPJ nº 58.295.213/0021-11-valor total R$ 106.400,00. São João da Ponte- MG, 01/04/2020. Danilo Wagner Veloso. Prefeito.

3 cm -01 1341551 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO – MG.
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PROCESSO
LICITATÓRIO Nº: 11/2020 – PREGÃO PRESENCIAL
COM REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2020.
Objeto: Futura contratação de fornecedor objetivando o fornecimento parcelado de materiais esportivos em geral, destinados à manutenção da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Inclusão Social, informa, por meio do Presidente da CPL, que no dia 24.03.2020, até 09h00, não houve apresentação de propostas no processo licitatório em epígrafe, sendo, declarada "licitação deserta", face a ausência total de interessados. São José do Divino.
NOVA PUBLICAÇÃO DE EDITAL. O Município São José do Divino/MG, através da CPL, tendo em vista que não acuidram licitantes ao chamamento editalício, torna público a republicação do aviso do edital, referente ao Processo Licitatório Nº: 11/2020, Pregão Presencial com Registro de Preços nº: 07/2020, tipo menor preço por item, no dia 16/04/2020, às 09h30min, cujo objeto é a futura contratação de fornecedor objetivando o fornecimento parcelado de materiais esportivos em geral, destinados à manutenção da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Inclusão Social. Os interessados poderão retirar o edital e obter informações na Prefeitura, à Praça Prefeito Jurandir José Duarte, nº 100 - centro – São José do Divino/MG, nos dias úteis no horário de 08h00 às 12h00. Informações Tel/Fax: (33) 3582-1114, email. licitacaosjd@gmail.com. Patrick Rodrigues dos Santos– Presidente da CPL.
Prefeitura Municipal de São José do Divino – MG. Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº: 09/2020. O Município São José do Divino/MG comunica que abrirá Proc. Lic. Nº: 16/2020, Pregão Presencial Nº: 09/2020, tipo menor preço, cujo objeto é a locação de veículo para atender as demandas das Secretarias Municipais, com abertura para o dia 17/04/2020 às 09h00. Retirada do edital: Praça Prefeito Jurandir José Duarte, nº 100 - centro – São José do Divino/MG, de 08h00 às 12h00. Informações Tel/Fax: (33) 3582-1115. Email. licitacaosjd@gmail.com, Patrick Rodrigues dos Santos– Presidente da CPL.

7 cm -31 1341147 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO/MG
EXT. DO CONTR. 030/2020 – PROC. LIC.
023/2020 – DISPENSA 006/2020.
Contratante: Mun. de São Tiago, CNPJ 17.749.904/0001-17 – Contratada: Blanche Thais Porto de Matos–ME, CNPJ:10.942.077/0001-34. Obj.: contratação de empresa especializada para prest. de serviços de restauração do bem tombado "Missale Romanum". Valor do contrato: R$2.840,00. Vig.: 26/03/2020 a 26/05/2020. São Tiago, 01/04/2020.

2 cm -01 1341704 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE MINAS – MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 019/2020.
O Município de São Vicente de Minas, Estado de Minas Gerais em cumprimento ao art. 21 da Lei 8.666/93 e art. 4º, II, da Lei 10.520/2002, torna público que realizará Licitação, na modalidade " Pregão Presencial (Registro de Preços) nº. 005/2020" com julgamento pelo "Menor Preço Por Item" cujo objeto é o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para abastecimento da frota de veículos e equipamentos da Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas/MG, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital. Abertura da documentação: 17/04/2020 - Horário: 15:00 (quinze) horas. Informações Tel.: (035) 3323-1350; e-mail: licitacao@saovicentedeminas.mg.gov.br e ou site da prefeitura. São Vicente de Minas - MG, 02/04/2020.

4 cm -01 1341739 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG
EXTRATO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO – FINISA – Apoio financeiro para despesa de capital. Contrato nº 0532.809-DVº: 39 – Agente Financeiro: Caixa Econômica Federal, CNPJ: 00.360.305/0001-04, Beneficiário: Município de Sarzedo, CNPJ: 01.612.509/0001-58, representado por seu Prefeito Municipal: Marcelo Pinheiro do Amaral. Valor total do contrato: R$ 16.150.000,00 (dezesseis milhões e cento e cinquenta mil reais) para fins de aquisição de imóveis de interesse público e construção de equipamentos públicos para área de saúde e educação, de lazer e preservação ambiental, reformas e ampliações de equipamentos esportivos, melhoria de iluminação pública, consultoria, projetos e contrapartida financeira. Prazo: 120 meses. Vigência: 04/03/2020 a 04/03/2030. Sarzedo, 01 de abril de 2020.

3 cm -01 1341767 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2020
O Município de Sarzedo torna público RETIFICAÇÃO E ADIAMENTO do edital cujo objeto é: "Prestação de Serviços de Limpeza Pública, CAPINA, ROÇADA MECANIZADA, LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO E SERVIÇOS GERAIS EM VIAS E PRAÇAS PÚBLICAS, nas áreas de concentração ou adensamento populacional do Município de Sarzedo, pelo regime de execução de serviços por preço certo e determinado, nele compreendidas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive a remuneração da contratada". LIMITE DE ENTREGA DOS ENVELOPES - Data: 04/05/2020, Horário: até 09:00 (nove horas). Local: Divisão de Protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO na Rua Elóy Cândido de Melo, nº 477, Centro – Sarzedo/MG. A sessão pública de abertura dos envelopes ocorrerá 04/05/2020, horário: 09:30h, local: Sala de Licitações, Rua Eduardo Cozac, nº 357, Centro, Sarzedo/MG. RETIFICAÇÕES: disponibilização do edital retificado e retificação da justificativa constante no PROJETO BÁSICO/MEMORIAL DESCRITIVO no que tange ao número mínimo de homens a ser comprovado no atestado de capacidade técnica. Onde se lê: mínimo 20 H/h, leia-se: equipe mínima de 25 homens. Edital e anexos pelo website: www.sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo, 01 de abril de 2020.

5 cm -01 1341577 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202004012108540215.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG
DISPENSA Nº 20/2020.
Ratificação de Dispensa de Licitação – Em conformidade com o disposto no Art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e com vistas as justificativas constantes nos autos do procedimento em referencia, ratifico a Dispensa de Licitação nº 20/2020, que tem como objeto a prestação de serviços de reforma das máquinas da Secretaria Municipal de Obras, em caráter emergencial, nos termos do Inciso IV, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e em conformidade com o Decreto Municipal nº 535/2020, de 25/01/2020. Contratado: Rodrigo Marcos Machado (RM Peças e Equipamentos), CNPJ 15.199.814/0001-74, valor R$ 42.650,00. Fundamentação legal: Art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93; Decreto Municipal nº 535/2020, de 25/01/2020; Decreto nº 38, de 29/01/2020, do Governo do Estado de Minas Gerais e Portaria nº 211, de 31/01/2020, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Marilda Eni Coelho Reis, Prefeita Municipal.

4 cm -01 1341665 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA.
EXTRATO RESULTADO DE RECURSO DA T.P. Nº 03/2020.
Processo nº 43/2020. OBJETO: Execução Indireta de serviços de engenharia objetivando-se a instalação de conjunto lúdico completo na Praça Cel. Antonio Barbosa. A decisão do CPL ratificada pela autoridade superior, o sr. Secretário de Administração, resolveu conhecer o recurso da empresa Acquafontes Piscinas e Fontes Luminosas Eireli, CNPJ n.º 11.367.627/0001-00 e no mérito resolve dar provimento, habilitando a empresa recorrente e mantendo as demais também habilitadas. Serrania, 01 de abril de 2020. Frederico H. Csizmar. Presidente CPL.

3 cm -01 1341621 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM
AVISO DE SESSÃO PÚBLICA
PROCESSO: 48/2020
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO: 04/2020
A Comissão Permanente de Licitação do Município de Tarumirim vem por meio deste tornar público que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço: 04/2020, cuja finalidade é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para restabelecimento da ponte sobre o córrego serrinha na Rua Benedito Valadares, conforme Portaria nº377, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Município de Tarumirim.A sessão se realizará no dia 22/04/2020 às 13h00min na sala de licitações do prédio municipal localizado na Rua Plautino Soares n°100, Centro Tarumirim. O edital com seus anexos estão disponíveis para retirada na sala do setor de licitações como também no site: www.tarumirim.mg.gov.br.

4 cm -01 1341510 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMIRIM
AVISO DE SESSÃO PÚBLICA
PROCESSO: 47/2020
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO: 03/2020
A Comissão Permanente de Licitação do Município de Tarumirim vem por meio deste tornar público que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço: 03/2020, cuja finalidade é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para restabelecimento da Rua Augusto Lima, conforme Portaria Nº 377, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Município de Tarumirim. A sessão se realizará no dia 22/04/2020 às 09h30min na sala de licitações do prédio municipal localizado na Rua Plautino Soares n°100, Centro Tarumirim. O edital com seus anexos estão disponíveis para retirada na sala do setor de licitações como também no site: www.tarumirim.mg.gov.br.

4 cm -01 1341512 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
PREGÃO PRESENCIAL SRP: N.º 00020/2020.
Objeto: aquisição de lanches. O município de três corações/prefeitura municipal de três corações, com sede na av. Brasil, n.º 225, bairro jardim américa, cep 37.410-900, torna pública a licitação na modalidade pregão presencial srp. Data de abertura dos envelopes: dia 15 de abril de 2020 às 13h30min. Endereço: av. Brasil, n.º 225 – jardim américa/departamento de licitação. Sob a responsabilidade da secretaria municipal de saúde, conforme lei federal n.º 8.666 de 21.06.1993 e alterações, lei n.° 10.520/02 e pelas demais condições fixadas neste edital. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.trescoracoes.mg.gov.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Três corações, 31 de março 2019. Alzira araújo de oliveira. Pregoeira

4 cm -01 1341617 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA-MG
REVOGAÇÃO
LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2019
Na qualidade de Prefeito Municipal, em exercício, consubstanciado no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e, tendo em vista a questão esboçada no presente Processo, REVOGO, integralmente, a Licitação – Concorrência nº 001/2019, cujo objeto constitui-se na contratação de serviços para transporte escolar rural de alunos da educação básica da rede pública de ensino do Município. Registre-se e publique-se. Varginha(M.G.), 31 de março de 2020. Vérdi Lúcio Melo - Prefeito Municipal, em exercício.

3 cm -01 1341715 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL AO PROCESSO N° 3239/2011 chamamento público. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, CNPJ (MF) 18.132.449/0001-79 Contratado: Daniel Bruno Teixeira, pessoa física inscrito no CPF de n° 049.811.506-28, Objeto: Locação de imóvel para abrigar o PSF Santa Clara, iniciando 01 de janeiro de 2020 com termino no dia 30 de junho 2020, Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações – Prefeito Municipal – Ângelo Chequer.

2 cm -01 1341760 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°
17/2020 - PROCESSO Nº 1453/2020
A Prefeitura Municipal de Viçosa–MG, inscrita no CNPJ 18.132.449/0001-79 torna público que fará, nos termos do artigo 24, inciso II e IV da Lei 8.666/93 e suas alterações, compra de 30 faixas/banners de 5x1m, conforme solicitação da Secretaria Municipal de saúde, em favor da empresa Inova Comercio e Comunicação Visual LTDA, CNPJ sob o nº 10.981.904/0004-07, no valor de R$9.000,00 (Nove Mil Reais), Viçosa, 30 de março de 2020, Ângelo Chequer - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA – aviso de dispensa de licitação n° 16/2020 - processo Nº 1454/2020 – A Prefeitura Municipal de Viçosa–MG, inscrita no CNPJ 18.132.449/0001-79 torna público que fará, nos termos do artigo 24, inciso II e IV da Lei 8.666/93 e suas alterações, compra de 1.200 litros de Álcool em Gel, conforme solicitação da Secretaria Municipal de saúde, em favor da empresa Amaral Marques Indústria e Comercio LTDA, CNPJ sob o nº 04.443.760/0001-24, no valor de R$13.200,00 (Treze Mil e Duzentos Reais), Viçosa, 30 de março de 2020, Ângelo Chequer - Prefeito Municipal.

5 cm -01 1341477 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA UASG 985427
– AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2020 DE
LICITAÇÃO – PROCESSO 1251/2020.
O Município de Viçosa-MG torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico 50/2020, nos termos da Lei 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.893/04, nº 3.906/05, aplicando subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/93, Contratação de empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e tecnologia da informação, incluindo a instalação, manutenção, documentação , locação e prestação de serviços técnicos de suporte de pontos de rede de fibra óptica, adequada as características e necessidades de continuidade de negócios da Prefeitura Municipal de Viçosa. A data de início e abertura será 17/04/2020 às 09h00min no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através dos sites: www.comprasnet.gov.br e www.vicosa.mg.gov.br, ou ainda, junto ao Departamento de Licitações situado na Rua Gomes Barbosa nº 803, Centro Viçosa-MG. Viçosa, 01 de abril de 2020. Ângelo Chequer – Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA UASG 985427– Extrato de Aviso de Suspensão de Licitação – Processo 1500/2019 Tomada de Preço 13/2020. O Município de Viçosa-MG torna público para conhecimento dos, a SUSPENSÃO da licitação divulgada através do edital de Tomada de Preço n° 13/2020, tendo por objeto a contratação de empresa para o serviço de reconstrução do muro frontal da E.M. Pe. Francisco José da Silva, Bairro Nova Viçosa, município de Viçosa-MG. A suspensão do certame se deu ao pedido da Secretaria Municipal de Educação. Viçosa, 01 de abril de 2020. Ângelo Chequer.

6 cm -01 1341758 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG
PREGÃO PRESENCIAL 028/2020
torna público para conhecimento dos interessados que na data de 28/04/2020, às 13:00 horas fará realizar licitação cujo objeto é aquisição de itens de padaria.Informações pelo e-mail: licitacao@virginopolis.mg.gov.br

2 cm -01 1341517 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG
PREGÃO PRESENCIAL 024/2020
torna público o aviso de Retificação. Na publicação do aviso de licitação no dia 19/03/2020 – pag 10; onde se lê: "torna público para conhecimento dos interessados que na data de 08/04/2020, às 13:00 horas" leia-se: "que na data de 17/04/2020, às 13:00 horas". Informações pelo e-mail: licitacao@virginopolis.mg.gov.br

2 cm -01 1341519 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG
PREGÃO PRESENCIAL 021/2020
torna público para conhecimento dos interessados que na data de 24/04/2020, às 13:00 horas fará realizar licitação cujo objeto é aquisição material de limpeza.Informações pelo e-mail: licitacao@virginopolis.mg.gov.br

2 cm -01 1341515 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG
TP 001/2020
torna público para conhecimento dos interessados que na data de 23/04/2020, às 13:00 horas fará realizar licitação cujo objeto é serviços de construção de muro.Informações pelo e-mail: licitacao@virginopolis.mg.gov.br

2 cm -01 1341520 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG
PREGÃO PRESENCIAL 027/2020
torna público para conhecimento dos interessados que na data de 23/04/2020, às 09:00 horas fará realizar licitação cujo objeto é serviços de manutenção de computadores. Informações pelo e-mail: licitacao@virginopolis.mg.gov.br

2 cm -01 1341516 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG
PREGÃO PRESENCIAL 023/2020
torna público o aviso de Retificação. Na publicação do aviso de licitação no dia 19/03/2020 – pag 10; onde se lê: "torna público para conhecimento dos interessados que na data de 08/04/2020, às 09:00 horas" leia-se: "que na data de 17/04/2020, às 09:00 horas". Informações pelo e-mail: licitacao@virginopolis.mg.gov.br

2 cm -01 1341518 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABINOPOLIS/MG
– CP 02/2020 -
Torna publico ERRATA 01 – Concorrência Pública 02/2020 Proc. 22/2020. Objeto: delegação de permissões para a prestação de serviços de transporte individual de passageiros por Taxi no Município de Sabinópolis/MG. Melhor Técnica. Abertura 07/05/2020. Interior teor no site www.sabinopolis.mg.gov.br – Claudiney Antonio B. de Almeida – Presidente da CPL.

2 cm -01 1341737 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO 001/2020
– Tipo: Menor Preço por Empreitada Global – Objeto: Contratação de Empresa para Conclusão de Obra de Construção da Creche Pró Infância – Projeto 1 Convencional – Termo de Compromisso PAC2 6148/2013 – FNDE – na Rua Getúlio Gomes Avelar – Contrato de Repasse CEF 801297/2014 – Novas Datas – Visita Técnica Obrigatória: a partir do dia 13/04/2020, sob agendamento prévio de 48 horas – Entrega dos Envelopes: Dia 28 de abril de 2020 às 09h00min – Abertura dos envelopes: Dia 28 de abril de 2020 às 09h15min – Informações/edital: Avenida 1º de Janeiro, 1748 – Centro – Araújos/MG – Telefone (37) 3288-3010 – licitacao@araujos.mg.gov.br! O edital, na íntegra, encontra-se disponível no site www.araujos.mg.gov.br!

3 cm -01 1341743 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES/MG
EXTRATO DE EDITAL PARA PUBLICAÇÃO REF.:
PROCESSO Nº 019/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 02/2020
Data da Entrega: 28 de abril de 2020, até às 09:00 horas. Data para abertura dos envelopes: 28 de abril de 2020, às 09:30 horas. O Município de São João das Missões, Estado de Minas Gerais, sediada na Praça Vicente de Paula, 300 - B, centro, torna público, para conhecimento dos interessados a participar do presente certame licitatório, na modalidade acima inscrita, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE SEXTAVADO 35 MPA. A licitação do tipo Menor Preço Global, Empreitada por Preço Global. O procedimento licitatório e o contrato que dele resultar obedecerão, integralmente, às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações em vigor e ao estabelecidos neste edital. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos seguintes locais: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situado a Praça Vicente de Paula, 300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações:(38)3613-8230, no E-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br, e no site www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões 01 de abril de 2020. Ludimila Bento Romualdo – Presidente da CPL. PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 - O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES - MG torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para eventual Registro de Preços, do tipo menor preço por item, nos termos das Leis 10.520/02, 8.666/93, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, TIPO GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL COMUM, no dia 24/04/2020. O edital completo e maiores informações poderão ser obtidos na sede da Prefeitura Municipal de São João das Missões, situada a Praça Vicente de Paula, nº300 – B – Centro – CEP 39.475-000 – São João das Missões (MG). Informações: (38)3613-8230 E-mail: licitacao@saojoaodasmissoes.mg.gov.br,site;www.saojoaodasmissoes.mg.gov.br. São João das Missões, 01 de abril de 2020. Aryadna Santana de Sousa – Pregoeira.

8 cm -01 1341622 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VEREDINHA/MG
ATA DE RP Nº 043/2019 -
A Prefeitura Municipal de Veredinha/MG torna pública a intenção de aderir à Ata de Registro de Preços Nº 043/2019, Gerenciada pela Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni - MG, originada do PAL 085/2019 e PP 044/2019, Cuja a detentora é a empresa HEALTH SANTA LUZIA LTDA-EP, objetivando a aquisição de Câmara de Vacina. Mais informações pelo telefone (38) 3527-9120.

2 cm -01 1341710 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA/MG
EXTRATO DE EDITAL PARA PUBLICAÇÃO REF.:
PROCESSO Nº 0015/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020
Data da Entrega: 23 de Abril de 2020, ate às 08:00 horas. Data para abertura dos envelopes: 23 de Abril de 2020, às 08:00 horas. O Município de Miravânia, Estado de Minas Gerais, Sediada na Rua Tancredo Neves, 300, centro, torna público, para conhecimento dos interessados a participar do presente certame licitatório, na modalidade acima inscrita, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE SOBRE O RIO JAPORÉ(12X4,20M), NO MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA. A licitação do tipo Menor Preço Global, Empreitada por Preço Unitário. O procedimento licitatório e o contrato que dele resultar obedecerão, integralmente, às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações em vigor e ao estabelecidos neste edital. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados nos seguintes locais: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Miravânia situado a Rua Tancredo Neves, 300 – Centro – CEP 39.465-000 - Miravânia (MG). Informações: E-mail: licitacao@miravania.mg.gov.br, e no site www.miravania.mg.gov.br. Miravânia 31 de Março de 2020. Dayana Mota Lima – Presidente da CPL. EXTRATO DE EDITAL PARA PUBLICAÇÃO Ref.: PROCESSO Nº 0016/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020 Data da Entrega: 23 de Abril de 2020, ate às 13:30 horas. Data para abertura dos envelopes: 23 de Abril de 2020, às 13:30 horas. O Município de Miravânia, Estado de Minas Gerais, Sediada na Rua Tancredo Neves, 300, centro, torna público, para conhecimento dos interessados a participar do presente certame licitatório, na modalidade acima inscrita, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUA EM PARALELEPIPEDO), NO MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA. A licitação do tipo Menor Preço Global, Empreitada por Preço Unitário. O procedimento licitatório e o contrato que dele resultar obedecerão, integralmente, às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações em vigor e ao estabelecidos neste edital. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados nos seguintes locais: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Miravânia situado a Rua Tancredo Neves, 300 – Centro – CEP 39.465-000 - Miravânia (MG). Informações: E-mail: licitacao@miravania.mg.gov.br, e no site www.miravania.mg.gov.br. Miravânia 31 de Março de 2020. Dayana Mota Lima – Presidente da CPL. EXTRATO DE EDITAL PARA PUBLICAÇÃO Ref.: PROCESSO Nº 0017/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020 Data da Entrega: 24 de Abril de 2020, ate às 08:00 horas. Data para abertura dos envelopes: 24 de Abril de 2020, às 08:00 horas. O Município de Miravânia, Estado de Minas Gerais, Sediada na Rua Tancredo Neves, 300, centro, torna público, para conhecimento dos interessados a participar do presente certame licitatório, na modalidade acima inscrita, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO DISTRITO DE BREJÃO, NO MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA. A licitação do tipo Menor Preço Global, Empreitada por Preço Unitário. O procedimento licitatório e o contrato que dele resultar obedecerão, integralmente, às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações em vigor e ao estabelecidos neste edital. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados nos seguintes locais: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Miravânia situado a Rua Tancredo Neves, 300 – Centro – CEP 39.465-000 - Miravânia (MG). Informações: E-mail: licitacao@miravania.mg.gov.br, e no site www.miravania.mg.gov.br. Miravânia 31 de Março de 2020. Dayana Mota Lima – Presidente da CPL.

13 cm -01 1341772 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JESUÂNIA/MG
EXTRATO DE EDITAL PROCESSO 0037/2020
- PREGÃO PRESENCIAL 0015/2020
A Prefeitura Municipal de Jesuânia, através do Pregoeiro Oficial, torna público que iniciou processo de licitação na modalidade de PREGÃO, na forma presencial, nos termos da Lei nº 10.520/2002, com sessão pública marcada para o dia 23/04/2020, com credenciamento às 9h (nove horas) e a sessão de lances às 9,30h, com o seguinte objeto: Aquisição de equipamentos novos e de primeiro uso para incentivar e valorizar os produtores rurais para aumento da produção e o respectivo escoamento, com a manutenção das estradas vicinais do Município de Jesuânia, conforme Convênio MAPA - Plataforma + Brasil nº 892.117/2019. O edital completo está disponível no site: www.jesuania.mg.gov.br - Informações pelo telefone (35) 3273.1224 ou pelo e-mail: licitacoes@jesuania.mg.gov.br - Localização: Rua Jose Dias de Castro, nº 81. 31 de março de 2020. Maxwell Teixeira Lemos - PREGOEIRO OFICIAL.

4 cm -01 1341701 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDELÂNDIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO -
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº.: 000011/2.020.
MODALIDADE: T. P. Nº. 000002/2.020. CONTRATANTE: Município de Verdelândia-MG. CONTRATADA/VALOR: Êxito Construtora e Premoldados Ltda, valor: R$.159.525,08(cento e cinqüenta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oito centavos). OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução de pavimentação com blocos sextavados.

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO DELICITAÇÃO Nº.: 000011/2.020. MODALIDADE: T.P. P. Nº. 000002/2.020. CONTRATANTE: Município de Verdelândia-MG. CONTRATADA/ VALOR: Êxito Construtora e Premoldados Ltda, valor: R$.159.525,08(cento e cinqüenta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oito centavos). OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução de pavimentação com blocos sextavados. VIGENCIA: 27/03/2.020 a 27/05/2.020.

4 cm -01 1341602 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG
AVISO - EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO
PRESENCIAL Nº 23/2020 - RP 18
"MENOR PREÇO POR ITEM" - O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 17 de abril de 2020 às 09:00, no departamento de licitação - na Av. Minas Gerais nº 110 - Centro - Fronteira/MG, Pregão Presencial, objetivando o registro de preços para contratação de empresa especializada na realização de procedimentos cirúrgicos, na especialidade bucomaxilofacial, no atendimento aos pacientes que se encontram em tratamento nas unidades de atendimento odontológico deste município, por um período de 12 (doze) meses. Fronteira, 1 de abril de 2020 - Elaine Pinesso - Pregoeira.

3 cm -01 1341553 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGAMAR/MG
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2020
Torna público o Extrato do Contrato nº 035/2020. Objeto: Serviços médicos no Programa Saúde da Família - PSF. - Publicação na íntegra no site: www.diariomunicipal.com.br

1 cm -01 1341652 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA/MG
RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020
- Torna público aos interessados a retificação do Pregão Presencial nº 006/2020 - para Registro de Preços sobre o "Menor Preço ITEM", contratação de empresa para fornecimento de material esportivo para atender as demandas das Secretárias Municipais de Jampruca-MG. Passa ter a seguinte redação: Onde se lê: "A ser realizado na data 07/04/2020 às 08h00min", Leia-se: "A ser realizado na data 17/04/2020 às 08h00min". Informações através do telefone (0xx33) 3513-9215. Polliane de Castro Nunes Bastos - Prefeita Municipal.

Retificação do Pregão Presencial nº 007/2020 - Torna público aos interessados a retificação do Pregão Presencial nº 007/2020 - para Registro de Preços sobre o "Menor Preço ITEM", contratação de empresa para fornecimento de material permanente para atender as demandas das Secretárias Municipais de Jampruca-MG. Passa ter a seguinte redação: Onde se lê: "A ser realizado na data 07/04/2020 às 10h00min", Leia-se: "A ser realizado na data 17/04/2020 às 10h00min". Informações através do telefone (0xx33) 3513-9215. Polliane de Castro Nunes Bastos - Prefeita Municipal.

4 cm -01 1341657 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020
Torna público o aviso de licitação referente ao Processo nº 022/2020 - Pregão nº 009/2020, contratação de empresa para fornecimento parcelado de pneus, câmaras de ar, protetores e bicos, para atender as necessidades das secretarias desta municipalidade - Credenciamento: 16/04/2020 às 14h30min. Abertura: 16/04/2020 às 14h45min. Interessados manter contato pelo e-mail: licitacoes@catuti.mg.gov.br ou diretamente na sede do município. Catuti-MG, 31/03/2020 - Elmiro José Cardoso - Pregoeiro.

3 cm -01 1341507 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRÂNIA/MG
EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 16/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020.
Objeto: Aquisição de um veículo 0 KM, para atender os setores de Saúde do Município de acordo com a Proposta nº 13.536.915000/1190-01. Contratante: Município de Silveirânia/MG - Contrato nº 71/2020, Auto Revendedora Ltda no valor de R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais). Vigência de 23 de março a 31 de dezembro de 2020.
Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 113/2018 - Processo nº 61/2018 - Tomada de Preços nº 01/2018. Contratante: Município de Silveirânia/MG. Contratada: Pavel Pavimentadora Vertentes Ltda. Objeto do Aditivo: Prorrogação de prazo de vigência do contrato acima referido com vigência a partir de 01/04/2020 até 31/12/2020. Silveirânia, 31 de março de 2020.

3 cm -01 1341671 - 1

CÂMARA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
CONTRATO Nº 06/2020
Torna público o extrato de contrato, Lei 8.666/93. Contrato nº 06/2020, firmado com o Sr. Roberto Carlos P. Dias. Objeto: Locação de veículo. Valor G. R$ 12.460,00. Vigência até 31/12/2020. Dispensa 05/2020 - Data do Contrato: 09/03/2020. Jakson L. dos Santos - Presidente da Câmara.

2 cm -01 1341568 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDINA/MG
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2019
Em cumprimento ao disposto no Artigo 16 da Lei Federal n° 8.666/93, e suas posteriores alterações, o município de Medina/MG torna pública a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 048/2019 - Pregão Presencial nº 035/2019 - Processo Administrativo nº 061/2020, por intermédio do município de Bertópolis/MG, referente à contratação de serviços de hospedagem em Belo Horizonte/MG para atender a Secretaria de Saúde do município de Medina/MG. Medina/MG, 01 de abril de 2020. Paulo Henrique Moreira Camargo - Pregoeiro.

3 cm -01 1341522 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ABADIA DOS DOURADOS/MG
EXTRATO EDITAL TOMADA PREÇOS Nº 04/2020.
Objeto: Contratação de empresa para empreitada global referente serviços de engenharia para execução de obras mobilidade urbana/iluminação pública no loteamento 15 agosto, ruas e rotatória, conforme projetos, planilhas e anexos. Linha de financiamento pleiteada BDMG Urbaniza - Contrato nº 195700 BDMG. Dia: 21/04/2020. Hora: 14:00h. Local: Sede Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Tel.: (34) 3847-1232 ou diretamente no setor de compras e licitações. Abadia dos Dourados-MG, 31 de março de 2020. Wanderlei Lemes dos Santos - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ABADIA DOS DOURADOS/MG
Extrato publicação Assinatura Contrato: O Município de Abadia dos Dourados-MG, torna pública a assinatura do Contrato BF nº 284.459/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A em 02 de março de 2020, no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) com recursos do Programa BDMG URBANIZA 2019. Abadia dos Dourados-MG, 31 de março de 2020. Wanderlei Lemes dos Santos - Prefeito Municipal.

5 cm -01 1341687 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRUPIARA/MG
CONTRATO BF Nº284.987/20
"O Município de Grupiaratorna pública a assinatura do Contrato BF nº284.987/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em02demarçode 2020, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG URBANIZA 2019".

2 cm -01 1341514 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N° 018/2020
A Prefeitura Mun. de Chapada Gaúcha/MG, torna público que o PL nº 036/2020 - Pregão n° 018/2020. Tipo: Menor preço Lote. OBJETO: Reg. Preço p/ fut. eventual aq. gêneros alim. (cesta básica) p/ atender as famílias em sit. de vulnerabilidade social, em atend. a Sec. Mun. Des. Social de Chap. Gaúcha. SESSÃO DE JULGAMENTO: Dia 16/04/2020 às 08:30. LOCAL: Prefeitura M. de Chapada Gaúcha. Maiores informações: http://www.chapadagaucha.mg.gov.br aba "Publicações" <Licitações>. Chapada Gaúcha-MG, 01/04/2020. Jair Montagner - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N° 019/2020
A Prefeitura Mun. de Chapada Gaúcha/MG, torna público que o PL nº 037/2020 - Pregão n° 019/2020. Tipo: Menor preço Lote. OBJETO: Cont. de empresa p/ aq. de veíc. tipo caminhão toco basculante 2020 p/ ser utilizado pela Sec. Mun. de Transportes. SESSÃO DE JULGAMENTO: Dia 16/04/2020 às 10:00. LOCAL: Prefeitura M. de Chapada Gaúcha. Maiores informações: http://www.chapadagaucha.mg.gov.br aba "Publicações" <Licitações> . Chapada Gaúcha-MG, 01/04/2020. Jair Montagner - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA GAÚCHA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N° 020/2020
A Prefeitura Mun. de Chapada Gaúcha/MG, torna público que o PL nº 038/2020 - Pregão n° 020/2020. Tipo: Menor preço Lote. OBJETO: Cont. emp. p/ aq. de bicicletas utilizadas em ações realizadas pelo projeto Criança Feliz, no âmbito da Sec. Mun. Des. Social de Chap. Gaúcha-MG. SESSÃO DE JULGAMENTO: Dia 16/04/2020 às 12:00. LOCAL: Prefeitura M. de Chapada Gaúcha. Maiores informações: http://www.chapadagaucha.mg.gov.br aba "Publicações" <Licitações> . Chapada Gaúcha-MG, 01/04/2020. Jair Montagner - Prefeito Municipal.

8 cm -01 1341637 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG.
PROC. Nº 025/2020 - PP Nº 08/2020. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios e merenda escolar. Ata RP. Nº 05/2020. Forn.: SUPERMERCADO D'QUEIROZ LTDA - ME. Vlr.: R$ 74.935,50. Vig.: 01/04/2020 a 31/03/2021. Oseas Almeida Junior - Prefeito Municipal.

1 cm -01 1341646 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854021 6.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG.
PROCESSO Nº 020/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020.
Objeto: Obras de pavimentação de ruas com asfalto PMF e calçamento de blocos sextavados de concreto. Financiamento BDMG Urbaniza. Resultado: Vencedora: CONSTRUTORA CONNAGE LTDA - ME, no valor de R$ 750.564,08. Homologação em 01/04/2020. Oseas Almeida Junior - Prefeito Municipal.

2 cm -01 1341643 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA/MG.
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020.
O Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG torna público para conhecimento dos interessados que na data de 16/04/2020 às 09h02min, fará realizar Licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2020, Maior Desconto Percentual sobre a Tabela CMED/ANVISA, cujo objeto é a aquisição de Medicamentos excepcionais ou de alto custo, indicados para tratamento de DST/AIDS e CÂNCER, constantes do comunicado CMED Nº 10 de 30/11/2009. O Edital está disponível na íntegra no site: www.santaritadeibitipoca.mg.gov.br ou pelo e-mail: prefeiturasantaritaibitipoca@hotmail.com. Informações adicionais pelo telefone: (32) 3342-1221. Santa Rita de Ibitipoca, 01 de abril de 2020. Cristiane Carla de Almeida - Pregoeira.

4 cm -01 1341799 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÓI MENDES/MG.
REATIVAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020 E 03/2020.
Assunto: Reativação de Processo Licitatório. Processo nº 31/2020 - Chamada Pública nº 02/2020. Objeto: Chamada Pública para credenciamento de fornecedores de gêneros da agricultura familiar e empreendedor familiar rural. Reestabelece prazos e define novas datas limites para o credenciamento e abertura dos envelopes. Prazo: De 03/04/2020 até 23/04/2020. Abertura: Dia 24/04/2020. Mais informações pelo site: www.eloimendes.mg.gov.br ou pelo fone: (35) 3264-3494. Elói Mendes, 01 de abril de 2020. Paulo Roberto Belato Carvalho - Prefeito Municipal.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÓI MENDES/MG. Assunto: Reativação de Processo Licitatório. Processo nº 44/2020 - Chamada Pública nº 03/2020. Objeto: Credenciamento e Cadastramento de Reserva de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos na especialidade Pediatria do Município de Elói Mendes/MG, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, em consonância com as disposições constantes neste edital e seus anexos. Reestabelece prazos e define novas datas limites para o credenciamento e abertura dos envelopes. Prazo: De 03/04/2020 até 12/04/2020. Abertura: Dia 13/04/2020. Mais informações pelo site: www.eloimendes.mg.gov.br ou pelo fone: (35) 3264-3494. Elói Mendes, 01 de abril de 2020. Paulo Roberto Belato Carvalho - Prefeito Municipal.

5 cm -01 1341803 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA-MG.
T.P 002/2020.AVISO DE REABERTURA. A Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata-MG torna pública a reabertura do Processo Licitatório nº 016/2020, na modalidade Tomada de Preços nº 002/2020, tendo como objeto contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial da Escola Municipal Coronel Américo Teixeira que será realizado no dia 22/04/2020, às 09h00min. Informações pelo e-mail: licitacao@cachoeiradaprata.mg.gov.br. Edvandro Carlos Anunciati Umezu – Presidente da Comissão.

2 cm -01 1341742 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DA FORTALEZA
P.P 07/2020.
Torna público que realizará o Pregão Presencial nº 07/2020 RP 03/2020 – tipo: menor preço por item – no dia 17/04/2020 às 08:00hs, Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos gêneros alimenticios para atendimento das secretarias do municipio. Informações na sede da Prefeitura, pelo tel.: (34)3835-1222 ou pelo site www.cruzeirodafortaleza.mg.gov.br. Agnaldo Ferreira da Silva- Prefeito Municipal. Cruzeiro da Fortaleza-MG, 31/03/2020.

2 cm -01 1341598 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG
CONTRATO BF Nº 284.991/20.
Torna pública a assinatura do Contrato BF nº 284.991/20, com o BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A, em 02 de Março de 2020, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com recursos do PROGRAMA BDMG URBANIZA 2019. Mônica Cristine Mendes de Sousa – Prefeita Municipal.

2 cm -01 1341619 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT/MG
PROCESSO 023/2020 - PP 011/2020
- Objeto: Registro de Preços objetivando a Futuras e Eventuais Aquisições parceladas de Material Médico Hospitalar e Medicamentos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde. Credenciamento: 17/04/2020 - 08:00h – Edital disponível pelo e-mail franciscodumontlicitacao@gmail.com. Herbert Leonardo Fonseca – Pregoeiro oficial.

2 cm -01 1341506 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020
O Mun. de Campos Gerais-MG, torna público Proc. Licitatório nº 29/20, Pregão Presencial nº 22/20, tipo menor preço unitário para aquisição de 01 veículo de 7 lugares, 2020/2020, nos termos - Funcional Programática nº 311160620190001 do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Protocolo até o dia 16/04/2020, as 09:00 horas, na Sec. Mun. de Compras e Licitações a R. N. Sra. do Carmo 131, nesta, informações 35 38531436 edital http://www.camposgerais.mg.gov.br. Francisco de Assis Souza - Pregoeiro.

3 cm -01 1341540 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA
CONTRATO BF Nº 287-415/20
"O Município de Urucuia/MG torna pública a assinatura do Contrato BF nº 287-415/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em 23 de março de 2020, no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG URBANIZA /2019".

2 cm -01 1341806 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍ DE MINAS/MG
CONTRATO BF Nº 286.730/20
Torna pública a assinatura do Contrato BF nº 286.730/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em 30 de Março de 2020, no valor de R$580.000,00, recursos do PROGRAMA BDMG URBANIZA 2019".

2 cm -01 1341590 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA -
CONTRATO BF Nº 287-416/20 -
"O Município de Urucuia/MG torna pública a assinatura do Contrato BF nº 287-416/20 com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. em 23 de março de 2020, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) com recursos do PROGRAMA BDMG SANEAMENTO/2019".

2 cm -01 1341808 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FE
CONTRATO Nº 207/2020
Contratante: Prefeitura Municipal de Maria da Fé Contratada: Di Biasi Construção Civil Eireli – EPP Objeto: Serviços de Obras e Engenharia para construção de um muro de gabião, para proteção de encosta na Vila São Francisco, conforme ação junto ao Ministério do Des. Regional, Secret. Nac.de Proteção e Def. Civil, Protoc. RES-MG 3139904-20200213-01 Valor Total: até R$ 229.651,55 (duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) Vigência: 01/04/2020 à 01/09/2020 Processo Licitatório nº 032/2020 – Tomada de Preços nº 002/2020 Patrícia Kraut de Mendonça Presidente da Comissão de Licitação

3 cm -01 1341780 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO TOMBADO SOB Nº 044/2020
DESPACHO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA LICITATÓRIA. De Acordo.Tendo em vista as razões alinhadas pela Douta Procuradoria Jurídica Municipal, ratifico a dispensa de licitação exarada no Procedimento Licitatório tombado sob nº 044/2020, ref. a contratação de empresa para aquisição de equipamentos de proteção individual para os profissionais da saúde atuantes nas medidas de combate ao Coronavírus – COVID-19, por decretação do Estado de Emergência em Saúde Pública, com fulcro nos artigos 4º da Lei Federal nº 13.979, com suas alterações, e 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada. Providenciem-se a competente contratação urgente, desde que compatíveis com o valor de mercado.Paraopeba/MG, 30 de março de 2020. José Valadares Bahia.Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341595 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAOPEBA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO TOMBADO SOB Nº 045/2020
DESPACHO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA LICITATÓRIA. De Acordo.Tendo em vista as razões alinhadas pela Douta Procuradoria Jurídica Municipal, ratifico a dispensa de licitação exarada no Procedimento Licitatório tombado sob nº 045/2020, ref. a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de desinfecção de locais públicos como medida de combate ao Coronavírus – COVID-19, por decretação do Estado de Emergência em Saúde Pública, com fulcro noartigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020 c/c artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada.Providenciem-se a competente contratação emergencial.Paraopeba/MG, 30 de março de 2020.José Valadares Bahia. Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341596 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS
PP Nº 017/2020.
Objeto: Registro de preços para aquisição de material para manutenção dos serviços de abastecimento de agua na zona rural do MunicÍpio de Coração de Jesus. Horário/Data: 07:30:00 de Quinta-feira, 16 de Abril de 2020. Edital disponível no site www.coracaodejesus.mg.gov.br ou e-mail: licitacoracao@yahoo.com.br. Maiores informações através do telefone: (38)3228-2282. Eguimércio Antunes Evangelista – Pregoeiro

2 cm -01 1341554 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE/MG
– AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 – O Município de Congonhas do Norte realizará Processo Licitatório nº 018/2020 Pregão Presencial nº 014/2020, Registro de Preço de Materiais de Construção, para atender a demanda das Diretorias Municipais. Entrega e abertura dos envelopes: 14/04/2020 às 09:00 horas na Prefeitura. Edital e informações no site: www.congonhasdonorte.mg.gov.br, e-mail: licitacao@congonhasdonorte.mg.gov.br ou Endereço: Rua João Moreira, nº 22, Centro, Telefone (31) 98415-1297.

2 cm -31 1341036 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS/MG
PREGÃO 009/2020, PROC 013/2020.
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS VEICULOS MUNICIPAIS. Abertura: 14/04/2020 as 13:00horas.Informações: site http://lagoadospatos.mg.gov.br/. TEL.(38) 3745-1239. José Raul Reis. Prefeito Municipal.

2 cm -01 1341718 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO/MG
P.P. Nº 005, P.P. 006, P.P. 007, P.P. 010 E P.P. 011/2020
NOVAS datas dos pregões: P.P. nº 005 - 15/04/2020 às 09:00; P.P. 006 - 15/04/2020 às 14:00; P.P. 007 - 16/04/2020 às 14:00; P.P. 010 - 17/04/2020 às 14:00; P.P. 011/2020 - 22/04/2020 às 14:00, teor encontra-se na íntegra disponível em www.serro.mg.gov.br.

2 cm -01 1341746 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020 - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 045/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020.
Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil destinada a prestação de serviços de reforma da quadra poliesportiva localizada na Rua Arlindo Dias Silveira - Bairro Jardim Florestal sede deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 22/04/2020. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 01/04/2020. Marcus Vinicius de Almeida Ramos - Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341682 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 30/2020
PROCESSO Nº. 22/2020 - INEXIGIBILIDADE Nº. 04/2020
OBJETO: Contratação de ações e serviços de saúde que contemplam a atenção hospitalar e/ou ambulatorial no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais, a serem prestados pela contratada, por intermédio da pactuação de metas no âmbito dos Programas Federais, Estaduais e Municipais - CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Monte/Fundo Municipal de Saúde - CONTRATADA: Santa Casa de Misericórdia de Santo Antônio do Monte. - VALOR: R$ 718.005,74 (setecentos e dezoito mil cinco reais e setenta e quatro centavos) - VIGÊNCIA: 02/03/2020 a 01/03/2025. Santo Antônio do Monte, 02 de março de 2020. Edmilson Aparecido da Costa - Prefeito Municipal.

3 cm -01 1341745 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 14/2020
A Prefeitura de Josenópolis-MG, com sede à Rua Santos Pestana, 20 - Centro - 39.575-000, torna-se público a quem interessar que realizará no dia 15/04/2020, às 09h00min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 14/2020, objetivando o registro de preços para a aquisição de materiais e equipamentos odontológicos em geral. Informações complementares pelo telefone (38) 3736-9142, no endereço acima mencionado ou através do e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com. Jose G. Teixeira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG - PREGÃO PRESENCIAL N°. 01/2020 - A Prefeitura de Josenópolis-MG, com sede à Rua Santos Pestana, 20 – Centro - 39.575-000, torna-se público que, por ausência de interessados na sessão pública realizada no dia 18/03/2020, foi declarado deserto o PREGÃO PRESENCIAL N°. 01/2020, que tem por objeto a contratação exclusiva de ME/EPP ou equiparadas para prestação de serviços de assessoria de imprensa, divulgação eletrônica de atos oficiais e dos eventos municipais, criação e gestão das redes sociais oficiais do Município. O Pregoeiro comunica aos interessados que o certame será repetido, em sessão pública a ser realizada no dia 15/04/2020, as 08:00 horas, na sede da Prefeitura. Informações complementares pelo telefone (38) 3736-9142, no endereço acima mencionado ou através do e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com. Jose G. Teixeira - Pregoeiro.

6 cm -01 1341788 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTIANO OTONI/MG
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2020. AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2020.
O município de Cristiano Otoni - MG, torna público que fará realizar Tomada de Preços nº 06/2020, autorizado pelo PL Nº 24/2020, para fornecimento de material hospitalar em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal. Dia 22/04/2020 às 09:00h. Edital disponível em www.cristianootoni.mg.gov.br. Cristiano Otoni, 1º de abril de 2020. HARLON SORDI DE OLIVEIRA - Presidente da CPJL

2 cm -01 1341778 - 1

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO/MG
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2017. Contratante: CM de Bom Sucesso/MG. Contratada: L&C Assessoria e Consultoria. Objeto: Prorrogação de prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses. Inicio 01/04/2020. Jairo Marcelo de Almeida - Presidente.

1 cm -01 1341713 - 1

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM BOSCO/MG
PREGÃO Nº 001/2020 - CONTRATO 006/2020 P.L. Nº 001/2020
Objeto: Aquisição de combustível automotivo. Contratada: Posto PKL Ltda CNPJ 02.687.363/0001-72. Valor por litro de combustível: R$5,08, Valor global do contrato: R$25.400,00. Vigência: 12 meses. Dotação: 3.3.90.30.00 - Ficha 06 e 3.3.90.30.00 - Ficha 23, fonte 1.00.00. Dom Bosco-MG, 01 de Abril de 2020. Partes: Antônio José da Silva - Vereador Presidente - Contratante X Osvaldo dos Santos sócio administrador Posto PKL Ltda - Contratada.

2 cm -01 1341691 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG
PREGÃO Nº 010/2020 - AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 048/2020
Pregão para Registro de Preços Nº. 010/2020 - EDITAL Nº 012/2020 - Do Objeto: Registro de Preços, que vigorará por 1 (um) ano, para eventual aquisição de medicamentos de A a Z (éticos/referência, genéricos e similares) através do maior desconto sobre a tabela oficial da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da Agência Nacional de vigilância Sanitária (CMED/ANVISA) ofertado sobre o preço de fábrica, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Machado/MG. Recebimento de Credenciamento e Envelopes Propostas/Habilitação: Dia 28 de abril de 2020 até as 13h00min - Abertura dos Envelopes: Dia 28 de abril de 2020 até as 13h00min - Os interessados em participar deste Pregão deverão adquirir o edital através do site: http://ltransparencia.machado.mg.gov.br/licitacoes - PRISCILA MARA VIANA PEDROSO - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2020 - AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Nº. 022/2020 - Chamada Pública Nº. 001/2020 - Edital Nº 006/2020 - Do Objeto: Contratação de Fornecedores Individuais, agricultores formais ou informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais ou de suas organizações para fornecerem os produtos, necessárias para o preparo da Alimentação Escolar dos alunos da rede pública municipal de Machado, com prioridade, se possível, para os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, verba FNDE/PNAE, exercício de 2020. Recebimento de Credenciamento e Envelopes Propostas/Habilitação: Do dia 07 de Abril de 2020 até o dia 07 de Maio de 2020 as 17h00min. Abertura dos Envelopes: Dia 08 de Maio de 2020 as 13h00min. Os interessados em participar desta Chamada Pública deverão adquirir o edital através do site: http://machadoportaltransparencia.portalfacil.com.br/licitacoes - LETÍCIA PARAVIZO BATISTA - Presidente da CPL – Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato da Ata nº 005/2020 - Partes: Município de Machado / Alfalagos Ltda - CNPJ/MF n.º 05.194.502/0001-14, C.B.S Médico Científica S/A - CNPJ/MF n.º. 48.791.685/0001-68, Med Center Comercial Ltda - CNPJ/MF n.º. 00.874.929/0001-40 e Sebastião Marques Epp - CNPJ/MF n.º 26.313.494/0001-58. Pregão presencial nº 088/2019. Objeto: futura e eventual aquisição de materiais médicos - Valor Total do Contrato: R$ 76.176,48 (setenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos). Assinatura: 04/03/2020. Vigência: 1 (um) ano contados da data de publicação da presente Ata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato da Ata nº 006/2020. Partes: Município de Machado / Luara Produtos Artesanais do Sul de Minas Ltda, CNPJ nº 06.746.613/0001-59 - Processo nº 051/2020 - . Pregão presencial nº 008/2020 - Objeto: eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de buffet - Valor Total do Contrato: R$ 59.345,00 (cinquenta e nove mil trezentos e quarenta e cinco reais). Assinatura: 24/03/2020. Vigência: 1 (um) ano contados da data de publicação da presente Ata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato de Dispensa nº 021/2020 - Processo nº 097/2020 - Partes: Município de Machado / Ferrasul Comércio Varejista e Atacadista de Ferramentas e Equipamentos de Segurança LTDA, CNPJ/MF n.º. 08.517.373/0001-46. Objeto: aquisição de álcool gel e vestimentas em razão da epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID- em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Valor Total do Contrato: R$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais). Vigência: entrega imediata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato de Dispensa nº 019/2020 - Processo nº 092/2020 - Partes: Município de Machado / AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, CNPJ/MF n.º. 00.331.788/0030-53. Objeto: aquisição de ventilador pulmonar mecânico em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Valor Total do Contrato: R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Vigência: entrega imediata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato do Contrato nº 023/2020. Partes: Município de Machado / Perfurart Poços Artesianos Ltda, CNPJ nº 30.582.261/0001-28 - Processo nº 044/2020. Dispensa nº 008/2020 - Objeto: aquisição bomba d'agua submersa e quadro de comando para poço artesiano localizado na Escola Municipal Clóvis Araújo Dias. Valor Total do Contrato: R$ 3.995,00 (três mil, novecentos e noventa e cinco reais). Assinatura: 04/03/2020. Vigência: 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato do Contrato nº 024/2020 - Partes: Município de Machado / Perfurart Poços Artesianos Ltda, CNPJ nº 30.582.261/0001-28 - Processo nº 043/2020. Dispensa nº 007/2020. Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços referente à desinstalação e reinstalação com substituição de Bomba para Poço Artesiano da Escola Municipal Clóvis Araújo Dias. Valor Total do Contrato: R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais). Assinatura: 04/03/2020 - Vigência: 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato do Contrato nº 025/2020 - Partes: Município de Machado / Prontec Sul Ltda - EPP, CNPJ nº 25.331.414/0001-24. Processo nº 017/2020 - Dispensa nº 003/2020 - Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços referente à manutenção e revisão geral do relógio de ponto do Paço Municipal e visita técnica. Valor Total do Contrato: R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais). Assinatura: 04/03/2020 - Vigência: 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato do Contrato nº 026/2020 - Partes: Município de Machado / Fernandes & Fernandes Analises Clinicas Ltda, CNPJ nº 02.948.650/0001-99 - Processo nº 012/2020 - Dispensa nº 001/2020 - Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços referente à exames laboratoriais de sequenciamento de Exoma Completo em cumprimento da determinação judicial.Valor Total do Contrato: R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais). Assinatura: 04/03/2020 - Vigência: 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato do Contrato nº 027/2020 - Partes: Município de Machado / Sigmix-Tecnologia da Informação Ltda, CNPJ nº 07.105.561/0001-02 - Processo nº 015/2020 - Dispensa nº 002/2020. Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços referente à serviços técnicos de consultoria para administração pública, na execução de diagnóstico para planejamento estratégico, nas áreas de planejamento; contabilidade e tesouraria; folha de pagamentos; compras e licitações; patrimônio; controle de frotas; almoxarifado; receitas próprias; controle interno e prestação de contas. Valor Total do Contrato: R$ 10.260,00 (dez mil e duzentos e sessenta reais). Assinatura: 05/03/2020 - Vigência: 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato do Contrato nº 028/2020. Partes: Município de Machado / Bagni Comércio de Materiais de Construção Ltda, CNPJ nº 03.387.213/0001-06 - Processo nº 045/2020 - Dispensa nº 009/2020 Objeto: aquisição de materiais de construção para a reparação de danos causados pela chuva na Rua Professor José Cândido. Valor Total do Contrato: R$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais). Assinatura: 05/03/2020 - Vigência: 31/07/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato do Contrato nº 033/2020. Partes: Município de Machado / Viação São Benedito Ltda, CNPJ nº 26.325.282/0001-90 - Processo nº 058/2020 -Inexigibilidade nº 010/2020 - Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços referente à vales-transportes em atendimento as necessidades das diversas Secretarias do Município de Machado/MG - Valor Total do Contrato: R$ 351.793,00 (trezentos e cinquenta e um mil setecentos e noventa e três reais). Assinatura: 25/03/2020 - Vigência: 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - Extrato do Contrato nº 034/2020. Partes: Município de Machado / Telefonica Brasil S/A, CNPJ n° 02.558.157/0001-62 - Processo nº 099/2020 - Dispensa nº 022/2020. Objeto: prestação de serviços SMP (serviço móvel pessoal), para uso dos servidores do Município de Machado/MG. Valor Total do Contrato: R$7.380,00 (sete mil e trezentos e oitenta reais). Assinatura: 27/03/2020 - Vigência: 24/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 4 da Lei nº 13.979/2020 e com base nos documentos que instruem o PRC 097/2020, ratifico a dispensa de licitação para contratação da empresa Ferrasul Comércio Varejista e Atacadista de Ferramentas e Equipamentos de Segurança LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 08.517.373/0001-46 referente a aquisição de álcool gel e vestimentas em razão da epidemia de doença infecciosa viral respiratória – COVID-em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com o valor total de R$ 49.900,00 (quarenta e nove mil e novecentos reais).Machado, 30 de março de 2020, Maria Odete Maciel Silva, Secretaria Munic. de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e com base nos documentos que instruem o PRC 049/2020, ratifico a dispensa de licitação para contratação da empresa LOJAS EDMIL, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 21.545.371/0001-29 para aquisição de colchões para assistência à população afetada pelas inundações que acometeram o Município em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Machado/MG com o valor total de R$ 50.520,00 (cinquenta mil quinhentos e vinte reais). Machado, 13 de março de 2020, Ana Maria Gonçalves, Secretária Munic. de Desenv. e Promoção Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e com base nos documentos que instruem o PRC 045/2020, ratifico a dispensa de licitação para contratação da empresa Bagni Comércio de Materiais de Construção Ltda , pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 03.387.213/0001-06 para aquisição de materiais de construção para a reparação de danos causados pela chuva na Rua Professor José Cândido em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Machado/MG, com o valor total de R$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais). Machado, 05 de março de 2020, Reinaldo Conti Siqueira, Secret. de obras e infra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 4 da Lei nº 13.979/2020 e com base nos documentos que instruem o PRC 099/2020, ratifico a dispensa de licitação para contratação da empresa TELEFONICA BRASIL S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 02.558.157/0001-62 referente a prestação de serviços SMP (serviço móvel pessoal), para uso dos servidores do Município de Machado/MG, com o valor total de R$7.380,00 (sete mil e trezentos e oitenta reais). Machado, 27 de março de 2020, Luiz Carlos Magalhães Júnior, Secret. Munic. de Governo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 25, III, da Lei nº 8.666/93 e com base nos documentos que instruem o PRC 006/2020, ratifico a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa W M SHOW'S LTDA ME, CNPJ nº 28.650.264/0001-00, para realização de show artístico da dupla "Gino e Geno" para apresentação no III Festival Cultural do Município de Machado/MG, com o valor total de R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais).Machado, 06 de março de 2020. João Alexandre de Moura Oliveira, Secret. Munic. de C. Turismo e Esportes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 25, III, da Lei nº 8.666/93 e com base nos documentos que instruem o PRC 005/2020, ratifico a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa JUCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, CNPJ nº 31.371.941/0001-65, para realização de show artístico com a banda "Mart'Nália" para apresentação no III Festival Cultural do Município de Machado/MG, com o valor total de R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais),Machado, 13 de março de 2020. João Alexandre de Moura Oliveira, Secret. Munic. de C. Turismo e Esportes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 25, III, da Lei nº 8.666/93 e com base nos documentos que instruem o PRC 009/2020, ratifico a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa AGÊNCIA CENTRAL DE SHOWS EIRELI, CNPJ nº 32.218.397/0001-89, para realização de show artístico da banda "Roupa Nova" para apresentação no III Festival Cultural do Município de Machado/MG, com o valor total R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais). Machado, 13 de março de 2020.João Alexandre de Moura Oliveira, Secret. Munic. de C. Turismo e Esportes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e com base nos documentos que instruem o PRC 058/2020, ratifico a inexigibilidade de licitação para contratação da empresa VIAÇÃO SÃO BENEDITO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 26.325.282/0001-90 para prestação de serviços referente à vales-transportes em atendimento as necessidades das diversas Secretarias do Município de Machado/MG, com o valor total de R$ 351.793,00 (trezentos e cinquenta e um mil setecentos e noventa e três reais). Machado, 25 de março de 2020, Juliana F. de Oliveira, Secret. Munic. de Administ. e RH, Miller Jr. Alvarenga, Secret. Munic. de Planej. e Gestão, Luiz Carlos Magalhães Jr., Secret. Munic. de Governo, Reinaldo Conti Siqueira, Secret. Munic. de Obras e Infraestrutura, Elaine Dias Campos, Secret. Munic. de Fiscalização, Luiz Henrique A. Dias Pimenta, Secret. Munic. de Agricultura, João Alexandre M. Oliveira, Secret. Munic. de Cultura, Turismo e Esportes, Amauri Gonçalves Bracaglione, Secret. Munic. de Educação, Dirceu Ferreira Olimpio, Secret. Munic. de Fazenda, Ana Maria Gonçalves, Secret. Munic. de Desenv. e Promoção Social, Maria Odete M. da Silva, Secret. Munic. de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADO/MG - RATIFICAÇÃO
Em atendimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com fundamento no disposto no artigo 4 da Lei nº 13.979/2020 e com base nos documentos que instruem o PRC 092/2020, ratifico a dispensa de licitação para contratação da empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 00.331.788/0030-53 referente a aquisição de ventilador pulmonar mecânico em razão da pandemia de doença infecciosa viral respiratória COVID-19, com o valor total de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), Machado, 30 de março de 2020, Maria Odete Maciel Silva, Secretaria Munic. de Saúde.

57 cm -01 1341771 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320200401210854021 7.